XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Universidade Estácio de Sá – *Campus* Nova América

Rio de Janeiro, 25 a 29 de agosto de 2014

ISSN: 1519-8782

CADERNOS DO CNLF, VOL. XVIII, Nº 04

DIACRONIA E HISTÓRIA LINGUÍSTICA E FILOLÓGICA

(2ª edição, revisada e aumentada)

RIO DE JANEIRO, 2014

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
CAMPUS NOVA AMÉRICA – RIO DE JANEIRO – RJ

REITOR

Ronaldo Mota

DIRETOR ACADÊMICO

Marcos Lemos

VICE-REITOR DE GRADUAÇÃO

Vinicius Scarpi

VICE-REITOR DE PESQUISAS

Luciano Medeiros

VICE-REITORA DE EXTENSÃO

Cipriana Nicolitt C. Paranhos

GERENTE ACADÊMICA DO NÚCLEO NORTE

Elisabete Pereira

DIRETORA DO CAMPUS NOVA AMÉRICA

Natasha Monteiro

GESTOR ACADÊMICO DO CAMPUS NOVA AMÉRICA

Luciano Rocha

COORDENADORES ADMINISTRATIVOS DO XVIII CNLF

André Luís Soares Smarra
César Augusto Lotufo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – http://www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mário Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Celi Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Anne Caroline de Morais Santos

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coelho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Eduardo Tuffani Monteiro

DIRETORA CULTURAL

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETOR CULTURAL

Adriano de Sousa Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Elias Lima Freitas

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Luiz Braga Benedito

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias Simon

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de 25 a 29 de agosto de 2014

COORDENAÇÃO GERAL

José Pereira da Silva

José Mario Botelho

Marilene Meira da Costa

Adriano de Souza Dias

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

Amós Coelho da Silva

Regina Celi Alves da Silva

Anne Caroline de Morais Santos

Antônio Elias Lima Freitas

Eduardo Tuffani Monteiro

Maria Lúcia Mexias Simon

Antônio Elias Lima Freitas

Luiz Braga Benedito

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

Ilma Nogueira Motta

Eliana da Cunha Lopes

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Marilene Meira da Costa

José Mario Botelho

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0. Apresentação – *José Pereira da Silva* 06

1. Metaplasmos em pavor espaciar – *Marly Custódio da Silva, Miguel Eugenio Almeida* e *Nataniel dos Santos Gomes* 08

2. Morfologia construcional: teoria que apresenta o "verdadeiro lugar" do formativo –ódromo – *José Augusto de Oliveira Pires* 29

3. Mudança morfológica na língua terena: uma abordagem historiográfica – *Letícia Reis de Oliveira, Miguél Eugenio Almeida* e *Nataniel dos Santos Gomes* 47

4. O alfabeto céltico ogâmico e sua influência na contemporaneidade nas linguagens de programação em Java, Dotnet e C++: limites do significado dentro da computação – *Rilza de Moura Barbosa* e *João Bittencourt de Oliveira* 57

5. Histórico da palavra sertão em *Grande Sertão: Veredas* – *Rayanne Kételle Ribeiro* e *Telma Borges da Silva* 67

6. Levantamento histórico da noção de verbo: das gramáticas gregas às gramáticas atuais – *Marcilene de Assis Alves Araujo* e *Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira* 82

7. O livro didático de língua portuguesa da década de 70: um fazer historiográfico – *Hélio Rodrigues Júnior* 92

8. Pontos de contato entre o *Methodo Grammatical Para Todas as Linguas* (1619) e as *Regras da Lingua Portugueza Espelho da Lingua Latina* (1721) – *Raquel do Nascimento Marques* 107

9. Teoria da árvore genealógica e teoria das ondas – *Marcos Felipe da Silva Mendonça* 124

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e apresentou-lhe, na primeira edição deste número 04 do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*, 4 (quatro) trabalhos sobre os temas "Diacronia e História Linguística e Filológica", que foram apresentados no XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 25 a 29 de agosto deste ano de 2014.

Nesta segunda edição, temos o prazer de apresentar-lhe 9 (nove) trabalhos, com o acréscimo, portanto, de mais cinco textos.

Na primeira edição, foram publicados os trabalhos dos seguintes congressistas (incluídos os nomes dos orientadores também): João Bittencourt de Oliveira, José Augusto de Oliveira Pires, Letícia Reis de Oliveira, Marly Custódio da Silva, Miguel Eugenio Almeida, Nataniel dos Santos Gomes e Rilza de Moura Barbosa, aos quais foram acrescidos os outros cinco, em ordem alfabética do título, a partir do último que já estava publicado, totalizando 132 páginas.

Dando continuidade ao trabalho do ano passado, estamos editando, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2014* (CD-ROM) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

Todo congressista inscrito nos minicursos e/ou nas oficinas receberá um exemplar impresso do livro de *Minicursos e Oficinas*, sendo possível também adquirir a versão digital, desde que pague pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2014*.

Junto com o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos*, e o livro de *Programação*, o *Almanaque CiFEFiL 2014* já traz publicada mais de 130 textos completos deste XVIII CONGRESSO NACIONAL DE

LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu trabalho, não precisando esperar até o final do ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

A programação vai publicada em caderno impresso separado, para se tornar mais facilmente consultável durante o evento, assim como o *Livro de Resumos*, sendo que o livro de *Programação* será distribuído a todos os congressistas, mas o livro de *Resumos* será distribuído apenas aos congressistas inscritos com apresentação de trabalhos, visto que vários deles precisarão comprovar imediatamente, em suas instituições, que efetivamente participaram do congresso em que se inscreveram.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria lhe desejam uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, dezembro de 2014.

METAPLASMOS EM *PAVOR ESPACIAR*

Marly Custódio da Silva (UEMS)
mcsilva05@hotmail.com
Miguel Eugenio Almeida (UEMS)
miguel@uems.br
Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)
natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

A língua portuguesa, desde seu nascimento, vem sofrendo mudanças no processo de evolução. A percepção dessas mudanças se dá a partir do momento em que comparamos textos de épocas passadas com os atuais (metaplasmos históricos) e destes entre as ocorrências paralelas às da variante padrão (metaplasmos atuais). Neste trabalho, abordaremos os metaplasmos atuais encontrados na *Graphic Novel Pavor Espaciar*, do personagem Chico Bento, criado por Maurício de Sousa, para a famosa *Turma da Mônica*. Tais vocábulos são mais frequentes e notados na população de menor prestígio social, os chamados *caipiras*, conforme o personagem é descrito e apresentado nas histórias em quadrinhos brasileiras.

Palavras-chave:
Metaplasmo. *Pavor espaciar*. Chico Bento. Turma da Mônica. Caipira.

1. Introdução

A língua é vista como um organismo em constante transformação. Algumas dessas mudanças apresentam-se no léxico, seja na pronúncia, na queda ou no acréscimo de elementos. Tudo isso enriquece o idioma e mostra a necessidade de constantes atualizações para suprir as transformações da própria sociedade.

Todo esse processo evolutivo se dá devido ao uso e aceitação de um povo: "É através da linguagem que uma sociedade se comunica (...) É na linguagem que se refletem a identificação e a diferenciação de cada

comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos". (CALLOU & LEITE, 2002, p. 7)

A proposta do presente trabalho é discorrer sobre os metaplasmos – as mudanças fonéticas – encontradas no livro *Pavor Espaciar* (2013, p. 7-73), de Gustavo Duarte, que retrata o falar caipira, estigmatizado como aquele com menor prestígio social, em um *corpus* de aproximadamente 70 itens.

2. Metaplasmos: definição e divisão

O termo metaplasmos vem do grego μετα πλασμός. Ele significa "mudança de forma", sendo todas as alterações fonéticas que ocorrem nas palavras ao longo de sua evolução em uma língua, o que ajuda a compreender a etimologia de muitas dessas palavras. (COUTINHO, 1976, p. 142).

A língua portuguesa, desde seu nascimento, vem sofrendo alterações no decorrer de sua existência. As mudanças se dão de forma lenta, mas contínua, conforme Faraco (2005, p. 12):

> É importante, de início, destacar que a mudança gera contínuas alterações da configuração estrutural das línguas sem que, no entanto, se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de plenitude estrutural e potencial semiótico das línguas.

Apesar das mudanças, a língua continua organizada e oferecendo aos seus falantes os recursos necessários para a circulação de significados. "Uma língua não muda de vez em quando, mas continuamente" (AZEREDO, 2008, p. 61). Essa mudança só é percebida quando são comparadas línguas de épocas passadas como os textos muito antigos escritos em uma língua ou quando se convive com falantes mais jovens ou mais velhos, essa percepção é nítida com o surgimento de novos vocábulos e desusos de outro, a língua é viva e as mudanças continuarão existindo. Faraco (2005, p. 14), lembra de que apesar das mudanças nas línguas humanas elas não constituem realidades estáticas homogêneas. Portanto, estão num processo gradativo e ininterrupto de transformação.

Conforme citado anteriormente, metaplasmo é a mudança na estrutura fonética de uma palavra, ocasionada por acréscimo, remoção ou deslocamento dos sons de que ela é composta.

Os metaplasmos podem ser de quatro tipos (COUTINHO, 1976, p. 143):

- por troca
- por acréscimo
- por supressão
- por transposição de fonema ou acento tônico.

Desses quatro metaplasmos dividem-se da seguinte maneira, de acordo com Coutinho (1976):

a) metaplasmos por permuta são os que consistem na substituição ou troca de fonema por outro.

- *Sonorização* (ou abrandamento) é a transformação de uma consoante surda na consoante sonora homorgânica. As consoantes latinas /p, t, k, f, s/ quando mediais intervocálicas se sonorizaram regularmente em português em /b, d, g, v, z/: lupu > lobo; cito > cedo.
- *Vocalização* é a conversão de uma consoante num fonema vocálico: factu > feito
- *Consonantização* é a transformação de um som vocálico num consonantal: iam > já, ieiunu > jejum.
- *Assimilação* é a aproximação ou perfeita identidade de dois fonemas, resultante da influência que um exerce sobre o outro: ipso > isso. A assimilação pode ser vocálica ou consonantal.
  - *Vocálica* é a que ocorre quando o fonema assimilado é uma vogal: caente (arc.) < calente > queente (arc.) > quente.
  - *Consonantal* é a que ocorre quando o fonema assimilado é uma consoante: persona > pessõa (arc) > pessoa.
  - *Total* é a que ocorre quando o fonema assimilado é igual ao assimilador: per + lo > pello > pelo.
  - *Parcial* é a que ocorre quando, havendo semelhança entre o fonema assimilado e o assimilador, não existe completa identidade: lim(i)te > linde, auru > outro.

  - *Progressiva* é a que ocorre quando fonema assimilador está em primeiro lugar: amaramlo > amaram-no.
  - *Regressiva* é a que ocorre quando o fonema assimilador está depois: pedir (< pedire por petere) > pidir, capseu > casseu (< queixo)

- *Dissimilação* é a diversificação ou queda de um fonema por já existir fonema igual ou semelhante na palavra: calamellu > caramelo.

A dissimilação pode ser:

  - *Vocálica* é a que ocorre quando o fonema que se dissimila é uma vogal: poçonha < potionea > peçonha.
  - *Consonantal* é a que ocorre quando o fonema que se dissimila é uma consoante: mem(o)rare > nembrar (arc) > lembrar.
  - *Progressiva* é a que ocorre quando o fonema que dissimila se acha depois do dissimilador: cribru > crivo, rodo, rostru > rosto.
  - *Regressiva*, quando se verifica o contrário: mel(i)mellu > marmelo.

- *Nasalação* ou *nasalização* é a conversão e um fonema oral em nasal: mi (arc) (< mi por mihi) > mim.
- *Desanalação* ou *desanalização* é o contrário da nasalação. O fonema antes nasal perde a nasalidade: corõa (arc) (< corona) > coroa.
- *Apofonia* ou *deflexão* é a modificação que sofre a vogal da sílaba inicial de uma palavra, quando se lhe ajunta um prefixo: in+bãrba > imberbe.
- *Metafonia* é a modificação de som, ou mais propriamente de timbre de uma vogal, resultante da influência que sobre ela exerce a vogal ou semivogal seguintes: debita > dívida.

b) Metaplasmos por aumento são os que adicionam fonemas à palavra.

- A *prótese* ou *próstese* é o aumento de som no início da palavra: stare > estar; spiritu > espírito; scutu > escudo.
- *Epêntese* é o acréscimo de fonema no interior da palavra: stella > estrela; humile > humilde; úmeru > ombro.

Uma modalidade particular de epêntese é o suarabácti (ou anaptixe), a intercalação de uma vogal para desfazer um grupo de consoantes: grupa > kruppa, germ) > garupa

- *Paragoge* ou *epítese* é a adição de fonema no fim do vocábulo: ante > antes.

c) Metaplasmo por subtração – são os que tiram ou diminuem fonemas à palavra.

- *Aférese* é a queda de fonema no início da palavra: alambique > lambique; menagem > homenagem.

Há também um caso especial de aférese é a deglutinação, supressão de uma vogal inicial por confusão com o artigo: horologiu > orologiu > relógio; apotheca > abodega > bodega.

- *Síncope* é a subtração de fonema no interior de vocábulo pressão de um segmento sonoro no meio da palavra: legale > leale > leal;

A *haplologia* é a *síncope* especial que consiste na queda de uma síncope medial, por haver outra idêntica ou quase idêntica na mesma sílaba: bondade + -oso = bondadoso > bondoso; trágico + comédia = tragicocomédia > tragicomédia; formica + -cida = formicicida > formicida;

- *Apócope* é a queda de fonema no fim da palavra: mare > mar; amat > ama; male > mal.
- *Crase* é a fusão de duas vogais iguais em uma só: pede > pee > pé; colore > coor > cor; nudu > nuu > nu.

- *Sinalefa* ou *elisão* é a queda da vogal final de uma palavra, quando a palavra seguinte começa por vogal: de + intro > dentro; de + ex + de > desde; outra + hora > outrora.

d) Metaplasmos por transposição são os que consistem na deslocação de fonema ou de acento tônico da palavra.

- *Metátese* é a transposição de fonema, que se pode verificar na mesma sílaba ou entre sílabas: semper > sempre
- *Hiperbibasmo* é nome especial dado à transposição de acento tônico, compreende este a sístole e a diástole.

Sístole é a transposição de acento tônico de uma sílaba para a anterior: erámus > éramos.

Diástole é o deslocamento de acento tônico de uma sílaba para a posterior: océanu > oceano

3. Chico Bento: sobre o personagem

Francisco Antônio Felício Bento, mais conhecido como "Chico Bento" foi criado pelo roteirista Maurício de Sousa em 1961 e lançado em revista própria em agosto de 1982.

> Chico Bento é uma montagem de características que vi e vivi na minha infância [...] Mas definitivamente Chico Bento é mais um tio-avô meu, roceiro de Taboão (entre Mogi e Santa Isabel), que nem cheguei a conhecer pessoalmente, mas de quem conheci inúmeras histórias hilariantes, contadas pela minha avó (SOUSA, 2002).

Chico foi inspirado no tio-avô de Maurício. É um caipira do interior de São Paulo. No início, as historinhas de Chico Bento eram voltadas ao público adulto, pois suas histórias eram publicadas em jornais, o personagem era mais alto e magro, usava calças com remendo e uma espécie de cordão na cintura e que finalizava com um laço, sem contar o uso de acessórios como o colar no pescoço. Com o passar do tempo Chico e todos os personagens de Mauricio de Sousa foram ganhando formas arredondadas e infantis.

Nos quadrinhos, Chico Bento vive com seus pais (Nhô Bento e Cotinha) em uma pequena propriedade rural na Vila Abobrinhas, e se mantém através da agricultura de subsistência. Entre seus amigos estão a

galinha Giselda, o porco Torresmo, seu primo Zé Lelé, sua namorada Rosinha, a professora Dona Marocas e seus amigos Hiro e Zé da Roça. (SOUSA, 2002)

Outro amigo de Chico é Zeca, seu primo que vive na cidade. Existem ainda Nhô Lau, dono da goiabeira mais bonita da roça, de quem o garoto rouba as frutas, e o Padre Lino. A Turma de Chico vivencia o cotidiano rural: o trabalho com a terra, o cuidado com os animais, a valorização das lendas, costumes do campo as vestimentas e falas. (SOUSA, 2002)

Chico Bento aparece descalço em praticamente todas as narrativas, mesmo para trabalhar, ir à escola ou quando está frio. Entretanto, por vezes usa suas botinas para um encontro com Rosinha ou quando vai à cidade visitar seu primo Zeca. Está sempre de calças quadriculadas e chapéu de palha esganiçado. Contrariamente aos costumes do interior, é filho único assim como todas as outras crianças de sua turma.

Chico também pode ser comparado, em alguns aspectos, ao lendário personagem Jeca Tatu, um caipira verdadeiro descrito por Monteiro Lobato sempre de pés descalços e chapéu de palha, o que difere aquele personagem deste é que

> Chico Bento é o personagem que resgata a importância do mundo caipira na formação da nacionalidade brasileira enquanto a ideologia que criou Jeca, era a de afastar o personagem das pessoas da cidade e que o Brasil "civilizado" rejeitasse o Brasil "caipira". (GIACON, 2012, p. 130-131)

4. Os metaplasmos em Pavor Espaciar

No ano de 2009, foi publicado o *MSP50 – Maurício de Sousa Por 50 artistas*, pela Panini Comics em homenagem aos 50 anos de carreira do desenhista Maurício de Sousa. Para a realização desse projeto foram convidados 50 artistas brasileiros para que fizessem a releitura dos personagens clássicos do autor. Depois desse projeto ainda foram lançados *MSP + 50* e em seguida o *MSP Novos 50* e não faltaram artistas que se dispuseram a redesenhar e recriar o universo dos quadrinhos de Maurício de Sousa. (MELO, *Livros e HQ's* – Resenhas, 2013)

O projeto que recria os personagens de Maurício já ganhou quatro edições para o selo Graphic MSP – *Astronauta – Magnetar*, de Danilo Beyruth, *Turma da Mônica – Laços*, de Vitor e Lu Cafaggi, *Chico Bento*

– *Pavor Espaciar*, de Gustavo Duarte, e *Piteco – Inqá*, de Francisco José Souto Leite "**S**hiko". (MELO, *Livros e HQ's* – Resenhas, 2013)

Pavor Espaciar, de Gustavo Duarte faz parte do selo *Graphic MSP*, em edições *one shot* com 73 páginas mais 08 páginas extras e surgiu a partir da experiência do projeto MSP 50, Duarte mantém os traços clássicos de Chico Bento (chapéu de palha, a roupa e os amigos) cria uma história com alienígenas e Chico Bento mesclando o humor inerente do personagem caipira ao medo do desconhecido.

Classificamos a seguir os metaplasmos coletados em *Pavor Espaciar*:

Página 07, Título – *Pavor Espaciar*

- Espacial ~ espaciar – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l" por "r")

Página 08 – *si* comporte, *mininos*! *Nóis vamo visitá* a tia Janda *i* o tio Mané.

Oceis pode *brincá* mais um *poco*, mas quando *dê deiz* da noite direto pra cama!

- Se ~ si – assimilação vocálica – "e" por "i".
- Meninos ~ mininos – assimilação vocálica – "e" por "i"
- Nós ~ nóis – ditongação (transformação de uma vogal "o" em ditongo "oi")
- Vamos ~ vamo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- E ~ i – assimilação vocálica – "e" por "i".
- Vocês ~ oceis – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v" por "o")
- Brincar ~ brincá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Pouco ~ poco – monotongação (o ditongo "ou" transformou-se em monotongo "o")

- Dez ~ deiz – ditongação (transformação de uma vogal "e" em ditongo "ei")
- Der ~ dê – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")

Página 09, quadrinho 1 – Quando a gente *vortá*, *queremo* ver *oceis* dois *drumindo*! Combinado?

quadrinho 2- *Craro* mãe!

- Voltar ~ vortá – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra – "l" por "r") e apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Queremos ~ queremo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- Vocês ~ oceis – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v" por "o")
- Dormindo ~ drumindo – hipértese (transposição de um fonema em sílaba diferente – "r" e assimilação vocálica "o" por "u")
- Claro ~ craro – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra – "l" por "r")

Página 10 – *inté*!

- Até ~ inté – assimilação vocálica "a" por "i" seguida de nasalisação "n".

Página 11, quadrinho 4 – Zé, vou *tomá* água, ocê qué um gole?/ Quero não Chico, *gradecido*.

- Tomar ~ tomá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo – "r")
- Você ~ ocê – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v" por "o")

- Quer ~ qué – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Agradecido ~ gradecido – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra " a")

Página 13, quadrinho 3 – Ô Torresmo! *Qui* foi, *rapaiz*? Que *qui ocê* tem?

- Que ~ qui – assimilação vocálica "e" por "i"
- Rapaz ~ rapaiz – ditongação (transformação de uma vogal "a" em ditongo "ai")
- Você ~ ocê – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v" por "o")

Página 17, quadrinho 4 – Corre, Torresmo! Corre, *Giserda*!

- Giselda ~ Giserda – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l" por "r")

Página 18, quadrinho 2 – *Virge* Santíssima! O robô gigante assombrado dos inferno *si apoderô* do meu primo!/ É o *finar* do mundo.

- Virgem ~ Virge – desnasalização do fonema final médio anterior.
- Se ~ si – assimilação vocálica – "e" por "i".
- Apoderou ~ apoderô – monotongação (o ditongo final da palavra "ou" transformou-se em monotongo "ô")
- Final ~ finar – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l" por "r")

Página 19, quadrinho 2 – *Giserda*! Torresmo! *Vamo imbora* daqui!

- Giselda ~ Giserda – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")

- Vamos ~ vamo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- Embora ~ imbora – assimilação vocálica "e" por "i".

Página 26, quadrinho 2 – Qui pesadelo *horriver*... *infernar*...

quadrinho 4 – Era só o que *fartava*! *Ligaro umas tomada nimim*!

- Que ~ qui – assimilação vocálica "e" por "i".
- Horrível ~ horriver – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Infernal ~ infernar – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Faltava ~ fartava – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Ligaram ~ ligaro – assimilação vocálica “a” por “o” e desnalação “m”
- Em mim ~ nimim – metátese (transposição de fonema que se pode verificar na mesma sílaba ou entre sílabas)

Página 29, quadrinho 1 – *Virge* Santa! Um elefante! E ele é *vrede*! Que *surrear*...

- Virgem ~ Virge – desnasalização do fonema final médio anterior.
- Verde ~ vrede – hipértese (transposição de um fonema em sílaba diferente "e" por "r")
- Surreal ~ surrear – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")

Página 31, quadrinho 3 – *Os capeta tão* carregando um *difunto*...

- Estão ~ tão) – dupla aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "es")

- Defunto ~ difunto – assimilação vocálica – "e" por "i".

Página 34, quadrinho 4 – Torresmo! *Virge* Santa! *colocaro ocê* dentro *di* uma jaula *qui marvadeza*! / Vem cá, meu amigo! Graças a Deus *ocê tá* vivo!

quadrinho 5 – *Brigado*, Chico! Num *guentava* mais *ficá* preso nessa *caxa di vrido*!

- Virgem ~ Virge – desnasalização do fonema final médio anterior.
- Colocaram ~ colocaro – assimilação vocálica "a" por "o" e desnasalização do fonema final médio anterior.
- Você ~ ocê – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v" por "o")
- Que ~ qui – assimilação vocálica "e" por "i"
- Marvadeza ~malvadeza – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Aguentava ~ guentava – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "a")
- Ficá ~ ficar – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Caixa ~ caxa – monotongação (o ditongo "ai" transformou-se em monotongo "a")
- De ~ di – assimilação vocálica "e" por "i"
- Vidro ~ vrido – hipértese (transposição de um fonema em sílaba diferente "r")

Página 35, quadrinho 2 – Meu Deus do céu! O porco *tá* falando! O porco *tá* possuído!

quadrinho 4 – *Carma*, Chico! *Carma*! *Sô* eu! *Sô* eu! / *Vorta* aqui! *Sô* eu!

- Está ~ tá – dupla aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "es")

- Calma ~ carma – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Sou ~ sô – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "u")
- Volta ~ vorta – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")

Página 36, quadrinho 1 – O porco *inguliu* o meu primo!

quadrinho 2 – *Carma*, Chico! Não é nada disso! *Sô* eu *memo*, o Zé!

quadrinho 3 – *Péra, lá*! *Océ num* pode ter *ingulido* o Zé! *I* nem pode *sê* ele!/ O Zé ta ali *imbaixo*, junto *cas assombração*! *Óia*, só!

- Engoliu ~ inguliu – assimilação vocálica "o" por "u"
- Calma ~ carma – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Mesmo ~ memo – síncope (subtração de fonema no interior do vocábulo "s")
- Espera ~ péra – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "es")
- Você ~ océ – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v")
- Não ~ num – monotongação (o ditongo "ao" transformou-se em monotongo "o") e assimilação vocálica.
- E ~ i – assimilação vocálica "e" por "i"
- Ser ~ sê – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Embaixo ~ imbaixo) – assimilação vocálica “e” por “i”
- Com as ~ cas – sinalefa ou elisão (queda da vogal final de uma palavra, quando a seguinte começa por vogal)
- Olha ~ óia – síncope (subtração de fonema no interior de vocábulo "lh") e vocalização.

Página 37, quadrinho 1 – É isso que tô tentando ixpricá./ Trocaro meu corpo co corpo do Torresmo!

quadrinho 2 – Mas *ocê* acha, que eu *vô querditá* numa história *bissurda* dessa? *Qui ocê* é o Torresmo? *I* o Torresmo é *ocê*?/ *Oia* lá: O Zé *i os coisa* ruim tão lá *imbaixo*.

quadrinho 3 – Chico, *nóis* foi *capiturado* por uma nave *espaciar*! *Tamo* cercado *di* ser *di otro praneta*! *I ocê* acha *qui* eles *tê trocaro* o meu corpo *co* do Torresmo é *qui* é *bissurdo*!

quadrinho 4 – *compretamente*! / Chico, *pera* lá! *Si* aquele é o Zé, ele *tá* lá *imbaixo* jogando *xadreiz cos etê*! *I* parece *inté* que *tá* ganhando...

- Estou ~ tô – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "es")
- Está ~ tá – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "es")
- Explicar ~ ixpricá) – hipértese (transposição de um fonema em sílaba diferente), rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra) apócope (queda do fonema no fim do vocábulo).
- Trocaram ~ trocaro – desnasalização do fonema final médio anterior.
- Você ~ ocê – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v")
- Acreditar ~ querditá – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra), epêntese (é o acréscimo de fonema no interior do vocábulo "qu"), hipértese (transposição de um fonema em sílaba diferente "r") e apócope (queda do fonema no fim do vocábulo).
- Absurda ~ bissurda – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "a") e epêntese (é o acréscimo de fonema "i" no interior da palavra)
- Que ~ qui – assimilação vocálica "e" por "i"
- E ~ i – assimilação vocálica "e" por "i"
- Embaixo ~ imbaixo) – assimilação vocálica “e” por “i”

- Nós ~ nóis – ditongação (transformação de uma vogal “o" em ditongo "oi")
- Capturado ~ capiturado) – epêntese (acréscimo de fonema no interior da palavra "i")
- Espacial ~ espaciar – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Estamos ~ tamo – dupla aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "es") e apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- de ~ di) – assimilação vocálica "e" por "i"
- Trocaram ~ trocaro – desnasalização do fonema final médio anterior.
- Com ~ co – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "m")

Página 39, quadrinho 2 – Zéééé! *Trasnformaro memo ocê* no Torresmo! / *Vamo caí* fora desse inferno!

- José ~Zé – aférese (queda do fonema "jo" no início da palavra) e assimilação consonantal (quando o fonema assimilado é uma consoante "s" por "z")
- Trasformaram ~ transformaro – desnasalização do fonema final médio anterior.
- Mesmo ~ memo – síncope (subtração de fonema no interior do vocábulo "s")
- Você ~ ocê – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v")
- Vamos ~ vamo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "m")
- Cair ~ caí – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")

Página 57, quadrinho 2 – Mais *nóis vai caí di* novo na *iscuridão*, Chico! / *Simbora*, Zé! Pior que *tá*, *num* fica!

- Nós ~ nóis – ditongação (transformação de uma vogal "o" em ditongo "ói")
- Cair ~ caí – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- De ~ di – assimilação vocálica "e" por "i".
- Escuridão~ iscuridão – assimilação vocálica "e" por "i".

Página 59, quadrinho 2 – *Óia*! *Otra* porta!

- Olha ~ óia – síncope (subtração de fonema no interior de vocábulo "lh") e vocalização (passagem de uma consoante "lh" a semivogal "i")
- Outra ~ otra) – monotongação (o ditongo "ou" transformou-se em monotongo "o".

Página 62, quadrinho 4 – Não! *Pelamor di* Deus não!

- Pelo amor ~ pelamor – sinalefa ou elisão (queda da vogal final de uma palavra, quando a seguinte começa por vogal "pelo + amor")
- De ~ di – assimilação vocálica "e" por "i".

Página 63, quadrinho 5 – Zé? Torresmo! *Ocê mi sarvô*!

- Você ~ ocê – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "v")
- Me ~ mi – assimilação vocálica "e" por "i".
- Salvou ~ sarvô – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l") e monotongação (o ditongo "ou" transformou-se em monotongo "o").

Página 64, quadrinho 4 – *Brigado, rapaiz! Nóis ia virá fejoada!*

- Obrigado ~ brigado) – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "o")
- Rapaz ~ rapaiz – ditongação (transformação de uma vogal "a" em ditongo "ai")
- Nós ~ nóis – ditongação (transformação de uma vogal "o" em ditongo "oi")
- Virar ~ virá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Feijoada ~ fejoada – monotongação (o ditongo "ei" transformou-se em monotongo "e")

Página 65, quadrinho 4 – Acho *qui intendi* o *qui* ele *qué fazê*, Zé!

- Que ~ qui – assimilação vocálica "e" por "i".
- Entendi ~ intendi – assimilação vocálica "e" por "i".
- Quer ~ qué – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")

Página 66, quadrinho 1 – Ele vai *trocá os corpo doceis di vorta*!

quadrinho 4 – É pra *apertá* o botão *i puxá* a lavanca?

quadrinho 5 – *I guardá* essa chave?

- Trocar ~ trocá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- De vocês ~ doceis – dissimilação vocálica "e" por "o", síncope (subtração de fonema no interior do vocábulo "v"), ditongação (transformação de uma vogal "e" em ditongo "ei")
- De ~ di – assimilação vocálica "e" por "i"
- Volta ~ vorta – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l") e apócope (queda do fonema no fim do vocábulo)

- Apertar ~ apertá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- E ~ i – assimilação vocálica "e" por "i"
- Puxar ~ puxá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- Guardar ~ guardá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")

Página 68, quadrinho 2 – Zé, seu *miseráver*!

- Miserável ~ miseráver – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")

Página 70, quadrinho 5 – Zé, *bora* pra cima do *vrido*!

- Embora ~ bora – assimilação vocálica "e" por "i".
- Vidro ~ vrido – hipértese (transposição de um fonema em sílaba diferente “r")

Página 73, quadrinho 2 – Ah, seus *muleques*! Nadando no lago a essa hora da noite!

quadrinho 3 – *Nóis num* tava nadando não, Tio! *Nóis acabamo di vortá di* um disco voador ! *Caímo* no lago!/ *Morremo di medo*, mais o Torresmo *sarvô nóis*! É pai, *nóis fomo biduzido* pelos capeta *di otro praneta*!

quadrinho 5 – Mais mãe! Os *lienígena*.../ *Qui lienígenas qui* nada! Chega *di mintira*! Seus *muleque* levado!

quadrinho 6 – Já pra dentro *tomá* um banho quente! *I dispois*, cama! / *I* amanhã *tão di* castigo!

- Moleques ~ muleques – assimilação vocálica “o" por "u"
- Nós ~ nóis – ditongação (transformação de uma vogal “o" em ditongo "oi ")

- Não ~ num – monotongação (o ditongo "ao" transformou-se em monotongo "o") e assimilação vocálica.
- Acabamos ~ acabamo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- De ~ di -assimilação vocálica "e" por "i"
- Caímos ~ caímo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- Morremos ~ morremo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- Salvou ~ sarvô – rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l") e monotongação (o ditongo "ou" transformou-se em monotongo "o").
- Fomos ~ fomo – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "s")
- Abduzido ~ biduzido – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "a") e epêntese (é o acréscimo de fonema no interior do vocábulo "i").
- Outra ~ otra – síncope (subtração de fonema no interior de vocábulo "u")
- Planeta ~ praneta – hipértese (transposição de fonema em sílaba diferente) rotacismo (vício de pronúncia ou escrita da consoante "r" no lugar de outra "l")
- Alienígenas ~ lienígenas – aférese (queda de um fonema no início de uma palavra "a")
- Que ~ qui – assimilação vocálica "e" por "i"
- Mentira ~ mintira – assimilação vocálica "e" por "i"
- Tomar ~ tomá – apócope (queda do fonema no fim do vocábulo "r")
- E ~ i – assimilação vocálica "e" por "i"
- Depois ~ dispois – assimilação vocálica "e" por "i" e epêntese (é o acréscimo de fonema no interior do vocábulo "s").

5. Considerações finais

A mudança na língua gera alteração na estrutura do vocábulo e isso ocorre através do tempo, essas mudanças são importantes para que possamos perceber que a língua não é única e que ela está em constante transformação, às vezes de forma lenta, mas nunca estática.

Após análise dos metaplasmos em *Pavor Espaciar*, pode-se perceber que os vocábulos considerados caipiras e estigmatizados pela maioria da sociedade letrada são vocábulos que sofreram processo de metaplasmos e que na área urbana também são encontrados. Pode-se, assim dizer, que são os grupos rurbanos – pessoas que nasceram e foram criadas na área rural e por algum motivo migraram para a área urbana, e que não perdeu o dialeto rural. Todo esse processo é de extrema importância para que possamos perceber a evolução da língua.

Pode-se concluir que a linguagem utilizada nos quadrinhos de Gustavo Duarte – *Chico Bento em Pavor Espaciar* –, apresenta fatores próprios de uma região com menor prestígio social que sofreram o processo de metaplasmos – alterações fonéticas –, que evolui através do tempo e consequentemente sofrerá mudanças futura, pois a língua está sempre à frente da escrita, alterando-se primeiro para ser oficializado posteriormente através da escrita.

Diante da pesquisa realizada é interessante que possamos valorizar cada vez mais a nossa língua materna, defendendo seus costumes e valores e assim estaremos preservando não só a identidade de um povo mas sim nossa história. Através do resultado desse trabalho, percebe-se que a língua portuguesa está em constante modificação, às vezes lenta, mas nunca estática e toda essa mudança é importante para a sobrevivência da língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DUARTE, Gustavo. *Pavor espaciar*. São Paulo: Panini, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica.* São Paulo: Ática, 2010.

GIACON, Eliane Maria de Oliveira. Os pés de Chico Bento. In. GOMES, Nataniel dos Santos; RODRIGUES, Marlon Leal. *Para alto e avante.* Curitiba: Appris, 2012.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MELO, Leila. *Livros e HQ's*: "Chico Bento – Pavor Espaciar", a divertida aventura sci-fi caipira. O Chaplin. Disponível em: <http://www.ochaplin.com/2013/09/livros-e-hqs-chico-bento-pavor-espaciar-a-divertida-aventura-sci-fi-caipira.html>.

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa.* 1. ed. Rio de Janeiro: O Autor, 2010.

SOUSA, Maurício de. Crônicas. In: *Maurício de Sousa Produções Artísticas.* Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/cronicas/o-veio-chico>. Acesso em: 17-05-2014.

MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL: TEORIA QUE APRESENTA O "VERDADEIRO LUGAR" DO FORMATIVO *-ÓDROMO*

José Augusto de Oliveira Pires (NEMP/UFRJ)
augustopires2010@gmail.com

RESUMO

O formativo *-dromo* é proveniente do grego e tem como significado "ação de correr, lugar para corrida, corrida" (HOUAISS, 2009). Na língua grega, o formativo em questão era um elemento composicional. No atual estágio da língua, sobretudo na variedade brasileira, a partícula -dromo vem sendo amplamente utilizada na formação de novas palavras; no entanto, as mesmas não remetem ao significado dicionarizado. Em decorrência disso, aliado ao fato de o formativo em questão não possuir uma descrição detalhada, apropriada e pormenorizada na língua, apesar de referenciado em estudos como Laroca (2005) e Gonçalves (2011), que também apontam para a natureza derivacional de -dromo, o presente trabalho tem por objetivo principal comprovar o estatuto sufixal de *-ódromo*. Por isso, ponderamos que as formações mais novas com o formativo em questão (a) possuem uma diferença no estatuto morfológico da partícula, que deixa de ser um elemento de composição para ser visto como um elemento de derivação – uma mudança de radical para afixo e (b) passam a incorporar a vogal média baixa [ɔ], sendo, pois, *-ódromo* e não mais *-dromo*. Além disso, como forma de obtermos uma descrição ainda mais satisfatória, basear-nos-emos nos trabalhos propostos por Gonçalves (2011a) e Gonçalves & Andrade (2012), assim como na teoria da morfologia construcional de Booij (2005, 2010), visando a descrever e a representar o formativo *-ódromo* por intermédio de esquemas construcionais propostos pelo autor e, posteriormente, adaptados para o português em Gonçalves & Almeida (2013).

Palavras-chave: Morfologia. -Ódromo. Formativo. Radical. Afixo.

1. Palavras iniciais

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise do comportamento do formativo *-dromo* no português brasileiro contemporâneo, tendo por base o modelo da morfologia construcional (BOOIJ, 2005; 2010). Levando-se em consideração que a literatura tradicional não pos-

sui um estudo satisfatório e aprofundado acerca do formativo em questão, o intuito é (a) realizar uma análise mais detalhada sobre as transformações e os desdobramentos pelos quais o formativo passa no português brasileiro e (b) investigar a produtividade do mesmo na contemporaneidade a partir de um modelo que venha a possibilitar uma descrição mais adequada e pertinente. Para tais proposições, dividamos o trabalho da seguinte maneira: a primeira parte será destinada à *metodologia* e à *conceituação*. Nessa primeira etapa, o objetivo é verificar a origem dos dados, assim como averiguar de que maneira o formativo é trabalho nas mais variadas abordagens, tal qual em (a) em dicionários etimológicos como em Cunha (1986) e eletrônicos – Aurélio (2004) e Houaiss (2009) –; (b) em algumas gramáticas tradicionais – Bechara (2004), Cunha & Cintra (2001) e (2008) e Lima (2007) –; (c) em manuais de morfologia do português – Basílio (2007), Laroca (2005) e Sandmann (1988 e 1997) –; (d) nas mais variadas situações conversacionais de uso real com em conversas espontâneas, aulas, programas de TV e rádio, jornais e outras fontes e (e) por intermédio da ferramenta de busca eletrônica *google*, assim como em *sites* de redes sociais, tais quais *facebook* e *twitter*. Após a metodologia e a conceituação, a etapa seguinte se destinará à abordagem da teoria da morfologia construcional (BOOIJ, 2005; 2010). O propósito é apresentar o arcabouço teórico, com o intuito de observar as principais motivações para a utilização do mesmo no fenômeno em questão. Tendo em vista que, para Booij, as fronteiras entre composição e derivação não são processos claramente distintos; são fronteiras maleáveis, a perspectiva teórica se faz de extrema importância para indagar qual o verdadeiro comportamento do formativo *-dromo* no processo de formação de palavras na contemporaneidade. A terceira parte será destinada à aplicação da morfologia construcional no elemento *-dromo*. Nessa seção, a aplicação da teoria do autor visa (a) à demonstração de como a questão fronteiriça entre composição e derivação é questionável, uma vez que há a possibilidade da transformação do *status* morfológico de elementos ao longo dos anos – caso de – *mente* e (b) à possibilidade de criação de padrões construcionais que, por sua vez, colaborariam para a constatação de produtividade do radical erudito mencionado enquanto neossufixo em uma nova formatação: *-ódromo*. A quarta e última seção será destinada às considerações finais, em que se fará a ponderação de alguns fatos levantados ao longo do texto, ponderando alguns fatos levantados ao longo do texto.

2. Metodologia e conceituação

Com relação à metodologia e à conceituação do *corpus* até agora levantado, percebemos algumas diferenças com relação à abordagem. As visões mais tradicionais ainda classificam enquanto processo de composição o radical erudito em questão; por sua vez, nos manuais de morfologia, já é possível notar que a classificação passa a ser outra. Abordemos, em primeiro momento, as definições mais usuais para, então, apresentar as conceituações mais atuais.

Ao procurarmos a definição na origem, quer dizer, em um dicionário etimológico, (CUNHA, 1986) constatamos que *-dromo* tem enquanto acepção *elemento de composição, do grego drómos, ação de correr, corrida, lugar de corrida*. Como exemplo, temos *craspedódromo* que é um adjetivo relacionado à área da botânica, cujo significado é *em que as nervuras secundárias são secantes em relação à margem da folha* (*diz-se de nervação*).

Em se tratando dos dicionários eletrônicos encontrados, no *Houaiss* (2009) constatamos que a definição é a mesma encontrada no etimológico, ou seja, *elemento de composição; pospositivo do grego drómos, ou 'ação de correr, lugar para corrida, corrida'*, com *aeródromo* sendo definido como *espaço delimitado, em terra, provido de relativa infraestrutura para o pouso e decolagem de aeronaves destinadas ao transporte de passageiros ou de cargas diversas*. Muito embora o dicionário Aurélio (2004) traga algumas abordagens um pouco diferentes, podemos ver que o conceito central não fica muito distante dos já mencionados; a saber *elemento de composição; ação de correr', 'corrida'; 'deslocamento rápido em veículo'; 'lugar para correr'; 'pista'; 'local de'; 'fluxo', 'corrente'.* O exemplo seria *autódromo*, que se denomina *conjunto de pistas e edifícios (instalações para administração, arquibancadas, controle, oficinas de reparos* etc.*), para corrida de automóveis.* Vale a ressalva de que no dicionário *Aurélio* já existe a concepção *lugar de* isoladamente, indicando uma modificação na definição inicial.

Para as definições das gramáticas tradicionais, também podemos perceber que as conceituações são basicamente as mesmas já vistas.

Em Cunha & Cintra (2001) *-dromo* seria *lugar para correr*, trazendo como exemplo o vocábulo *velódromo*, cuja denominação seria *local destinado a corridas ciclísticas, dotado de pistas, instalações para o público etc*. Na versão mais atualizada desse livro, os autores trazem a mesma concepção, apresentando que "funcionam, preferentemente, como

segundo elemento da composição" (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 126) com o exemplo sendo *hipódromo***.** Para Bechara (2004), temos *Corrida, curso*, cuja exemplificação também se faz com *hipódromo*, isto é, *local com pistas próprias para corridas de cavalos e tribunas para o público*. A última gramática verificada, de Rocha Lima (2007) em que não há menção ao elemento em questão, seja no processo de composição seja no processo de derivação.

Passando para os manuais de morfologia do português, presenciamos diferentes perspectivas em relação às abordagens mais tradicionais. Em Basílio (2007) e Sandmann (1997), percebemos que ambos tratam os dois processos de formação de palavras em questão não de maneira tão simplificada, como se verificou nas gramáticas acima, trazendo uma visão mais aprofundada do fato. Em se considerando, no entanto, a dificuldade existente na distinção de ambos, vale ressaltar que não há uma menção direta ao formativo *-dromo*. Por sua vez, Sandmann (1988), na seção *2.2.1.1.19*, traz o formativo não mais como elemento de composição e sequer como *-dromo* e sim como elemento de derivação e *-ódromo.* Justifica tal transição relacionando-o a um sufixo em razão de *se prestar à formação de novas palavras em série e porque não ocorrem livremente na frase* (SANDMANN, 1988, p. 47). Ainda dentro dessa visão diferenciada, o autor ainda pondera que o significado inicial - *ação de correr, corrida, lugar de corrida* – não pode ser relacionado diretamente com o significado atual das novas formações. Tendo em vista essas novas formações, vocábulos como *camelódromo* que se refere ao *lugar de concentração do comércio popular na cidade do Rio de Janeiro* e *amoródromo* enquanto *lugar para a prática do amor*, a ideia de locativo se mantém, sem, entretanto, fazer referência a um lugar para corrida. Laroca (2005) aborda o elemento *–dromo* como sendo um *neossufixo*, isto é, um elemento derivacional. Mantém, todavia a estrutura em *–dromo* diferentemente de Sandmann. À semelhança do autor, *Laroca* também constata haver uma transformação no que diz respeito à mudança de sentido em sua origem: *de "curso, corrida, marcha, condutibilidade", passou a designar o local (apropriado) para acontecer determinado fato ou evento* (LAROCA, 2005, p. 75) como em *namoródromo, papódromo* e *beijódromo*.

Por último, no que diz respeito às variadas situações conversacionais, à ferramenta de busca eletrônica – *Google* – e às redes sociais, percebemos que estas propiciam a maior parte do *corpus* sendo, majoritariamente, constituídas de palavras (ainda) não dicionarizadas. Os vocábu-

los terminados com o formativo são verificados em situações reais de uso, em que a necessidade e a inventividade dos falantes permitem a criação sistemática de novas lexias. Tragamos alguns exemplos que servem como base para a confirmação dessa assertiva.

A palavra *porcódromo***,** que faz referência ao Palmeiras, é oriunda de um tópico de discussão de torcidas em um *blog* voltado para o ramo esportivo, mais especificamente no futebol. Ao analisarmos o contexto situacional, há a constatação de que o usuário da língua, intencionalmente, formou esse vocábulo para aludir ao estádio do time do Palestra Itália – Palmeiras. Em outras palavras, ao se saber que os torcedores do time paulista são conhecidos por "porcos", torcedores de outras equipes rivais – tais como Corinthians, São Paulo e Santos – formaram a nova palavra intencionando depreciar o estádio onde joga a equipe alviverde.

Dentro dessa mesma relação situacional, quer dizer, dentro do âmbito do futebol e relacionado ao tom depreciativo, a equipe do São Paulo também se tornou "alvo" dessa inventividade com a palavra *bambódromo*. O contexto para tal ocorrência se deu quando o volante Vampeta – apenas como curiosidade, trata-se de um apelido que seria a junção de vampiro com capeta – ao passar por uma sorveteria avistou dois jogadores do São Paulo, Kaká e Júlio Baptista e em um tom jocoso chamou a dupla de bambi. Alguns dias depois, repetiu o mesmo termo em uma entrevista coletiva, fato que teve uma repercussão muito grande na imprensa esportiva. Daí a origem de *bambi* para os torcedores saopaulinos. Seguindo o mesmo raciocínio de porcódromo, temos *bambódromo* que passa a designar o estádio do Morumbi, que, por sua vez, é o estádio da equipe do São Paulo.

O terceiro dos exemplos que nos permite observar o aumento do léxico seria *camisódromo*, que faz referência a uma marca de produtos de moda masculina que oferece uma linha variada de vestuário e acessórios para homens de bom gosto, de todas as idades, localizada na cidade de São Paulo.

A primeira seção permite uma visão inicial de que tanto as abordagens como a formulação dos exemplos possuem divergências e modificações no que diz respeito ao entendimento do radical erudito. Além disso, vale ressaltar que as palavras dicionarizadas e encontradas nas gramáticas mais tradicionais são, basicamente, mais antigas do ponto de vista cronológico; são vocábulos que datam do século XVII, XVIII, XIX e do começo do século XX. Com isso, há uma maior influencia para que

sejam vinculadas ao processo de composição. Já os exemplos dos manuais de morfologia do português, das situações conversacionais, da ferramenta de busca eletrônica *Google* e das redes sociais são, basicamente, da segunda metade do século XX e do século XXI, que passam a acenar situações conversacionais, à ferramenta de busca eletrônica – Google – e às redes sociais com a possibilidade de modificação da perspectiva no estatuto morfológico.

3. Teoria da morfologia construcional

Acerca da teoria da morfologia construcional de Booij (2005, 2010), devemos levar em consideração, antes da teoria propriamente dita, as motivações para o estabelecimento do modelo. A causa se dá em decorrência de verificar as fronteiras internas da morfologia, por entender que "o propósito inicial de uma boa classificação é permitir ao linguista estabelecer as melhores generalizações possíveis sobre o fenômeno linguístico" (BOOIJ, 2005, p. 109).

A partir dessa proposição inicial, o autor enumera três casos de demarcações que viriam a ser investigadas na literatura morfológica atual: (a) os limites entre compostos e construções sintáticas, (b) a distinção entre flexão e derivação e (c) a diferenciação entre composição e derivação. Booij ressalta que os dois primeiros seriam mais destacados dentro dos estudos morfológicos, enquanto o terceiro, apesar de menos proeminente, demonstra já haver estudos como, por exemplo, Bauer (1983, p. 36-38), Tuggy (1992) e tem Hacken (2000), sendo o foco de sua análise. Assim como o autor faz, o presente trabalho também será baseado no terceiro modelo. Tal fato reside na tentativa de demonstrar como o comportamento do formativo *-dromo* se dá mais próximo de uma formação derivacional do que os modelos mais clássicos, cujos estudos seriam mais composicionais.

Tendo como base um critério mais tradicional sobre as definições de composição e derivação, o autor menciona que "o primeiro consiste na combinação de duas ou mais bases; enquanto a derivação é caracterizada pela adição de um afixo, isto é, um morfema preso, a uma base" (BOOIJ, 2005, p. 109). Ao apresentar essas considerações, ressalta que esse tipo de análise destaca as similaridades entre ambos sem, no entanto, serem suficientes para que a demarcação seja resolvida pela unificação desses dois tipos de formação de palavras. Ainda destaca que se devem estabelecer critérios para determinar se um morfema em particular pode ser

considerado como preso ou livre, assim como saber se essa diferença está relacionada a outros critérios, como semânticos e fonológicos e como essas distinções são analisadas.

Assumindo uma postura ligada à linguística cognitiva de que léxico e sintaxe não possuem uma separação estritamente rígida (CROFT & CRUSE, 2004, p. 278) e adaptando a abordagem construcionista a partir de autores como Goldberg (1995), Booij entende ser possível apresentar uma semelhança estrutural entre composição e derivação, de forma que pudessem ser representadas por esquemas de formação de palavras que expressassem generalizações sobre palavras existentes, assim como usadas para representar novas formações. Com isso, demonstra que, por mais que haja complicações no que diz respeito à demarcação fronteiriça entre composição e derivação, ambas possuem a capacidade de apresentar estruturas simbólicas convencionais em que as diferenças não seriam consideráveis. Em outras palavras: "essas unidades, que são complexas, podem, igualmente, ser analisadas, em suas estruturas de formação, por meio de esquemas construcionais" (GONÇALVES & ALMEIDA, 2013, p. 110). Os esquemas trazidos pelo autor seriam referentes ao holandês. Ao se fazer a adaptação desses esquemas para o português, trazidas por Gonçalves & Almeida (2013), podemos notar que as três operações envolvidas na formação de palavras – a saber, composição, sufixação e prefixação – seriam representadas genericamente por:

(a) composição: $[\ [X]_x\ [Y]_y\ ]_s$

(b) sufixação: $[\ [X]_x\ [Y]\ ]_s$

(c) prefixação: $[\ X\ [Y]_y\ ]_s$

No esquema acima, as variáveis X e Y seriam representativas de sequências fonológicas; já para x e y, as mesmas seriam representativas de categorias lexicais, como adjetivo, advérbio, verbo, dentre outros. Acerca de cada projeção, em (a) teríamos a generalização do esquema composicional em que, muito embora possa apresentar diferenças no que diz respeito à categoria lexical – pode ser um verbo – o resultado será um substantivo – exceção a quando, em sua constituição, houver dois adjetivos, formando um *output* adjetival, que, por ser em menor número, não invalida a representação mais comum.

A respeito dos esquemas entre composição e derivação, Booij afirma: "a diferença entre composição e derivação está no fato de, na derivação, um dos constituintes não ser etiqueta lexical, uma vez que não

corresponde a um lexema" (BOOIJ, 2005, p. 13). Ao afirmar que, na derivação, um dos constituintes não é etiqueta lexical, o autor ressalta que a palavra é marcada com um índice subscrito – no caso ($_{i, j}$) – que promove a identificação no léxico. Por sua vez, os afixos, em decorrência de serem formas presas, não são indexados, já que se manifestam apenas quando vinculados a uma construção – no caso, a palavra.

Esses esquemas genéricos representam o pareamento do polo significante/significado. Tendo em vista que essas estruturas modelam conceitos genéricos que permanecem na memória, os mesmos representam informações. Em outras palavras, significa dizer que, em função de acessarem moldes que estão armazenados nos conhecimentos linguístico e enciclopédico, seriam abstrações de experiências do mundo que possibilitam depreender generalizações. Assim, passam a representar o pareamento de uma estrutura formal com a estrutura semântica.

Fundamentado na ideia de que, por intermédio da abordagem construcional, haveria um tratamento mais adequado na relação entre semântica, sintaxe, morfologia e léxico, esses esquemas morfológicos poderiam vir a ser interpretados enquanto padrões sintáticos gramaticais ou expressões idiomáticas no nível da palavra. Com isso, pondera-se que as diversas representações com posição fixa e outra aberta não teriam diferenças significativas entre padrões regulares, expressões idiomáticas e palavras morfologicamente complexas – derivadas ou compostas.

Independentemente do molde a ser utilizado, pode-se perceber as esquematizações são abstrações de expressões que se realizam na língua e que têm a possibilidade de serem contempladas em construções e em compreensões de novas sentenças.

Booij afirma que

> A relação entre o esquema abstrato e as instanciações individuais desse esquema podem ser representados como árvores com o esquema construcional como o nó dominante. Palavras individuais formam o nó mais baixo das árvores e herdam as propriedades dos nós pelos quais são dominados. (BOOIJ, 2005, p. 123).

Tendo como base a gramática das construções, de Goldberg (1995), a autora entende por herança qualquer característica formal ou semântica que esteja na construção básica se transfira para a construção decorrente, A partir disso, apresenta quatro tipos de herança:

- ✓ por polissemia (quando há relação entre um sentido específico de uma construção e alguma extensão desse sentido em outra);

- ✓ por extensão metafórica (quando duas construções se relacionam por meio de mapeamento metafórico);
- ✓ por subparte (quando parte de uma construção existe independentemente, constituindo outra construção); e, por fim,
- ✓ por instanciação (quando uma construção instancia outra, apresentando mais elementos especificados).

Com isso, demonstra-se a possibilidade de formação de construções idiomáticas no nível da palavra, em que o paradigma apresentado permite que (a) haja um tratamento mais satisfatório e adequado no que diz respeito à relação entre semântica, sintaxe, morfologia e léxico, (b) se reconheça a construção apresentada, de modo que seja possível identificar as relações implementadas e (c) seja viável a formação de novas palavras a partir da estrutura inicial, pois se trata de uma representação que trata das instanciações mais abstratas até as mais específicas.

4. Aplicação da morfologia construcional

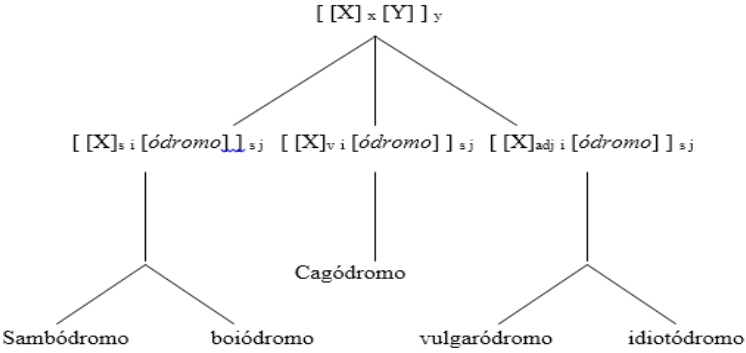
Por intermédio da morfologia construcional (BOOIJ, 2010) podemos perceber que o estudo do, até então elemento composicional, dá-se de modo muito mais produtivo. Isso decorre, em função de ponderar não só a sua utilização na contemporaneidade, como também possibilitar as mais variadas instanciações que, por sua vez, colaborariam para a representatividade do modelo e a possibilidade de novas formações serem contempladas.

Fundamentado em sua origem do grego *drómos*, cuja definição é *ação de correr, lugar para corrida, corrida*, o formativo passou por diversas transformações ao longo dos séculos. Atualmente, o mesmo apresenta uma maior produtividade enquanto elemento preso à direita, diferentemente de sua origem – que era uma base livre. Ao se como uma forma presa à direita, o formativo *-ódromo* se encaixa no modelo de sufixação apresentado por Booij (2005) e adaptado por Gonçalves & Almeida (2013) para o português brasileiro. Nesse sentido, a esquematização do mesmo, a partir do nível mais abstrato, seria:

$$[\ [X]_x\ [Y]\ ]_y$$

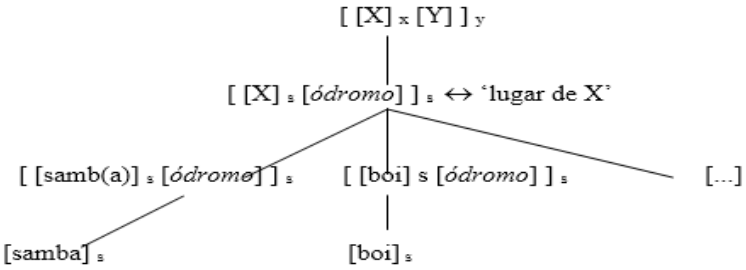
$$[\ [X]_i\ [\textit{ódromo}]\ ]_{sj} \leftrightarrow [\text{local relacionado à SEM}_i]$$

Deve-se levar em consideração que X pode assumir três tipos de base: substantiva, verbal e adjetiva. A partir do *corpus* levantado, pode-se perceber que o *input*, em sua maioria, seria formado por substantivos. Com o intuito de melhor visualização das três possibilidades, representemos cada uma delas:

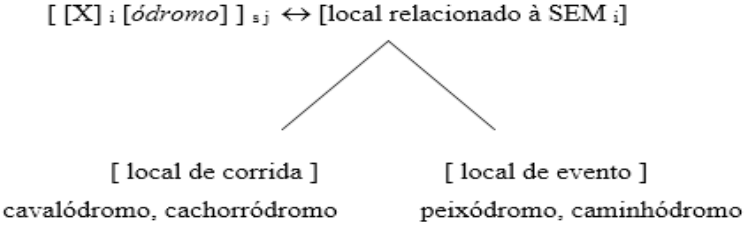


Vale ressaltar que os subscritos (i) e (j) são indicativos de que tanto a base quanto o produto fazem parte do léxico.

Levando-se em consideração as esquematizações desde o nível mais abstrato até as instanciações individuais, em que os nós mais baixos herdariam propriedades dos nós dominantes e, por isso mesmo, conteriam informações redundantes, as construções em X-*ódromo* instanciam o esquema mais abstrato da sufixação. Atendo-se à representação mais recorrente na formação, isto é, tendo como base um substantivo, demonstremos como *sambódromo* e *boiódromo* herdariam as características do nó imediatamente dominante da semântica de lugar tendo a possibilidade de outras formações serem contempladas:



No que diz respeito à contraparte semântica, haveria a noção genérica de 'local relacionado à SEM_i', tendo, portanto, uma ampliação no sentido original, que fazia alusão a 'ação de correr, lugar para corrida, corrida' (HOUAISS, 2009). A partir de instanciações, a contraparte semântica nos possibilitaria destacar, para alguns exemplos, tratar-se de 'local de corrida' e de 'local de evento':



A partir dessas noções semânticas, que dentro da gramática das construções, de Goldberg (1995), seriam heranças *por instanciação*, os exemplos acima – *cavalódromo, cachorródromo, peixódromo e caminhódromo* – permitiriam entender que, seja 'local de corrida', seja 'local de evento', a noção de 'local, lugar' seria contemplada de qualquer maneira. De certa forma, a própria expansão do significado em relação ao original ajudaria na percepção da existência de uma modificação no estatuto morfológico do formativo.

Ao levarmos em consideração, especificamente, a contraparte 'local de evento', o *corpus* levantado até agora nos permite perceber que haveria *heranças metafóricas e metonímicas* em exemplos como *bambódromo, porcódromo e peixódromo*, Passemos, então, a fazer uma análise mais aprofundada desses elementos, tendo por base, também, as noções de *frame* e de modelos cognitivos idealizados, também conhecido como MCI, que se mostrarão muito importantes

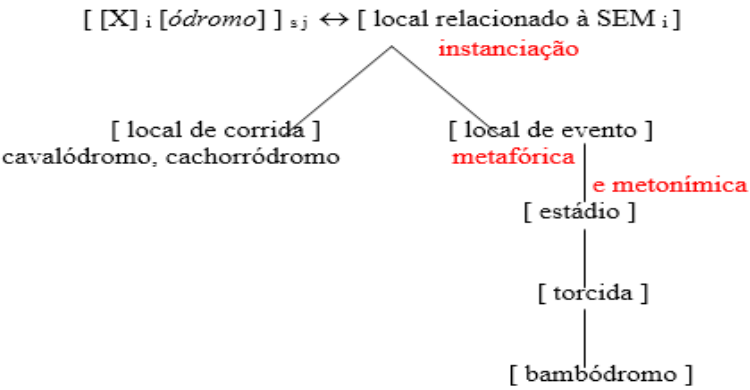
Desenvolvida por Fillmore (1982), por *frame*, entende-se se tratar de um *sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência* (FERRARI, 2011, p. 50). Essa noção é concernente à interpretação das palavras ou de um conjunto de palavras relacionadas às experiências humanas, em que expectativas culturais e bases físicas estão inseridas nessas experiências. A caracterização de *frame* permite, às pessoas, percepções, lembranças e raciocínios acerca de situações específicas para uma melhor codificação e entendimento da cena em que se inserem. Já para

MCI, (LAKOFF, 1987), seria uma estrutura que permite organizar nosso pensamento e nosso conhecimento, tendo como consequência a maneira como categorizamos o mundo. A alusão a *modelo* se deve ao fato de atuar como uma representação cognitiva de base cultural armazenada na memória de longo prazo feita não de maneira individual, mas sim por membros de uma comunidade. Por sua vez, *idealizado* seria em decorrência de uma representação simplificada, ou idealizada, da realidade que, motivada por ser uma informação compartilhada pelos falantes, perpetua-se na linguagem. Ainda que similar à noção de *frame*, os modelos cognitivos idealizados são mais complexos e organizados, com a disponibilidade para atualizações *podendo, inclusive, sofrer alterações a depender de fenômenos socioculturais; o falante pode, portanto, adicionar ou retirar informações do seu MCI* (FURTADO, 2011, p. 25).

Para os exemplos bambódromo, porcódromo e peixódromo, sem uma contextualização mais específica, seriam entendidos enquanto um 'local que se destina para a prática de corrida de bambis, de porcos e de peixes', respectivamente. Ponderando-se, todavia, o contexto de onde esses vocábulos foram retirados, a verdadeira intenção foi fazer referência ao ambiente esportivo, mais especificamente o futebolístico.

Para o primeiro – *bambódromo* – há uma alusão pejorativa ao estádio do time do São Paulo F. C., o Cícero Pompeu de Toledo, popularmente conhecido como Morumbi. O contexto para a 'criação' do termo alusivo ao animal teve a participação da equipe do Sport Club Corinthians Paulista, partindo de um jogador. O volante Vampeta – apenas como curiosidade, trata-se de um apelido que seria a junção de vampiro com capeta – ao passar por uma sorveteria, avistou dois jogadores do São Paulo, Kaká e Júlio Baptista e, em um tom jocoso, chamou a dupla de bambis. Alguns dias depois, o jogador do Corinthians voltou a repetir o mesmo termo em uma entrevista coletiva, fato que teve uma repercussão considerável. Daí a origem de *bambi* como sendo uma alusão aos torcedores são-paulinos e, por conseguinte, *bambódromo* para o Morumbi.

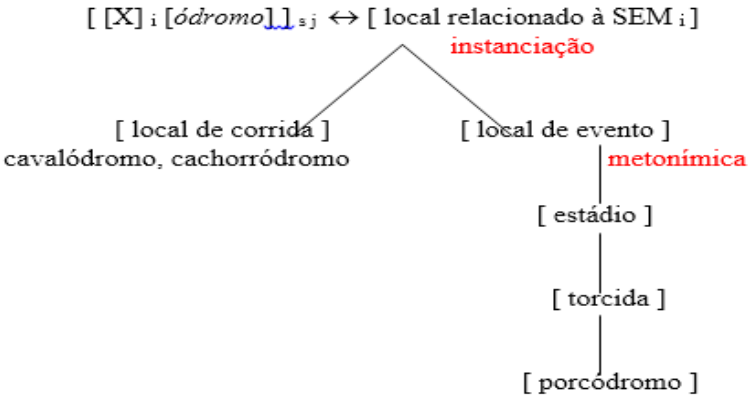
Diante dessas considerações, pode-se perceber a existência de herança em termos *metafóricos* e *metonímicos*. A primeira herança se dá em razão de que, em nossa sociedade, *bambi* vem a ser uma designação pejorativa que questiona a masculinidade do homem; dúvida acerca da opção sexual do ser do sexo masculino. Por sua vez, para a metonímica, estabelece-se a representação da torcida são-paulina pelo animal – *bambi*. Em termos de esquematização, teríamos:



Nos casos de *porcódromo* e *peixódromo*, a herança seria *por metonímia*. Para ambos os exemplos, levamos em conta que os processos atuantes na formação assemelham-se aos atuantes na palavra *bambódromo*. Sem uma situação comunicacional mais específica, também seriam entendidos como um lugar destinado à corrida de porcos e de peixes. De fato, o significado também é viável. Entretanto, com base nas noções de *frame* e *MCI*, uma vez mais um significado alternativo emerge.

Especificamente para *porcódromo*, seria uma referência ao estádio da equipe da Sociedade Esportiva Palmeiras, cujos torcedores são conhecidos como *porcos*. Tal denominação se deu em razão de uma divergência entre os presidentes do Palmeiras e do Corinthians – na década de 60. Após o alviverde – Corinthians – empatar no campeonato paulista com a equipe do São Bento em 1x1, o time retornou à capital e uma tragédia ocorreu com dois de seus principais jogadores: falecimento. Requisitando à FPF – Federação Paulista de Futebol – que ambos fossem substituídos, o presidente corinthiano recebe a notícia de que a substituição só seria possível mediante aprovação unânime de todos os outros presidentes que faziam parte da Federação. Somente um dirigente se posicionou contra a substituição dos jogadores falecidos: o do Palmeiras. A negativa por parte do dirigente fez com que o cartola alvinegro chamasse os palmeirenses de "porcos". O jogo subsequente do Corinthians era justamente contra a equipe alviverde, circunstância que levou os primeiros a soltarem um porco no gramado do Morumbi provocando um coro uníssono de "porco! porco!" como forma de zombar do adversário. O tom zombeteiro perdurou até o ano de 1986, quando a equipe palmeirense goleou por 5x1 a equipe do Sport Club Corinthians Paulista na semifinal do campeonato

paulista. Desde então, faz-se uma referência aos torcedores do Palmeiras como *porcos* e, por conseguinte, *porcódromo* para seu estádio – Palestra Itália, também popularmente conhecido como Parque Antártica. A curiosidade se dá pelo fato de os próprios torcedores do Palmeiras terem adotado a "mascote" de modo positivo. Tal fato se comprova, inclusive, a partir da criação de uma torcida organizada com a nomenclatura de *pork's*. A esquematização dessa palavra seria:

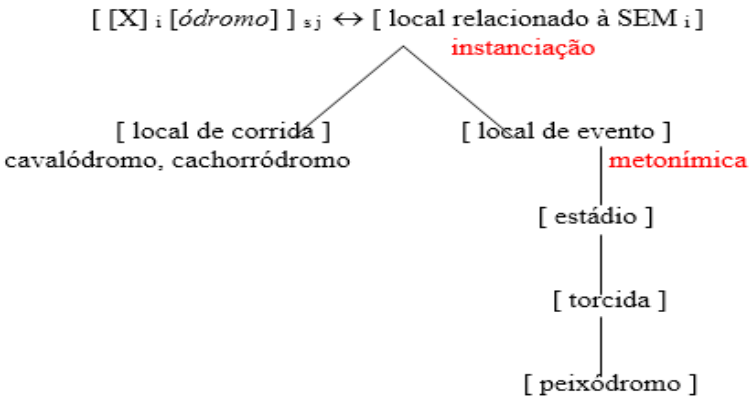


Sendo assim, demonstra-se a herança *metonímica*, em função de o animal porco representar a torcida do Palmeiras.

Por último, em *peixódromo*, o termo faz alusão, também por metonímia, à torcida do Santos F. C. Nessa situação, no entanto, há um fato curioso: a mascote do time é uma baleia, mais especificamente uma orca. Ainda que esta seja a representante animal oficial, a equipe é tida como peixe. Tal fato remonta à primeira metade dos anos 90 do século passado, quando a equipe da baixada santista viajava para a capital. Quando jogava em São Paulo, a torcida adversária costumava chamar os torcedores de 'peixes podres', 'peixeiros'. No ano de 1933, quando o Santos recebeu a equipe da Floresta – o time precursor do atual São Paulo F. C. – na Vila Belmiro – estádio do Santos –, uma vez mais a torcida adversária começou a gritar a mesma ofensa. Entretanto, os próprios torcedores santistas responderam que 'eram peixeiros com muito prazer, com muita honra'. Desde então, o apelido foi assumido e a equipe virou o 'time do peixe'.

Ao se levar em consideração que o time é conhecido justamente por essa referência, percebe-se que há a relação em que a totalidade – a

torcida – passa a ser designada pelo animal representativo dessa torcida – peixe. Desse modo, o estádio do Santos F. C. passa a ser conhecido por *peixódromo*. A esquematização dessa referência seria:



Com isso, percebemos que na contraparte semântica, a ideia de locativo se mantém, todavia, há a possibilidade de expansão no que diz respeito a esse lugar. Com isso, especificamente para esses três vocábulos – *bambódromo, porcódromo* e *peixódromo* – o local de evento estabelece relações metafóricas e metonímicas que permitem fazer alusão a lugares mais particulares: estádios de futebol.

5. Considerações finais

Diante de todas as considerações feitas, podemos perceber que a aplicação da morfologia construcional, de Booij (2005, 2010), apresenta-se como um arcabouço teórico apropriado para um estudo mais aprofundado acerca do comportamento do formativo *-ódromo* na contemporaneidade. Sendo assim, verificar que composição e derivação não são processos claramente distintos; possuem fronteiras maleáveis é de suma importância para entender que os processos de formação de palavras podem se modificar ao longo dos anos e é o que parece estar acontecendo com o formativo em questão.

Ao se propor o estudo mais reflexivo pela teoria, percebe-se que o fenômeno (a) não se apresenta enquanto uma palavra de livre curso na língua e (b) apresenta-se mais produtivo quando associado à noção de processo derivacional. Tais circunstâncias devem ser consideradas para

que entendamos as transformações pelas quais o fenômeno está passando. Além disso, a teoria também se mostra bastante eficiente quando permite o estabelecimento de uma relação entre semântica, sintaxe, morfologia e léxico. Ao se ter essa relação mais abrangente, esquemas genéricos representariam o pareamento do polo significante/significado. Com essa estrutura, generalizações seriam estabelecidas, permitindo não só o entendimento das formações disponíveis, como também a padronização que possibilita a formação de novas construções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Kátia Emmerick; GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. *O estatuto dos constituintes morfológicos e o continuum composição-derivação em português*, 2012. [Inédito]

BASILIO, M. *Teoria lexical*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

BAUER, L. The borderline between derivation and compounding. In: DRESSLER, Wolfgang U. et al. (Eds.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 97-108.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa.* 37. ed. ver. e ampl. 14. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BOOIJ, Geert. Compounding and Derivation. Evidence for Construction Morphology. In: DRESSLER, Wolfgang U. et al. (Eds.). *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 109-131.

_____. *Construction morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CROFT, W.; CRUISE, D. A. *Cogntive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2004.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. [5. ed. Lexikon, 2008]

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva.* São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.0. 3. ed. atual. Editora Positivo. Positivo Informática Ltda., 2004.

FILLMORE, C. Frame semantics. In: Linguistic Society Of Korea (Ed.). *Linguistics in the morning calm.* Seoul: Hanshin Pubishing, 1982, p. 111-137.

FURTADO, Lilian Ribeiro. *Análise semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português*. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. *Composição e derivação*: polos prototípicos de um *continuum*? Pequeno estudo de casos. 2011. [Inédito]

_____. *Compostos neoclássicos*: estrutura e formação. 2011. [Inédito]

_____. *Estudos em morfopragmática e morfologia diacrônica*. São Paulo: Booklink, 2006.

_____. *Composição e derivação*: características gerais e processos de fronteira. 2011. [Inédito]

_____; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. *Morfologia construcional*: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. 2013. [Inédito]

GOLDBERG, A. *Constructions*: a construction grammar approach to argument structure. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão monosuário 3.0. Objetiva, 2009.

KASTOVSKY, Dieter. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms, classical compounds and affixoids. In: MCCONCHIE, R. W. et al. (Eds.). *Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2009, p. 1-13.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*: what categories reveal about the mind. Chicago: University Press, 1987.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. 4. ed., rev. e ampl. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 2005.

RALLI, Angela. Compounds in Modern Greek. *Rivista di Linguistica*, v. 4, n. 1, p. 143-174, 2007.

_____. Compound Markers and Parametric Variation. *Language Typology and Universals* (*STUF*), p. 19-38, 2008.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 46. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SANDMANN. A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia & Labor, 1988.

_____. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Novidades do "front" da formação de palavras. *Letras*. UFPR. Curitiba. n. 36, p. 54-68. 1987.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico*: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1993.

TEN HACKEN, Pius. *Defining Morphology*: a principled approach to determining the boundaries of compounding, derivation, and inflection. Hildesheim: Olms, 1994.

MUDANÇA MORFOLÓGICA NA LÍNGUA TERENA: UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Letícia Reis de Oliveira (UEMS)
leticia_reis_oliveira@hotmail.com
Miguél Eugenio Almeida (UEMS)
mealmeida_99@yahoo.com.br
Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)
natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa descrever a histórica interna e externa da língua terena[1], língua indígena ligada ao tronco *aruaque*. A ênfase dada será na questão da morfologia dessa língua pelo viés historiográfico. O *corpus* a ser coletado para exemplificação das mudanças presentes na língua terena serão dos seguintes trabalhos: *Gramática da Língua Terena* publicado pelos pesquisadores da SIL – Sociedade Internacional de Linguística, instituição missionária formada por linguísticas (1979), *Dicionário Infantil da Língua Terena* (2005) e o *Vocabulário Guaná* (1875) do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil.

Palavras-Chave: ***Língua terena. Mudança morfológica. Historiografia.***

1. Introdução

Ao estudar historiograficamente uma língua, muitos pensam não ser necessário o estudo externo da língua. No entanto, Faraco (1998) afirma não só a necessidade, mas também a possibilidade de um estudo tanto da história interna, quanto externa da língua. Por isso, baseado nos estudos a respeito de mudança linguística e linguística histórica, é que iremos buscar fazer uma descrição histórica da língua terena, apontando

[1] Nota do editor: Foi atualizada a ortografia dos nomes de línguas, tribos, nações etc., de acordo com a ortografia da língua portuguesa, inclusive com a uniformização do uso de iniciais maiúsculas.

as mudanças morfológicas que têm ocorrido nessa língua. Desde os primeiros escritos da língua guaná que deu origem a língua terena até os dicionários e gramáticas mais atuais.

A língua terena tem a sua origem a partir do povo guaná que vivia na região do Chaco Paraguaio, historicamente sabe-se que há semelhanças entre as duas línguas devido ao fato de uma ter gerado a outra. Dessa forma, faremos alguns estudos morfológicos comparativos da língua guaná de 1875 e do terena registrado em 2005.

2. Elementos da história externa da língua terena

A história externa de uma língua trata principalmente das questões sociolinguísticas e segundo Faraco (1998, p. 37) também trata de uma história que visa recuperar o cotidiano das populações. Nesse sentido, quando busca-se resgatar elementos da história da língua terena é necessário antes de tudo falar da história dos aruaques, posteriormente do povo guaná até chegar a história da língua terena.

2.1. Os aruaques

A família aruaque é uma das maiores de acordo do continente ocidental, pois abriga as mais distintas línguas, segundo informações do PROEL – Promotora Espanhola de Linguística[2].

> Antes de la conquista española las lenguas arahuacanas eran habladas en regiones desconectadas entre sí desde el Caribe hacia el sur hasta el Gran Chaco y las fuentes del río Xingu en Brasil meridional y desde la desembocadura del Amazonas hasta las laderas de los Andes. Comprende alrededor de 80 lenguas y dialectos, que han sido hablados, en el pasado, en Florida y las Antillas y, actualmente en las Guayanas, Venezuela, Colombia, Brasil, hasta las estribaciones de los Andes peruanos. La mayoría de sus hablantes forma parte de pequeños grupos tribales. (PROEL)[3]

[2] Dados recolhidos do seguinte artigo: "Tronco Arawak o Arahuaco". Disponível na página da Promotora Espanhola de Linguística – PROEL: <http://www.proel.org/index.php?pagina=mundo/amerindia/arawak>. Acesso em: 29-05-2014.

[3] "Antes da conquista espanhola as línguas aruaques eram faladas em regiões desconectadas entre si desde o Caribe até o sul do Grande Chaco e das fontes do rio Xingu no Brasil meridional até o desembocar do Amazonas até as ladeiras do Andes. Compreende em torno de 80 línguas e dialetos, que foram falados, no passado, na Florida e nas Antilhas e, atualmente nas Guianas, Venezuela, Colômbia, Brasil, até as "proximidades" dos Andes peruanos. A maioria de seus falantes forma parte de pequenas tribos". (Tradução livre)

O cenário da família linguística aruaque no Brasil possui o total de 15 línguas agrupadas, as línguas que pertencem a essa família e se encontram em território brasileiro, são as seguintes de acordo com a listagem feita por (RODRIGUES, 2013, p. 12): apurinã (AM), baniua do içana (AM), campa (AM), curipaco (AM), maxinere (AC), meinaco (MT), palicur (AP), paresi (MT), salumã (MT), tariana (AM), terena (MS), uapixana (RR), uarequena (AM), uaurá (MT), iaualapití (MT)[4].

O povo guaná viveu em torno do Chaco paraguaio e pertence à família aruaque pelo fato de também falar o aruaque, segundo estudos da língua terena há a hipótese de que eles descendem dos guanás se analisarmos a localização atual do povo terena, veremos que essa é uma possibilidade devido à semelhança na localização atual das comunidades terenas no Mato Grosso do Sul, que em sua maioria estão em torno do rio Paraguai ou de seus afluentes. Além disso, boa parte do povo está próximo ao Pantanal, sul-mato-grossense, a região do Chaco também é conhecida por ter um ecossistema muito parecido como o da região atual em que vivem essa população indígena. Sobre a importância de saber a localização de um povo e as línguas que teve contato, temos a seguinte afirmação:

> Pode-se conhecer o lugar de origem das pessoas porque as línguas têm elementos comuns e pode-se perceber que cada povo recebe várias influências no contato com outras populações. Com a convivência são acrescentadas novas palavras, alterando constantemente a língua original. Quando uma comunidade se separa, a convivência entre as pessoas diminui e, e consequência, aumenta mas diferenças na fala dos habitantes desses lugares. Quando esses grupos mudam-separa outros lugares distantes, perdem todo o contato entre si e não existe a possibilidade de incorporar palavras novas. (BITTENCOURT; LADEIRA. 2000, p. 12)

Dessa forma, devido a esses contatos e também a necessidade de mudança de território ao longo da sua história e para a sua sobrevivência, foi que os guanás que falavam a língua aruaque, chegaram até o Paraguai. E devido à guerra Brasil – Paraguai foi que esses povos se espalharam no território em que vivem atualmente os terenas no Mato Grosso do Sul, região que durante a guerra chegou a ser dos paraguaios. A guerra do Paraguai foi um período difícil para os terenas e para a sua sobrevivência foi necessário que eles fizessem alianças com outros povos, como os Guaicurus (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 26) foi nesse período também que eles perderam suas terras, devido ao fato do não índio

[4] Como informamos, no início deste artigo, atualizamos a ortografia dos nomes de línguas, nações e tribos indígenas.

ter tomado posse das que pertenciam a esse povo, sabe-se que até o tempo presente essas disputas permanecem.

Voltando à questão dos aruaques, de acordo com a Promotora Espanhola de Linguística (PROEL, 2009) "*El tronco arahuacano (arawákan, Aruak) contiene más lenguas distintivas que cualquier otra família del hemisferio occidental y es internamente más diverso que cualquier otro grupo genético en Sudamérica*"[5]. E é devido a essas distinções que não se sabe ao certo quais são as relações que elas possuem entre si de forma detalhada aponta Rodrigues (2002, p. 66).

2.2. Os terenas

Pesquisadores espanhóis afirmam que os terenas são um povo que descendem dos guanás, povo que tinha como língua o aruaque. "Los terêna son los últimos supervivientes de la nación guaná, quienes vivieron con los guaycuruan mbyá, siendo sus descendientes los kadiweu". (*Idem*)

Em outras classificações eles aparecem como sendo o mesmo povo, o que nos leva a retomar a língua guaná e verificar as semelhanças que há com a língua terena. O que se sabe sobre o surgimento dos terenas partem de relatos orais feitos pelos anciãos das comunidades. Uma das versões é a da instalação do povo guaná-chané ter migrado para viver às margens do rio Paraguai no estado do Mato Grosso do Sul, como já citado anteriormente, segundo estudioso da história e cultura terena, o professor Rafael (aldeia Buriti), conta uma das versões desses relatos orais:

> No passado, quando não havia gente no mundo, então brotaram da terra duas pessoas. Estavam nuas e encolhidas por causa do frio. Elas pegaram em duas coisas. Uma pegou no ferro e a outra pegou no porungo. A que pegou no ferro deu origem ao povo branco, este ficou rico por causa do ferro. A que pegou no porungo deu origem ao povo terena, que não enriqueceu, pois não teve nada por causa do porungo. (VARGAS et al., 2011, p. 10)

Podemos pensar quais são as relações dessa história externa da língua terena tem a ver com o estudo das mudanças morfológicas. No entanto, o estudo historiográfico de uma língua, também resgata essa "micro-história" (FARACO, 1998, p. 37) na tentativa de compreender o co-

[5] O tronco aruaque (*Arawákan, Aruak)* possui mais línguas diferentes do que qualquer outra família do hemisfério ocidental e é internamente mais diversificado que qualquer outro grupo genético da América do Sul. (Tradução livre)

tidiano, ou seja, as crenças, a formação dessa comunidade, alimentação, tipo de liderança (governo), a sua cultura de maneira geral.

Há também documentos históricos que relatam a participação dos terenas na guerra contra o Paraguai: "Contribuíram com o exército brasileiro, sendo eles soldados, guias nas regiões de conflitos, produtores de alimentos e informantes do governo brasileiro". (VARGAS et al., 2011, p. 12)

Percebemos então que os terenas já habitavam as regiões do município de Miranda – MS nesse período. Vargas também aponta que a etnia sobreviveu graças a um esconderijo que mantiveram em um lugar de difícil acesso, além de terem sido aliados dos militares, o que já os poupou de maiores sofrimentos.

Como todo povo, eles também possuem uma organização social, uma divisão de tarefas dentro das comunidades, em que cada membro tem a sua função específica para "servir" o seu povo. Essa organização social está registrada da seguinte forma:

> Os nobres, conhecidos como *unati-chané*, eram os chefes do povo e sua parentela; os guerreiros ou chuná-acheti eram os que se destacavam nas guerras contra os outros povos e sua respectiva parentela; os plebeus ou *uarrerê-tchané*, eram os homens comuns; os escravos ou cativos, ou *kauti* eram índios de outros grupos, geralmente capturados em guerra. Os plebeus ou mesmo os escravos poderiam ingressar na classe social dos guerreiros desde que demonstrassem valor para isso. O casamento fora das classes era reprovado pelo grupo resultando na perda de sua posição social. (VARGAS et al., 2011, p. 20)

É importante saber ainda que a transmissão desses cargos era hereditária. Segundo Rosa (2010, p. 40) essa divisão não é atualmente muito nítida, mas aparece em alguns rituais, como danças, além disso, a pesquisadora aponta que é muito forte a questão do chefe, cada família tem o seu chefe, que participa de um conselho, ou seja, a reunião da liderança e participa das decisões da comunidade.

3. Elementos da história interna da língua terena

Esse estudo visa buscar um encaixe entre os elementos de história interna e externo da língua terena, pois como Faraco (1998, p. 38) aponta que esse "encaixe" trata daquilo que é estrutural e social, e visa de maneira diferente dos estruturalistas que se apropriavam somente da língua

para seus estudos, a proposta aqui é essa nova perspectiva apontada por Faraco como método utilizado por muitos linguistas históricos.

3.1. A morfologia da língua terena

A morfologia é a unidade que trata da estrutura da palavra, se pensarmos em uma definição bem simples. A palavra por sua vez é aquela que passeia pela língua a fim de forma sentidos e significações, quando estudamos uma língua pelo viés da morfologia o que se percebe é que esse estudo da palavra ajuda a compreender o funcionamento dessa língua, pois por meio dos *morfemas*, unidades mínimas da morfologia, é que podemos identificar e classificar as palavras por exemplo. Rosa (2010, p. 67) classificou a língua terena pertencente à seguinte tipologia morfológica: "O terena é classificado como uma língua aglutinante, por verificar-se que o verbo e o nome aglutinam morfemas que expressam significados diferentes do exposto pela raiz verbal ou nominal sendo facilmente identificados (...)". (ROSA. 2010, p. 69)

Ou seja, em uma só "palavra" aparecem o verbo e o objeto. Segue um exemplo da Gramática da Butler & Ekdahl (1979, p. 23):

> Kuti itúko? (O que está fazendo?)
> Inzíkaxovoti (Estou estudando.)

Outra questão importante é que os prefixos e sufixos que irá nos mostrar a qual classe essa palavra pertence. Sobre as mudanças das palavras na língua terena temos a seguinte afirmação: "É comum a todas as línguas a mudança de categoria a partir do sufixo, porém a ocorrência de mudança na categoria gramatical partindo de um prefixo se dá em pequena escala". (ALMEIDA, 2005, p. 32)

Dessa forma iremos observar as mudanças morfológicas em alguns registros feitos da língua terena, de gramáticas a dicionários e trabalhos acadêmicos. O primeiro registro de um vocabulário encontrado e mais antigo que está relacionado ao estudo da língua terena, é o "Vocabulário da língua guaná ou chané (Província de Matto Grosso)", elaborado por Alfredo Taunay, partiremos desse vocabulário, pois sabe-se que os terenas descendem desse povo e pertencem também ao mesmo tronco linguístico e quando fazemos as observações das duas línguas averiguamos as inúmeras semelhanças, como veremos adiante.

3.2. Metaplasmos: mudança na estrutura das palavras

Antes de partirmos para análise, é necessária uma pausa para entendermos o que são os metaplasmos. "O metaplasmo é uma mudança na estrutura de uma palavra ocasionada por acréscimo ou deslocamento dos sons de que ela é composta" (BAGNO, 2007, p. 8). Por isso, quando estudamos as mudanças morfológicas de uma língua é necessário abordar a questão das mudanças estruturais de uma palavra.

A seguir, veja o quadro com algumas das principais nomenclaturas dessas alterações feitas pelo filólogo José Pereira da Silva (2010):

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO / FUNÇÃO
Aférese	É o desaparecimento de fonema no começo da palavra.
Síncope	É o desaparecimento de fonema no interior da palavra.
Haplologia	É o fenômeno que consiste no desaparecimento de uma sílaba quando na palavra há uma igual ou semelhante.
Apócope	É o desaparecimento de fonema no final da palavra.
Prótese	(também dito *próstese*) é o desenvolvimento de fonema no princípio da palavra.
Epêntese	É o desenvolvimento de fonema no interior da palavra.
Ditongação	É fenômeno que consiste no desdobramento de uma vogal até criar um ditongo.
Paragoge	É o desenvolvimento de fonema no final da palavra.
Hipértese	É a transposição de um fonema de uma sílaba para outra.
Assimilação	É a influência que um fonema exerce sobre outro próximo, ao ponto de dar-lhe semelhança total ou parcial.
Dissimilação	É a transformação de um fonema para torná-lo desigual *des-semelhante* a outro. Pode-se dizer que constitui fenômeno oposto à assimilação.
Vocalização	É a passagem de uma consoante a semivogal.
Consonantização	É a transformação de um fonema vocálico em consoante.
Crase	É a fusão de vogais iguais em uma só.
Nasalização	É a transformação de um fonema oral em nasal.
Desnasalização	É o desaparecimento da nasalidade de um fonema.
Sonorização	É a troca de uma consoante surda pela sua homorgânica sonora. Um fonema é denominado homorgânico em relação a outro quando têm o ponto de articulação em comum. Só ocorre sonorização se a consoante estiver em posição intervocálica.
Palatalização	É a fusão de uma consoante a um iode, determinando o aparecimento de uma consoante palatal. Chama-se *iode* ao *i* que, pronunciado com o fechamento do canal bucal, como acontece com *ioiô*, adquire som consonântico.
Oclusão	Consiste na passagem de uma das vogais extremas *i* (às vezes *e*) e *u* (às vezes *o*) a semivogais, formando ditongo com a vogal anterior.
Assibilação	É a transformação de um ou mais fonemas em um sibilante.
Monotongação	É a simplificação de um ditongo em uma vogal.

Apofonia	É a mudança de *timbre* de uma vogal por influência de um *prefixo*.
Metafonia	É a mudança de timbre de uma vogal tônica por influência de outra, geralmente *i* ou *u*.

Esse quadro mostra algumas das mudanças que podem acontecer na estrutura de uma palavra, de forma bastante simples e ampla. Mas também precisamos nos atentar para o fato de que esses metaplasmos são baseados nas mudanças da língua latina para a língua portuguesa, é possível que no caso de línguas indígenas nem todos esses fenômenos sejam encontrados, devido à estrutura de a língua ser distinta. Os quatro tipos de metaplasmos existentes segundo Bagno (2007, p. 8): "Por acréscimo, por supressão, por transposição e por transformação". Nesse sentindo, iremos verificar algumas das possíveis mudanças morfológicas, ou seja, na estrutura da palavra que ocorreram com o passar do tempo.

Vejamos as mudanças morfológicas da palavra *água*:

Guaná	Terena
Unné	*Une*

Nesse caso, pegamos o guaná (TAUNAY, 1875, p. 17) e o terena (RODRIGUES, 2002, p. 69), o que podemos perceber na mudança que ocorreu ao longo do tempo foi à redução da geminada nasal do fonema [*n*] e uma diástole, ou seja, deslocamento do acento para a sílaba posterior. Já com a palavra "língua" ocorreu o seguinte:

Guaná (1875)	Terena (2002)
Nahênê	*Nene*

Do guaná para o terena houve a síncope dos fonemas [*a*] e [*h*] e a diástole com o acento. Mas em uma busca mais recente, no *Dicionário Bilíngue Infantil* (2005), dessa palavra na língua terena encontramos o seguinte:

Terena (2005)
Nêneti

Percebemos então que as mudanças do guaná (1875) para o terena registrado em 2005 houve uma mudança, a síncope dos morfemas [*a*] e [*h*] novamente, mas o que aparece de novo é a paragoge, ou seja, adição de fonemas no final da palavra.

Na palavra mula visualizamos as seguintes modificações:

Guaná (1875)	Terena (2005)

Senó-muricá	**muríka**,*n*. [Do Guarani] mula. [6]

O dicionário de 2005 aponta que a palavra vem do guarani, no entanto em um registro mais antigo vemos que na língua guaná já parecia essa palavra, pode ser que povos da língua guarani e guaná tenham tido contato, nesse caso, ficar difícil saber a origem. As mudanças presentes nesse vocábulo foram à supressão por meio da aférese que ocorre nos fonemas no início da palavra no caso são os seguintes: [s], [e], [n], [o]. No final da palavra mantém-se o som, porém há a transformação do fonema [c] para [k].

Já para designar "porco do mato", ou "porco selvagem" há as seguintes palavras:

Guaná (1875)	Terena (2005)
Kimão	kimou

Nesse caso, ouve uma desnasalização e síncope do fonema [ã] e uma metafonia do fonema [o] pelo fonema [u].

4. Considerações finais

A partir dessa pequena demonstração de algumas mudanças morfológicas que aparecem na língua terena, com o passar do tempo, ou seja, por meio da sua constituição histórica, o que pudemos perceber nos dois exemplos dados acima, é que a desnasalização é uma tendência no terena atual, diferente da língua guaná de 1875, que aparece em maior quantidade.

Um caso que nos deixo intrigado a buscar novas respostas, foi a das palavras para "mula", pois no dicionário infantil 2005 ela é apontada como vinda do guarani, no entanto, não se sabe se é do tupi-guarani, ou do guarani falado no Mato Grosso do Sul na divisa com o Paraguai, buscamos registros em ambas as línguas e não encontramos. Porém uma possibilidade é de que a origem seja da língua guaná e devido ao contato com paraguaios durante a guerra do Paraguai essa palavra tenha sido um empréstimo e utilizada no guarani falado na fronteira do estado. Já com relação aos significados das palavras em ambos os casos eles permaneceram o mesmo, não houve mudança ou variação dos sentidos.

[6]Transcrição literal do *Dicionário Bilíngue Infantil Terena* (2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. B. K. *O léxico da língua terêna.* Proposta do dicionário infantil – bilíngue terêna-português. 2005. – Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

BAGNO, M. *Gramática histórica*: do latim ao português brasileiro. Caderno para sala de aula. Brasília: UnB, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa**.** *A história do povo terena.* Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/wp-content/uploads/2013/01/a-hist%C3%B3ria-do-povo-terena.pdf>.

BUTLER, N. E.; EKDAHL, E. M. *Aprenda terena,* vol. 1. ed. rev. Anápolis: SIL, 2012.

FARACO, C. A. *Linguística histórica.* São Paulo: Ática, 1998.

PROEL. *Lengua terêna*. Promotora Espanhola de Linguística. Disponível em: <http://www.proel.org/index.php?pagina=mundo/amerindia/arawak/maipurean/terena>. Acesso em: 30-05-2014.

_____. *Tronco Arawak o Arahuaco***.** Promotora Espanhola de Linguística. Disponível em: <http://www.proel.org/index.php?pagina=mundo/amerindia/arawak>. Acesso em: 25-05-2014.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas indígenas brasileiras.* Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. Disponível em: <http://www.laliunb.com.br>. Acesso em: 25-05-2014.

_____. Línguas *brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

VARGAS, Icléia Albuquerque et al. *Os terena da aldeia Buriti.* Campo Grande: Oeste, 2011.

O ALFABETO CÉLTICO OGÂMICO E SUA INFLUÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE NAS LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO EM JAVA, DOTNET E C++: LIMITES DO SIGNIFICADO DENTRO DA COMPUTAÇÃO

Rilza de Moura Barbosa (UERJ)
rilzabarbosa@gmail.com
João Bittencourt de Oliveira (UERJ)
joao.bittencourt@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar um paradigma entre a estrutura da linguagem na criação de software e design gráficos e a influência que pode existir entre estes códigos criados e o alfabeto celta, ogham. Adentraremos no campo das infinitas (im)possibilidades de interpretação do signo linguístico e a infinita capacidade de criação da mente humana. Estabeleceremos uma descrição linguística de objetos de linguagem de um modo que esta linguagem deva ser justificada pela capacidade do indivíduo para capturar signos abstratos que existem independentemente de sua mente e tentaremos ponderar se é possível à mente humana preservar esses objetos sem contaminá-los com a interpretação individual na construção de teorias formais da linguagem. Buscaremos, pois, investigar, se o alfabeto ogham, criado pelos sábios celtas, com sua precisão na interpretação dos signos extrassensoriais, exerce de alguma forma influência na criação tecnológica e de que forma esse alfabeto aparece com clareza nas linguagens de programação de software e design. A finalidade do estudo é mostrar a possível influência do antigo alfabeto na criação das interfaces digitais dentro de sofisticados sistemas de desenvolvimento de software, nas linguagens de programação em Java, Dotnet e C++. Nossa pesquisa deseja investigar, ainda, a importância dos sons e seus simbolismos assim como associações de caracteres utilizados na informática, podendo haver associações entre os sons antigos. Verificaremos se o vínculo entre uma palavra e seu significado é, geralmente, arbitrário ou convencional, assim como verificar se observador poderá usá-lo de acordo com a abstração de seu conhecimento sobre determinada linguagem. Analisaremos os princípios de organização altamente abstratos na tecnologia e buscaremos investigar.

Palavras-chave:
Alfabeto céltico ogâmico. Linguagens de programação. Java. Dotnet. C++.

O presente trabalho a ser desenvolvido tem como objetivo traçar um paradigma entre a estrutura da linguagem na criação de software e design gráficos e a influência que pode existir entre estes códigos criados e o alfabeto celta, ogham.

Buscamos desvendar ou investigar os desígnios da criação da linguagem e aquilo que pode haver em comum entre as linguagens atuais de programação e os antigos sábios celtas: que é o campo das infinitas (im)possibilidades de interpretação do signo linguístico e a infinita capacidade de criação da mente humana.

Em outras palavras, procuraremos estabelecer uma descrição linguística de objetos de linguagem de um modo que esta linguagem deva ser justificada pela capacidade do indivíduo para capturar signos abstratos que existem independentemente de sua mente e tentaremos ponderar se é possível à mente humana preservar esses objetos sem contaminá-los com a interpretação individual na construção de teorias formais da linguagem.

Buscaremos, pois, investigar, se o alfabeto ogham, criado pelos sábios celtas, com sua precisão na interpretação dos signos extrassensoriais, exerce de alguma forma influência na criação tecnológica e de que forma esse alfabeto aparece com clareza nas linguagens de programação de software e design.

A finalidade do estudo é mostrar a possível influência do antigo alfabeto na criação das interfaces digitais dentro de sofisticados sistemas de desenvolvimento de software, nas linguagens de programação em Java, Dotnet e C++.

Desejamos investigar, ainda, a importância dos sons e seus simbolismos. Acreditamos que o simbolismo dos sons não é imaginário, podendo haver associações entre os sons antigos, como por exemplo /^/, que em inglês está ligado com peso ou sujeira, ao passo que na linguagem JAVA, PHP, Python, Pascal, C, Objective, Visual Basic, esse símbolo aparece como uma exponencial de "peso" (2^2=4), indicando uma captura a partir do início da linha. Acreditamos, pois, que o vínculo entre uma palavra e seu significado é, geralmente, arbitrário ou convencional, de modo que o observador poderá usá-lo de acordo com a abstração de seu conhecimento sobre determinada linguagem. Tanto a linguagem escrita quanto a linguagem computacional abrangem princípios de organização altamente abstratos.

Desejamos caminhar no sentido de mostrar que um sistema complexo de arquitetura de software resulta da *aproximação* e da *organização* de determinadas unidades, chamadas de *códigos*. Por possuírem características semelhantes e obedecerem a certos princípios, essas *unidades* constituem um todo coerente, coeso. Enfim, uma arquitetura de software funciona da mesma forma como funciona a perfeição do sistema solar, do sistema circulatório, digestivo. Descrever, pois, o sistema significa *revelar a organização* de suas unidades constituintes e os *princípios* que orientam tal organização. Veremos também que esta organização tem conceitos lógicos conhecidos, porém cabe ao observador (o desenvolvedor) aplicar um ou outro código. Isso dependerá da visão abstrata que possui intuitivamente para que use um ou outro. A estrutura da linguagem é una, podendo variar de modo incrível a aplicação de diferentes determinantes.

Com isso, poderemos dizer que nem mesmo na linguagem virtual nada é premeditado. É espontâneo e fortuitamente que os códigos se modificam. Caberá nossa pesquisa investigar se o uso de determinado código a detrimento de outro ocorre de modo convencional ou natural, se é resultado do costume ou se está relacionado por natureza às coisas que elas significam. Investigar, ainda, se o um sistema complexo de informática responde às expectativas do usuário ou, se responde, primeiramente às expectativas daquele que o desenvolve.

Adentraremos no universo lógico-abstrato dessa linguagem para analisarmos se é possível traçar com clareza os limites da Semiótica Computacional com vistas às suas origens.

Poderemos, ainda, mostrar que um desenvolver de sistemas não decora códigos por estímulos externos, mas através da criatividade inata que possuem são capazes de criar infinitos sistemas a partir de princípios básicos finitos. Podemos até mesmo dizer que ocorre uma adequação do espírito à matéria para a criação da linguagem.

Sendo, pois, unicamente do ser humano a faculdade de criar linguagem, é assim também sua possibilidade em simbolizá-la através de códigos que remontam a milênios.

O sofisticado alfabeto ogâmico já traz em si o grande cerne do problema: o mistério que o envolve. O que é o alfabeto ogham? De onde veio? Para que serviu? Quem podia utilizá-lo? O que ele representava? Como é possível imaginar que tal alfabeto possa ter influenciado as modernas linguagens de programação?

Indagamos, sem cessar, se aquele antigo povo sábio já trazia consigo a certeza de que todo aquele conhecimento seria realmente eterno, já que lidavam com seres e energias sutis e eternas.

No deslinde dessa questão, questionamos a problemática do analfabetismo digital. O que é? Pode um desenvolvedor de software ser atingido por tal analfabetismo? Como? Tentaremos buscar um paradigma de como pode um sistema tão moderno ser atingido e influenciado por códigos tão antigos.

Podem as condicionais "se" e "então" limitar o campo de criação do arquiteto de software? E o que limita a linguagem da criação de uma web design? Quais são os limites da linguagem de sistemas? É possível dizer que os programas atuais alcançam o desejo do usuário final? Será que a criação do desenvolvedor é habilidade inata ou é adquirida pelo método de abdução? Ou será que a linguagem dos programadores e designers refletem seus valores individuais? É possível limitar a interação humano-computador? É possível haver realmente tal interação?

A própria origem da palavra mistério (do grego "calar a boca") nos caminha a dizer que são mistérios invendáveis à mente humana, que só podemos nos lançar sobre a origem da criação da linguagem juntamente com os símbolos que a cercam.

Na mente tecnológica, caminham infindáveis conceitos pré estabelecidos pelo "conhecido" rumo ao desconhecido, que é a criação, sejam de imagens através do Design gráfico seja através da criação de arquitetura em software.

Desvendar tais perguntas é desvendar o universo da mente, da Linguagem e da própria existência.

Verificamos que essa pesquisa se depara com a história da riqueza do povo nórdico e seu legado cultural, técnico e místico. Veremos, ainda conceitos de linguagem e a dimensão tecnológica envolvida. O universo céltico é extremamente vivo. Na análise dos objetos, veremos através da etimologia, conceitos de códigos, sistemas e estruturas.

Debruçaremos sobre um verdadeiro enigma, que é o enigma da mente da criação humana e sua linguagem. Tentaremos mostrar que a utilização de códigos é feita, muitas vezes, de modo arbitrário, e por horas, de modo convencional. Sondamos a questionar de que modo os desenvolvedores escolhem um a outro código. Então, buscaremos responder ao

questionamento da utilização do "se" e "então", para os fins de utilização de um código ou outro.

Importante será tentarmos adentrar o corpo do estudo no sentido de responder se o desenvolvimento da linguagem tecnológica responde mais aos sentidos do usuário ou aos sentidos do programador.

Não perderemos de vista o paralelo que desejamos traçar juntamente com o alfabeto nórdico, para enfatizarmos que a criação da linguagem tem origens extrassensoriais, que através do abstrato chega-se ao lógico e que, através do lógico busca-se o abstrato. Eis o enigma lançado.

Mostraremos, ainda, um paralelo entre os signos linguísticos lançados nas estruturas tecnológicas e os signos utilizados no alfabeto ogham. *Nossa intenção é mostrar que a tecnologia está a serviço não somente da atualidade, mas está fulcrada em mistérios existentes a séculos.*

No capítulo final, buscaremos ratificar nossa tese de uma forte ligação entre o alfabeto ogham e os princípios que norteiam um avançado sistema tecnológico. Veremos, ainda, que tal alfabeto mostra sua força não só na linguagem de programação mas também na linguagem visual de uma *web design*, que busca através de um sistema traduzir para o plano de imagens o "sentimento" do arquiteto e do usuário final.

Nossa fundamentação teórica inicia-se com questionamentos etimológicos para que o universo da criação seja valorizado a partir da semântica da palavra. Assim, já mostraremos que a origem de cada palavra, em si mesma, já é de grande importância. Questionamento tal como, "de onde vem a palavra código?" nos dá um norte para nossa pesquisa. Através de ponderação e análise às respostas, vamos desencadeando um fluxograma de sintagmas neurolinguísticos, buscando mostrar que os sistemas atuais podem ter suas origens em saberes remotos e que o limite da linguagem é, em verdade, um universo sem limites à criação humana.

Neste sentido, trabalharemos também com uma comparação ao realismo corporificado, vez que abandonaremos de certo modo a dicotomia empirismo *versus* racionalismo, já que verificaremos o quanto é difícil distinguir com exatidão o que é inato do que é aprendido.

Também verificaremos que a dicotomia relativismo/fundacionalismo pode ser afastada porque a gramática cognitiva funcional adota a concepção de que realmente existem universais conceituais, que apenas motivam os seres humanos (não as máquinas). Ou seja, esses universos

conceituais não delineiam de modo fechado e definitivo o pensamento humano.

Deste modo, associamos uma visão integradora do fenômeno da linguagem que propõe não haver necessidade se distinguir conhecimento linguístico de conhecimento não linguístico, ou seja, de se dotar de uma visão modular da mente humana. Admitindo a influência desses fatores externos sobre a estrutura linguística, a linguística cognitivo-funcional associa os conceitos humanos à época, cultura e até mesmo a tendências individuais, que se manifestam no uso da língua. Ou seja, aspectos de ordem cultural incidem sobre parâmetros biológicos de modo que o comportamento humano somente poderia ser caracterizado por uma relação entre a biologia e outra. Com essa fundamentação em mente, acreditamos, então, ser possível uma conexão das linguagens remotas do universo celta com as modernas linguagens de programação Java, Dotnet e C++.

Observando, pois, as tendências intrínsecas à natureza individual, dentro da universalidade, declinamo-nos a questionar como essas tendências individuais podem alcançar um determinado sistema minuciosamente elaborado por um desenvolvedor de sistemas ou um designer de web. Nossa fundamentação teórica tem por norte signos ancestrais do alfabeto ogham e acreditamos que tais códigos continuam presentes nas modernas linguagens de programação, de tal modo que verificaremos que a linguagem tecnológica, exatamente por conter uma singularidade em relação àquele que a produz pode não corresponder às expectativas de seus usuários como pode corresponder aos aspectos individuais daquele que a cria. Assim, desenvolvedores de arquitetura de software e web design conduzem sua criação de códigos de acordo com algo pré estabelecido, consciente ou inconscientemente, através de sinais remotos do povo nórdico, e também de acordo com a inferência que eles fazem a partir de dados de que ele dispõe no momento da comunicação.

Verificaremos que as funções dadas aos sistemas de arquitetura de software e de web design são entidades mentais não observáveis. Tais funções são estimuladas por meio de *método abdutivo*. Por este método, a criação é desenvolvida por meio de insights teóricos, que busca a conclusão através da interpretação de sinais, de indícios e signos.

Como entidades mentais não observáveis, são capazes de receber influências também não mentais, como estímulos conscientes ou inconscientes do alfabeto ogham.

Além do alfabeto ogâmico, é necessário mostrarmos que no século IV a.C., o gramático hindu Panini havia codificado a língua védica em fórmulas de uma densidade exemplar, não maculada com interpretação mística ou especulativa. Vemos, assim, que toda linguagem reproduz a realidade: a realidade é reproduzida novamente por intermédio da linguagem. Assim, nos deparamos com a adequação do espírito à realidade.

É cabível dizer, concordamos com a filosofia taoísta, que a linguagem instaura uma realidade imaginária, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É neste contexto que trazemos à baila a riqueza do alfabeto ogham e sua sabedoria que não se perdeu nos tempos.

Concluímos que realmente não existe poder mais alto do que o poder da linguagem, que através dos códigos ela compõe e recria a humanidade através do pensamento. Sabedores que o pensamento nada mais é senão o poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações, acreditamos que o pensamento se realiza de forma específica, torna a experiência interior exteriorizada através daquilo que o observador consegue criar. Enfim, ele cria porque observa e observa para criar. E cria para ser útil aos demais e satisfazer a si mesmo.

É interessante investigarmos se essa criação é oriunda por fatores externos ou se é inata, ou ainda, se há congruência entre ambas.

Em relação à criação de um sistema computacional, por exemplo, buscamos questionar o porquê da construção de "modelos". É interessante notarmos que modelos servem para visualizar o sistema como ele é, mas queremos saber o que é dominar a complexidade e entender o sistema. Se o "modelo" se torna tão fundamental em projeto de sistemas, ousamos questionar se esses modelos também servem para a comunicação.

Veremos que diversos autores tratam a semiótica computacional de forma técnica. Buscaremos mostrar que além da tecnicidade que a ciência exige, há, ainda, um aparato emocional que envolve a criação, *a adrenalina da criação*, se assim podemos dizer. Assim o é porque a literatura da matéria também mostra que no mundo das intenções e da criação jaz um sentimento de crescimento daquilo que se faz. E, aquilo que é criado, só tem fundamento se for em prol de uma maior coletividade. A forma de como os estudiosos lidam com este fazer/dever também é matéria a ser abordada no campo de pesquisa.

Nossa fundamentação teórica não poderá afastar-se do estruturalismo cientificamente provado por Saussure, nosso referencial de estudo sobre o desmembramento dos signos e dos mistérios que os cercam.

A ideia de sistema, estrutura e estruturalismo são fiéis em Saussure e assim o é até hoje. Sendo a língua condição da fala, verificaremos na literatura se há relação entre o *som e os códigos de linguagem tecnológica* e se há, ainda, associação com o alfabeto ogham e a maneira de como ele se processa na estrutura da criação de arquitetura e de web.

Concluímos assim que no estudo da *arquitetura de software*, sendo, pois, uma arte de criação, vemos que não é preciso deixar-se desgostar por uma aridez aparente e superficial através do *if* e *then*. É possível transcendê-las e recriar novas e infinitas condicionais, usando-as como a possibilidade de indagação no infinito na criação. O exame atento, a análise constante de toda arquitetura, revela-nos atrativos insuspeitáveis e contribui para nos iniciar na lei geral do "belo", através da criação de *software*. Pode-se comparar esse exercício mental à subida de uma montanha de aspecto áspero, mas do qual cada depressão do terreno contém maravilhas ocultas e que, do seu cume altivo, nos faz descobrir o conjunto harmônico das coisas que se desenvolvem sob nossos olhares através da linguagem tecnológica, respaldada, inconscientemente, no alfabeto ogâmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-MOSTAFA, S., YASER, MAGDON-ISAMAIL, MALIK, LIN, HSUAN-TIEN. Learning From Data Hardcover

BAUGH, Albert; CABLE, Thomas. *A history of the English language*. 4. ed. London: Routledge, 1993.

BIRD, STEVEN, KLEIN, EWAN, LOPER, EDWARD. *Natural Language Processing with Python*.

BISHOP M., CHRISTOPHER. *Pattern Recognition and Machine Learning* (Information Science and Statistics)

BODMER, Frederick. *The loom of language*. New York: W. W. Norton & Company, 1944.

BRUNOT, E.; BRUNEAU, C. *Précis de grammaire historique de la langue française*. Paris: Masson et Cie., 1969.

CAMERON, Kenneth. *English Place-Names*. 3. ed. London: B. T. Batsford, 1977.

CRYSTAL, David. *The Cambridge Encyclopedia of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

D'AUTERIVE, R. Grandsaignes. *Dictionnaire des racines des langues europeéennes*. Paris: Larousse, 1948.

DANNING D., CHRISTOFER, SCHUETZE, HINRICH. *Foundations of Statistical Natural Language Processing*.

EVANS, ERIC. *Domain-Driven Design*: Tackling Complexity in the Heart of Software.

FOSTER, Brian. *The changing English language*. London: Macmillan, 1968.

GAMMA, ERICH, HELM, RICHARD, JOHNSON, RALPH, VLISSIDES, JOHN. *Design Patterns*: Elements of Reusable Object-Oriented Software

GONZALES C., RAFAEL, WOODS E. RICHARD. *Digital Image Processing*. 3. ed.

GREENE, David. Celtic Languages. *Encyclopaedia Britannica*. Macropaedia, 15 ed. Chicago: The University of Chicago, 1976, v. 3, p. 1064-1068.

GREGOR, D. B. *Celtic*: a comparative study. Cambridge: Oleande Press, 1980.

HAYWOOD, John. *Atlas of the Celtic world*. London: Rhames & Hudson, 2001.

HOOK, J. N. *History of the English language.* New York: The Harold Press Company, 1975.

JURAFSKY, DANIEL, MARTIN H., JAMES. *Speech and Language Processing.* 2. ed.

KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch*. 21. unveränderte Auflage. Berlin: Walter Gruyter, 1975.

KRUTA, Venceslas. *Celtes. histoire et dictionnaire*. Des origines à la romanisation et au christianisme. Paris: Robert Laffont, 2000.

LOCKEWOOD, W. B. *Languages of the British Isles past and present*. London: Andre Deutsch, 1975.

McKNIGHT, George H. *The evolution of the English language*: from Chaucer to the twentieth century. New York: Dover Publications, 1956.

MEILLET, Antoine. *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européenes*. Alabama: University of Alabama Press, 1964.

MILLS, A. D.; ROOM, Adrian. *The Oxford dictionary of placenames.* Oxford: Oxford University Press, 1991.

ONIONS, C. T. *The Oxford dictionary of English etymology.* Oxford: Oxford University Press, 1966.

PYLES, Thomas. *The origins and developments of the English language.* Second edition. New York: Harcourt-Brace Javanovich, 1964.

REANEY, P. H. *The Origins of English Place-Names*. London: Routledge and Kegan Paul, 1960.

ROOM, Adrian. *Bloomsbury dictionary of place names in the British Isles.* London: Bloomsbury Publishing PLC, 1988.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Dicionário latino-português*. 9. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

SIMS-WILLIAMS, Patrick. *The Celtic inscriptions of Britain*: Phonology and chronology, c. 400–1200. Publications of the Philological Society, 37. Oxford: Blackwell, 2003.

SMITH, A. H. *English place-names elements*, EPNES 25, 26. Cambridge: Cambridge University Press, 1956.

SPITTAL, Jeffrey and John Field. *A reader's guide to the place-names of the United Kingdom.* Stamford: Paul Watkins, 1990.

TRUDGILL, Peter. *Language in the British Isles.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WALTER, Henriette. *L'aventure des langues en occident*: leur origine, leur hostoire, leur geographie. Paris: Robert Laffont, 2000.

WILLIAMS, Joseph M. *Origins of the English language*: a social and linguistic history. New York: The Free Press, 1984.

HISTÓRICO DA PALAVRA SERTÃO EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Rayanne Kételle Ribeiro (UNIMONTES)
Telma Borges da Silva (UNIMONTES)
t2lm1b3rg2s@yahoo.com

RESUMO

O sertão, não só em *Grande Sertão: Veredas*, mas na maioria das obras Guimarães Rosa, é uma constante; e isso não diz respeito apenas à forma como é apresentado, mas à frequência e aos modos como comparece. Desde o mais remoto registro sobre o Brasil, o sertão aparece sob a pena de vários pesquisadores e escritores; é o caso dos registros de viagens de exploradores da grande colônia Brasil, assim como evidencia Willi Bolle em *grandesertao.br.* Spix e Martius exploraram a região entre Januária e Goiás em 1818. Janaína Amado defende a importância do sertão, apontando sua existência nos relatos de curiosos, cronistas e viajantes que por ali passavam. Desde a carta de Pero Vaz de Caminha, passando pelo *Tratado de Terras do Brasil* e *Tratado Descritivo do Brasil* a palavra "sertão" aparece como termo que exprimia para a colônia uma ideia das terras encontradas e da necessidade de ser povoada em função de suas riquezas naturais. No século XVII aparecem as primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador. Daí para frente muitos são os relatos históricos e textos literários que tentam elaborar uma categoria de sertão por oposição ao litoral, espaço privilegiado pela ocupação do colonizador. No século XX há dois casos emblemáticos na literatura brasileira: Euclides da Cunha com *Os Sertões* (1902) e Guimarães Rosa, com *Grande Sertão: Veredas* (1956) que, numa releitura crítico-criativa de seu predecessor, insere o sertão no debate histórico da formação de um "Brasil profundo". Levando em conta o termo em suas múltiplas dimensões conceituais, nosso objetivo é problematizar a categoria de sertão no romance rosiano a partir das miríades significativas que assume no decorrer do relato.

Palavras-chave: Literatura de Minas Gerais. Guimarães Rosa. Sertão. Espaço.

Comecemos por fazer uma reflexão sobre a origem da palavra "sertão", com base em pesquisas de variados estudiosos, de diferentes áreas.

Janaína Amado afirma que

> "sertão" é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitavam o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (1975). (AMADO, 1995, p. 147).

Num percurso pela origem da palavra, Albertina Vicentini, em diálogo com Gilberto Mendonça Teles, nos traz as seguintes informações:

> A etimologia da palavra sertão pode nos dar a primeira pista para entender sua história de colonização. É ainda Gilberto M. Telles quem nos diz: *De-Sertum*, supino de *sedere*, significa "o que sai da fileira", e passou à linguagem militar para indicar o que deserta, o que sai da ordem, o que desaparece. Daí o substantivo *desertanum* para indicar o lugar desconhecido onde ia o desertor, facilitando a oposição lugar certo e lugar incerto, desconhecido e, figuradamente impenetrável.
>
> Observa ainda o crítico que o adjetivo *certum* através da expressão *domicilium certum* e da forma que tomou em português arcaico, *certão*, pode haver contagiado a significação (não a forma) de *desertanum* como "lugar incerto", *sertão*, vocábulo que aponta sempre para um sítio oposto e distante de quem está falando. Deve ter-se formado também no século XV, na época da supremacia portuguesa nos mares, quando as naus portuguesas começavam a chegar às costas da África, cujo interior, visto do navio (ou litoral), era tido como *sertão*, assim como foi todo o continente africano visto por Portugal. Foi com esse sentido que a palavra chegou ao Brasil, em 1500, na carta de Pero Vaz de Caminha, que dizia: "de pomta a pomta he toda a praya parma mujto chaã e mujto fremosa. Pelo sertaão nos pareceu do mar mujto grande." (VICENTTINI, 1998, p. 5).

A autora faz referência também ao século XVI, quando a designação de espaço territorial longe da costa era para Portugal tanto a África quanto o Brasil. A ideia de sertão, como dependente do lugar de onde fala o enunciador, também é defendida por Alencar, que afirma:

> No Brasil, do período colonial, a palavra sertão tem sido usada para fazer referência a áreas as mais diversas, pois seu enunciado depende do *locus* de onde fala o enunciante. Assim, sertão podia se referir, no período colonial (e até hoje), as áreas tão distintas e imprecisas do interior de São Paulo, da Bahia, a região amazônica, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além do sertão nordestino [...]. Com baixa densidade populacional e, em alguns lugares, pela aridez da vegetação e do clima, o sertão assinala a fronteira entre dois mundos, o atrasado e o civilizado (ALENCAR, *apud* SILVA, 2000, p. 243).

Erivaldo Fagundes Neves faz um levantamento da origem da palavra sertão e chega às seguintes conclusões:

> Filólogos contemporâneos atribuem étimo controvertido ou obscuro à palavra "sertão", derivada do vocábulo latino *desertanu*, de genealogia pouco conhecida. Para todos, significa região agreste, despovoada, lugar recôndito, distante do litoral, mas não necessariamente árido; terra e povoação do interior; enfim, o interior do país (CUNHA, 1997; FERREIRA, 1986; HOUAISS, 2001). Desde os primórdios coloniais, empregavam-se para denominar interior, como se vê nos textos uniformes das cartas de doação das capitanias hereditárias, de 1534, quando D. João III doou "dez léguas de terra ao longo da costa", da respectiva fração territorial e administrativa colonial, a cada capitão donatário, facultando-lhes avançar "pelo sertão", tanto quanto pudessem entrar (SILVA, 1925). Durante a ocupação e povoamento da América portuguesa, "sertão" expressou fronteira da colonização, campo de atividades bandeirantes, lugar onde se procuravam minérios e guerreavam-se contra os índios, degolando os homens e escravizando mulheres e crianças (grifo do autor). (NEVES, *apud* SILVA, 2009, p. 25).

Jaime Cortesão também sustenta que a primeira aparição da palavra no Brasil foi na carta de Pero Vaz de Caminha, em que este nomeia as terras recém descobertas com tal significação:

> De etimologia controversa, a palavra "sertão" aparece, pela primeira vez, em referência às terras que constituiriam o Brasil, na carta de Pero Vaz de Caminha, no século XVI, para designar todo o território recém-descoberto pelos portugueses: "Mas segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas maneiras não duvido que por esse sertão haja muitas aves!" (CORTESÃO, *apud* MELO, 2006, p. 87).

Segundo Valnice Nogueira Galvão,

> num paciente trabalho de erudição, Gustavo Barroso percorre os principais dicionários e autores clássicos portugueses e brasileiros, chegando a algumas conclusões. Que, por exemplo, a palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. Ainda mais, que nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade), mas sim com a de "interior", de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. [...] O vocábulo se escrevia mais frequentemente com c (certam e certão [...]) do que com s. E vai encontrar a etimologia correta no *Dicionário da língua bunda de* Angola, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete muceltão, bem como sua corruptela certão, é dado como *lócus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de "mato", sentido correntemente usado na África Portuguesa, só depois ampliando-se para "mato longe da costa". Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeram-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário. (GALVÃO, *apud* MELO, 2006, p. 88).

Como vimos pelas pesquisas de origem da palavra, sertão é comumente conhecido como o lugar distante, lugar do interior, com muito

mato, de difícil acesso. Mas, no senso comum, pensa-se o sertão como lugar simples de povoamento escasso. Muitas dessas pesquisas sobre a origem da palavra sertão foram feitas em época anterior à publicação de *Grande sertão: veredas* e demostram o quão controverso e difícil é conceituar sertão tão somente como lugar simples. Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas* redimensiona a noção de sertão, fazendo-a ultrapassar as ideias delimitadas pelos pesquisadores e pelo senso comum, uma vez que o termo assume miríades significativas as mais diversas. Neste trabalho, pretendemos opor os sentidos de sertão explicitados nos textos de Pero Vaz de Caminha, na *Carta de Achamento do Brasil* (1500), Pero Magalhães Gândavo, no *Tratado da terra do Brasil* (15??) e Gabriel Soares de Sousa, no *Tratado descritivo do Brasil* (1587) àqueles expostos por Rosa em *Grande Sertão: Veredas*.

O vocábulo sertão aparece duas vezes no texto de Caminha; na primeira denomina a terra na qual chega, por oposição a Portugal e também por não saber ainda por que nome chamar, mas também por nela haver fauna e flora abundantes e ainda selvagens. Na segunda menção tem-se a ideia de que por já ter adentrado um pouco aquelas terras, o autor tem certa noção da dimensão e faz oposição entre mar e sertão, quando diz: "Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa." (CAMINHA, s. d., p. 14).

Além da possível grandeza, Caminha já explicitava no excerto um dos objetivos da viagem, que era a busca por riquezas minerais, quando diz:

> Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. (CAMINHA, s. d., p. 14).

A constatação da grandeza da terra, da qualidade do solo e do clima – que é comparado ao de Entre Douro e Minho – estabelece uma equivalência favorável à colonização da terra que acabaram de pisar, pois facilmente os portugueses ali se adaptariam.

Em *Tratado da terra do Brasil*, já num contexto exploratório da terra *brasilis*, o termo sertão aparece seis vezes; em todas elas a noção de sertão como terra interior é perceptível; há ainda a oposição sertão/litoral ou costa, que terá vida longa na literatura e em estudos sócio-históricos e a oposição sertão/capitania, quando já dividido nas capitanias hereditá-

rias e, de certa forma, já em fase de povoação, diz-se do sertão como lugar despovoado, selvagem, propício para refúgio de nações indígenas:

> Pelas terras desta Capitania até junto do Spirito Santo, se acha huma certa nação de gentio que veio do sertão há cinco ou seis annos, e dizem que outros indios contrarios destes, vierão sobre elles a suas terras, e os destruirão todos e os que fugirão são estes que andão pela Costa. (GÂNDAVO, s. d., p. 06).

Mas o sertão é também considerado lugar perigoso, quando diz:

> Não se pode numerar nem comprender a multidão de barbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não acha povoações de índios armados contra todas as nações humanas, e assi como são muitos permitiu Deos que fossem contrarios huns dos outros, e que houvesse entrelles grandes odios e discordias, porque se assi não fosse os portuguezes não poderião viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente. (GÂNDAVO, s. d., p. 14).

Interessa observar nesse excerto que, além de denunciar a falta de segurança para se caminhar pelo sertão, em função da enorme quantidade de índios "bárbaros", Gândavo tem como positiva a inimizade entre eles, o que favorece a penetração dos portugueses por aquelas terras selvagens. No excerto abaixo, importa destacar a "franqueza" do autor em relação aos verdadeiros donos da terra, quando afirma: "Havia muitos destes indios pela Costa junto das Capitanias, tudo enfim estava cheio delles quando começarão os portuguezes a povoar a terra". (GÂNDAVO, s. d., p. 14). Saber que a terra era alheia não foi motivo para desanimar os portugueses, até porque, continua Gândavo,

> os mesmos indios se alevantarão contra elles e fazião-lhes muitas treições, os governadores e capitães da terra destruirão-nos pouco a pouco e matarão muitos delles, outros fugirão pera o Sertão, e assi ficou a costa despovoada de gentio ao longo das Capitanias. Junto dellas ficarão alguns indios destes nas aldêas que são de paz, e amigos dos portugueses. (GÂNDAVO, p. 14).

Vejamos que a matança dos índios entre si, reforçada pelo poder bélico dos portugueses, inicia o processo de recuar o índio o mais possível para o interior do país, para o sertão profundo (como se pode atestar pela atual realidade dos indígenas brasileiros), ficando o litoral ao dispor dos invasores e para alguns índios que eram de "paz", pois se fizeram amigos dos portugueses.

Caminhando para o final do documento, encontramos o sertão a significar lugar de onde vêm os índios escravizados e também por oposição às capitanias, conforme se lê:

> E por isso ordenarão os padres e fizerão com os Capitães da terra que não houvesse mais resgates nem consentissem que fosse nenhum portuguez a suas aldêas sem licença do mesmo Capitão. E quantos escravos agora vêm novamente do Sertão ou das outras Capitanias todos levão primeiro à Alfândega e alli os examinão e lhes fazem proguntas quem os vendeu, ou como forão resgatados, porque ninguem os pode vender se não seus pais ou aquelles que em justa guerra os cativão, e os que achão mal acquiridos põem-nos em sua liberdade, e desta maneira quantos indios se comprão são bem resgatados, e os moradores da terra não deixão por isso de ir muito avante com suas fazendas. (GÂNDAVO, s. d., p. 18).

Nas duas últimas vezes em que a palavra sertão é utilizada, aparece no sentido de interior afastado da costa e também como lugar de riquezas minerais intocadas e faz lembrar um dos objetivos das viagens exploratórias dos portugueses, qual seja, a procura por riquezas, como está patente na *Carta de Pero Vaz de Caminha* e em Gândavo:

> A esta Capitania de Porto Seguro chegarão certos indios do Sertão a dar novas dumas pedras verdes que havia numa serra muitas legoas pela terra dentro, e trazião algumas dellas por amostra as quaes erão esmeraldas, mas não de muito preço. E os mesmos indios dizião que daquellas havia muitas, e que esta serra era mui fermosa e resplandecente. Tanto que os moradores desta Capitania disto forão certificados, fizerão-se prestes cincoenta ou sessenta portuguezes com alguns indios da terra e partirão pelo Sertão dentro com determinação de chegar a esta serra onde estas pedras estavão. (GÂNDAVO, s. d., p. 20).

Em *Tratado Descritivo do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa utiliza o termo 90 vezes em variadas acepções, dentre as quais destacamos o sentido de sertão como interior, que ocorre 55 vezes e por oposição à costa, 12 vezes. Como terra fértil e agricultável, o termo é mencionado 6 vezes; como terra a ser colonizada 5 vezes; como lugar de riqueza 4 vezes; como refúgio 3 vezes; por oposição a um rio 3 vezes. Por fim, listamos os sentidos com os quais o vocábulo aparece apenas uma vez: terra de vasta grandeza; terra onde se encontra pau-brasil; terra povoada por animais; por oposição à França e lugar de gente preguiçosa.

Com o projeto de colonização já em andamento, o texto de Sousa é mais enfático no que concerne às possibilidades exploratórias da terra, como vemos a seguir: "Esta terra do rio Grande é muito sofrível para esse rio haver de se povoar, em o qual se metem muitas ribeiras em que se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão. Neste rio há muito pau de tinta, onde os franceses o vão carregar muitas vezes." (SOUSA, s. d., p. 30). Sabemos que a cana-de-açúcar foi um dos projetos mais rentáveis no início da colonização do Brasil e fica aqui expresso o desejo de identificar terras próprias para esse fim. A seguir, temos o exemplo de uma preocupação já apresentada por Caminha em 1500, que é a de saber se a ter-

ra tem riquezas minerais. O texto de Sousa, por sua vez, não só comprova a existência das pedras, mas também demonstra os usos de que fazem delas os índios e o quanto pode agradar aos nobres espanhóis, que na época colonizavam Portugal:

> CAPÍTULO CXCIV
>
> *Em que se trata das pedras verdes e azuis que se acham no sertão da Bahia.*
>
> Deve-se também notar que se acham também no sertão da Bahia umas pedras azuis-escuras muito duras e de grande fineza, de que os índios fazem pedras que metem nos beiços, e fazem-nas muito roliças e de grande lustro, roçando-as com outras pedras, das quais se podem fazer peças de muita estima e grande valor, as quais se acham muito grandes; e entre elas há algumas que têm umas veias aleonadas que lhes dão muita graça.
>
> No mesmo sertão há muitas pedreiras de pedras verdes coalhadas, muito rijas, de que o gentio também faz pedras para trazer nos beiços, roliças e compridas, as quais lavram como as de cima, com o que ficam muito lustrosas; do que se podem lavrar peças muito ricas e para se estimarem entre príncipes e grandes senhores, por terem a cor muito formosa; e podem se tirar da pedreira pedaços de sete e oito palmos, e estas pedras têm grande virtude contra a dor de cólica. Em muitas outras partes da Bahia, nos cavoucos que fazem as invernadas na terra, se acham pedaços de finíssimo cristal, e de mistura algumas pontas oitavadas como diamante, lavradas pela natureza que têm muita formosura e resplandor. E não há dúvida senão que entrando bem pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo, que se enxerga o resplandor delas de muito longe, e afirmaram alguns portugueses que as viram que parecem de longe as serras da Espanha quando estão cobertas de neve, os quais e muitos mamelucos e índios que viram essas serras dizem que está tão bem criado e formoso este cristal em grandeza, que se podem tirar pedaços inteiros de dez, doze palmos de comprido, e de grande largura e fornimento, do qual cristal pode vir à Espanha muita quantidade para poderem fazer dele obras mui notáveis. (SOUSA, s. d., p. 328-329).

Feitas essas apresentações dos usos do vocábulo sertão nos primeiros documentos que dão notícia da existência do Brasil, passemos a *Grande sertão: veredas*, romance no qual o termo sertão tem alcance literário dos mais expressivos. Antonio Candido em *O homem dos avessos*, afirma primeiramente que *Grande Sertão: veredas* é uma obra na qual tudo é forte e belo e na qual há de tudo para quem souber ler. Cada um poderá, segundo o autor, "abordá-la a seu gosto, conforme o seu ofício; mas em cada aspecto aparecerá o traço fundamental do autor: a absoluta confiança na liberdade de inventar." (CANDIDO, 2006, p. 111). Foi pensando nessa liberdade de inventar que tomamos a palavra sertão como uma das grandes invenções nesse romance de Rosa e nos permitimos sua comparação com o termo, quando utilizado nos textos acima apresentados.

Se pensarmos que os usos que o vocábulo tem nos textos dos colonizadores, podemos de alguma forma dizer que ao utilizar a palavra sertão Caminha, Gândavo e Soares a utilizavam a serviço de uma "cartografia verbal" que permitisse ao destinatário tomar uma decisão a respeito da colonização dessas terras e de quais formas, o que em Rosa nos parece diferente.

Para Adriana Ferreira de Melo, no caso do romance rosiano, o sertão não é possível de ser localizado e cartografado, pois se constitui como "espaço migrante, de cartografia volátil, (...). Mapeá-lo, fixando-o em pontos e linhas é contradizer a sua natureza ambígua, fugidia, descontínua, inconclusa, movediça, transitória." (MELO, 2006, p. 88). Segundo Melo, o poeta-diplomata parece ter camuflado intencionalmente as marcas temporais e espaciais da narrativa "numa espécie de jogo narrativo cuja regra básica é a invenção fundada na mistura de lugares, situações, linguagens e homens "reais" e ficcionais" (MELO, 2006, p. 89). No jogo de verte e reverte com o sertão Rosa não só problematiza as discussões já consagrada pelos estudos, mas também possibilita ao sertão significar figuradamente tantas outras coisas, e é o que tentaremos apresentar aqui.

Em minucioso estudo monográfico, Rayanne Ribeiro faz um levantamento de 64 entradas para o termo sertão no romance de Guimarães Rosa. A autora as divide em quatro categorias, quais sejam, a geográfica, a sócio-histórica, a metafórica e a metafísica. Com base nessa categorização, ela investiga as possíveis significações que o termo assume ao longo do relato. Na categoria geográfica, sertão é entendido como espaço físico comumente conhecido como local com vasta vegetação, poucos habitantes e casas ou lugar de dentro, o que pode, de alguma forma, ser depreendido do trecho abaixo:

> O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrojo de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes, culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até virgens dessas lá ainda há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... o sertão está em toda parte. (ROSA, 2001, p. 23-24).

Nesse momento, Riobaldo diz que o sertão é pelos "campos-gerais a fora a dentro"; percebe-se assim a imprecisão, o oxímoro da frase

na tentativa de definir o indefinível. Depois ele diz: sertão é "fim de rumo"; é lugar que se divulga e "onde os pastos carecem de fechos", onde se pode andar por muitas distâncias sem que se veja facilmente casa de morador, mas é também lugar onde criminoso vive tranquilo, longe de autoridades, o que remete à dimensão sociológica de sertão, uma vez que por mais que as várias definições destacadas na obra tenham sido agrupadas nas suas respectivas categorias, segundo seu valor semântico predominante, muitas delas perpassam por outras, se não todas, o que evidencia a polissemia ou a (in)definição de sertão. Por fim, Riobaldo diz: "o sertão está em toda parte", ou seja, não é fixo, não é mapeável, não é definível. Está, inclusive, dentro de nós.

Quando a autora trabalha com a categoria histórico-sociológica, afirma haver descrição de grupos sociais, como os jagunços e coronéis. Vejamos: "Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo quando vier que venha armado! E bala é um pedacinho de metal..." (ROSA, 2001, p. 35). Muitas vezes Riobaldo define o sertão relacionando-o com o campo semântico da força, o que nos dá a ideia de poder. Num lugar onde tudo é muito dificultoso, onde a escassez é a regra, a força é poder que sobressai. "Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada." (ROSA, 2001, p. 126). Esse sertão então é o sertão dos mais fortes, dos mais corajosos, o sertão povoado de criminosos. Essas duas definições de sertão têm forte relação com a categoria histórico-sociológica, pois o relato ocorre durante fins da República Velha, momento histórico quando o poder se concentrava principalmente nas mãos de quem tinha mais posses, mais carisma e, consequentemente, mais poderes políticos. Eram então os coronéis o centro do poder, mandavam e desmandavam em todo e qualquer território do qual se consideravam donos, sob a tutela do governo:

> Um "coronel" importante constituía assim uma espécie de elemento polarizador que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem esses seus parentes ou inferiores." A definição de uma determinada pessoa e da sua situação política tinha no coronel o seu ponto de referência. (QUEIROZ, 1997, p. 156.)

A presença do coronel no romance é marcante; em consequência dele há também os capangas, que representavam os zeladores da ordem e do poder emanado do coronel. Segundo Sandra Guardini Vasconcelos, os capangas pertenciam aos coronéis; não eram independentes e nem errantes. Em *Grande sertão: veredas* havia os jagunços; homens livres, não dependiam de ninguém, eram nômades e principalmente solidários uns

com os outros. Vasconcelos apresenta os jagunços do romance como intermediário entre capangas e cangaceiros; aproximam-se dos cangaceiros pela vida nômade e de sua organização; e dos capangas porque eles também integravam o sistema político reinante no sertão; "recriados a partir de dados da realidade, figuram, portanto, no romance como uma mistura que, combinando traços de um e outro tipo, resulta num tipo compósito que retém características dos dois." (VASCONCELOS, 2002, p. 8).

Pela via metafórica, Ribeiro analisa sertão como uma entidade personificada, ao qual é atribuído o poder de agir sobre os sujeitos. Tomemos como exemplo a seguinte passagem: "Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo." (ROSA, 2001, p. 302). Por ser um lugar difícil, muitas vezes, quem vive nele quer empurrá-lo, ou seja, impulsionar com força a pobreza, a dificuldade e a escassez de tudo. E é justamente a força que é preciso para se viver nesse lugar, pois não é ela senão o que faz mover, o que faz mudar, o que dá poder. Por isso Riobaldo, na fazenda dos Tucanos, no meio da guerra, sitiado pelos inimigos, define o que é força: "Arreneguei do que é a força – e que a gente não sabe – assombros da noite" (ROSA, 2001, p. 370). Antonio Candido em relação a uma passagem bastante recorrente na obra, "Viver é muito perigoso..." (ROSA, 2001, p. 32), faz a seguinte afirmação e reforça a ideia anteriormente desenvolvida: "A vida perigosa força a viver perigosamente, tendendo às posições extremas a que podem levar a coragem, a ambição, o dever." (CANDIDO, 2006, p. 128). A natureza humana do sertão está no fato de ele ser aquele que toma decisões na vida do sertanejo.

Em diálogo com Francis Utéza, José Carlos Garbuglio e Consuelo Albergaria, todos estudiosos na metafísica em Rosa, Ribeiro discute o sertão pela via da metafísica e a ela acrescenta os estudos de Giovanni Reale que, por sua vez, investiga os meandros da metafísica em Aristóteles.

Conforme o filósofo italiano, a metafísica é apresentada em toda a obra de Aristóteles em quatro acepções diferentes: "A primeira definição (...) caracteriza a metafísica como 'ciência ou conhecimento das causas e dos princípios primeiros ou supremos'" (REALE, 2001, p. 37). Para o entendimento de tais acepções é preciso entender primeiramente o significado de 'primeiro' e 'supremo'. Cada ciência tem um objeto, cada uma busca as razões da problemática de seu objeto; a matemática busca as razões das problemáticas dos números; a astronomia busca as causas e ra-

zões dos fenômenos celestes. A metafísica não busca as razões e causas de "zonas particulares da realidade" (REALE, 2001, p. 39), como faz cada ciência com seus objetos determinados, mas estuda e determina as causas e os princípios "de todas as coisas sem distinção, de toda a realidade sem restrição, ou seja, de todos os seres." (REALE, 2001, p. 39, grifos do autor). Esse é, portanto, o significado das palavras 'primeiro' e 'supremo'. A segunda acepção da palavra metafísica é muito próxima à significação anterior. Agora a metafísica é a ciência "do ser enquanto ser, e do que compete ao ser enquanto ser." (REALE, 2001, p. 39).

A terceira definição de metafísica está relacionada à substância. A metafísica como a ciência do ser enquanto ser, portador de múltiplos significados. O principal é o significado de substância, não só do ser, mas o principal fundamento de todos os outros. Por fim a quarta definição de metafísica coloca-a como a ciência de Deus ou ciência teológica. No dizer de Reale, Aristóteles considera, entre as ciências, a metafísica sendo a mais divina por se tratar da ciência que Deus possui em grau supremo e por ter como objeto as coisas divinas. A metafísica é, portanto, algo acima do físico, e se existe algo que é eterno, imóvel e separado cabe a uma ciência teorética investigar, não cabendo à física. Para Aristóteles, segundo Reale, essas substâncias separadas seriam então Deus, "Movente e Imóvel, e outras Inteligências puras, moventes nos céus." (REALE, 2001, p. 46).

Por fim, o autor conclui que as quatro definições são relacionadas, mas que todas se fundem na definição com base teológica, pois para o autor é ela que dá a todas as outras uma "latitude transfísica, isto é, uma relevância propriamente metafísica" (REALE, 2001, p. 47).

Desde o início da narração, Riobaldo vem preparando seu ouvinte para o contar narrado. Ele não começa a história em si; primeiro expõe seus pensamentos para que a história seja bem entendida. Primeiro apresenta o sertão geográfico para quem o escuta:

> O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? (ROSA, 2001, p. 23-24).

Logo depois conclui: "O sertão está em toda parte" (ROSA, 2001, p. 24). Como entender que o sertão, aquele lugar deserto de casas e habitantes, lugar simplório, vasto de vegetação está em todo lugar, se seu lugar já é delimitado? Percebe-se nessa definição de sertão que ele não é mais tido apenas como lugar geográfico, mas como um lugar sem-lugar,

pois não é mais fixo, ele pode ser móvel, porque está em toda parte. Esse móvel do sertão só pode ser, dessa forma, o homem do sertão, esse homem que por viver nesse lugar muitas vezes dificultoso, misterioso, tem que ser forte, pois "sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias" (ROSA, 2001, p. 35).

Nesse sentido, homem e lugar se entrelaçam, como corpo e alma, o homem representa o corpo e o sertão a alma. Por mais que esse homem saia do geográfico do sertão, o sertão estará sempre nele, e é justamente por isso que o sertão está em toda parte, e também por isso que Riobaldo afirma a todo o momento que "O sertão: é dentro da gente." (ROSA, 2001, p. 325).

Garbuglio, a partir Cavalcanti Proença, afirma que há dois planos em *Grande sertão: veredas*, um que é a história de jagunço, outro que são as indagações feitas pelo narrador acerca de variados assuntos, ou seja, as constantes perguntas quanto aos acontecimentos da vida e sobretudo da existência ou não do diabo.

A guerra e a ação – narração – ocorrem justamente no momento em que não há especulação; quando há, é o tempo no qual ele está contando a história para o doutor da cidade, ou seja, é o tempo da narrativa. Assim, a todo o momento o sertão é especulado, é refletido, e ao mesmo tempo demonstrado, como se fosse teoria e prática e isso tem a intensão da busca da compreensão do "ser tão", não apenas do lugar geográfico, nem apenas do homem desse lugar, mas do viver. Por isso Riobaldo especula: "Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas." (ROSA, 2001, p. 116). Há nessa passagem a ideia de comparação dessas raras pessoas a veredas: veredazinhas, o que nos remete à explicação do título *Grande sertão: veredas*, que muitos têm como sendo oposição e ao mesmo tempo complementação do que é geral: grande sertão, e do que é específico: veredas. Assim, enquanto há o mais amplo conhecido por todos, há enraizado nesse amplo pequenos caminhos, ou pequenas vazantes. Do mesmo modo que um grande rio do qual saem outros menorzinhos, ou ainda como uma grande estrada da qual saem alguns pequenos caminhos, assim também é o entendimento do mistério do sertão; da multidão de pessoas existentes, há aquelas, algumas, que são as veredas, veredazinhas, aquelas que conseguem compreender esse conhecimento. Riobaldo pouco sabe do sertão e também poucos sabem dele porque, como se disse anteriormente, a metafísica é mistério, não é para se conhecer é para se sentir; desse modo é o sertão

Riobaldo, como iniciado, de acordo com Albergaria, está na busca, no rastro desse "ser" intenso, que é o sertão, o viver vivido.

Como esse conhecimento de sertão não é para todos, o próprio sertão confunde a gente, como é reiterado por Riobaldo:

> O senhor faça o que queira e o que não queira – o senhor toda-a-vida não pode tirar os pés: que há de estar sempre em cima do sertão. O senhor não creia na aceitação do ar. Porque o sertão se sabe só por alto. Mas, ou ele ajuda, com enorme poder, ou é traiçoeiro muito desastroso. (ROSA, 2001, p. 548).

Estamos a todo o momento nele, mas quase não sabemos dele; além disso, ele é traiçoeiro. Essas afirmações assemelham-se às poucas definições que temos da vida, não sabemos ao certo por que e o que é a vida, mas a todo o momento estamos sendo surpreendidos pelos acontecimentos dela; é para isso que serve a metafísica, para pelo menos se indagar sobre a vida; ter noção de um objetivo de existência, pois como afirmado antes por Aristóteles, por meio de Reale, a metafísica busca o porquê último das coisas. E assim se enquadra o sertão presente em *Grande Sertão: Veredas*; ele nos confunde, se esconde, é contraditório, pois ao mesmo tempo em que está dentro da gente, está em todo lugar e ainda em lugar nenhum, pois "O sertão é sem lugar." (ROSA, 2001, p. 370). Isso nos remete à ideia de Riobaldo de que "é, e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é..." (ROSA, 2001, p. 27).

Assim, sertão ultrapassa toda possibilidade de delimitação, pois que ele é o viver, é o vivido, é o homem e tudo que o perpassa; é o demo; é ser forte, mas também é ser fraco; é aprender a viver; é questionar; é a terra e seus bichos que, por mais que haja seres perigosos, tem sempre um manuelzinho-da-croa que, segundo Candido, é "uma espécie de encarnação da ternura" (CANDIDO, 2006, p. 113). É, além disso, o próprio homem, pois que um habita o outro. É por tudo isso que o sertão não cabe só a um lugar geográfico. Rosa, por meio dessa obra, nem um pouco simplória, nos demonstra através da fala de Riobaldo que o sertão não é apenas regional, mas universal.

Aproximando os textos de Caminha, Gândavo, de Sousa do de Guimarães Rosa, a que conclusão chegamos? Na literatura dos viajantes, o sertão é tomado em seu sentido geográfico como interior, lugar distante da costa e colonizável devido ao clima, à fauna, à flora e à riqueza em minerais. Por vezes também aparece como refúgio, como lugar de gente selvagem. Enfim, nesse momento o sertão estabelece uma espécie de fronteira entre dois mundos: o civilizado e aquele por civilizar.

Em Rosa, com sua "liberdade de inventar", para além dos sentidos geográfico, sócio-histórico, o sertão também tem sentido metafórico e metafísico. Quando o analisamos como potência significativa, vemo-lo surgir como um signo impenetrável, porque nele não se chega, nele se está. É o sertão fora da ordem, desertor, aquele que é o homem humano, por isso não colonizável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Consuelo. *Bruxo da linguagem no Grande Sertão*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 31-07-2013.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: CANDIDO, Antonio. *Tese e antítese*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p. 111-130.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte:* vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/bib/b341.pdf>. Acesso em: 31-07-2013.

GARBUGLIO, J. C. *O mundo movente de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1972.

MELLO, Adriana Ferreira de. *O "lugar sertão"*: *grafias e rasuras*. Dissertação (de Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: IGC, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História da civilização brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano: estrutura de poder economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975. p. 153-190.

REALE, Giovanni. *Metafísica*. Trad.: Marcelo Perini. São Paulo: Loyola, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Margarida do Amaral. Os "cantos do interior": o sertão na palavra e a palavra no sertão. *Ícone*. Goiás, vol. 4, p. 17 – 36, 2009. Disponível em: http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/volume4.html. Acesso em 12-02-2012.

SOARES, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>. Acesso em: 31-07-2013.

UTÉZA, Francis. *Metafísica do Grande Sertão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas.* Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta10/Conteudo/N10_Parte01_art25.pdf>. Acesso em: 07-11-2011.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. *Sociedade e cultura*. Goiás, vol. 1, n. 1, jun. 1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/issue/view/348>. Acesso em: 01-02-2012.

LEVANTAMENTO HISTÓRICO DA NOÇÃO DE VERBO: DAS GRAMÁTICAS GREGAS ÀS GRAMÁTICAS ATUAIS

Marcilene de Assis Alves Araujo (UFT/UnirG)
marcilenearaujo36@gmail.com
Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)
luizpeel@yahoo.com.br

RESUMO

O surgimento da gramática tradicional teve como marco fundamental o período helenístico, como um mecanismo de preservação dos traços culturais que caracterizavam o povo grego. Desse modo, a gramática surge com finalidades práticas, mas edificada em uma disciplina teórica do pensamento da linguagem. Ao longo dos séculos, a gramática foi se sedimentando e ganhando contornos mais nítidos, em função da contribuição dos diversos povos. Nesse sentido, esse trabalho objetivou um levantamento histórico do conceito de verbo, visando analisar e comparar as definições apresentadas pelas gramáticas tradicionais, buscando identificar a regularidade, diversidade e pertinência dos critérios empregados no momento da sua conceituação. As gramáticas analisadas foram selecionadas pela abordagem predominantemente normativa e prescritiva. Para isso, o quadro teórico-metodológico está nos critérios mórfico, sintático e semântico, utilizados por gramáticos para classificar os vocábulos de uma língua. Nossos estudos partem do referencial de Câmara Jr (1986) e Neves (1987), dentre outros autores que apresentam trabalhos voltados para o ensino das estruturas linguísticas da língua portuguesa. Esperamos contribuir com os leitores e apresentamos diferentes conceitos formulados pelos gramáticos ao longo do tempo, na tentativa de revelar se houve avanços ou não nos critérios de organização desses conceitos. A língua portuguesa tem um papel de extrema relevância para a formação dos indivíduos brasileiros, tanto na vida profissional quanto no aspecto social, por isso é necessário compreender o significado das mudanças linguísticas e as possibilidades de usos delas para o ensino da língua portuguesa.

Palavras-Chave: Gramática. Ensino. Mudança linguística.

1. Introdução

O homem, desde os tempos mais remotos, comunica-se com seus semelhantes, por meio de desenhos, gestos, sinais e sons, diferenciando-

se dos outros seres por meio da linguagem. Desse modo, o ser humano está em constante evolução espiritual, psicológica, social, política, linguística, tornando-se imprescindíveis as mudanças no aspecto educacional tanto nas suas propostas pedagógicas quanto nas teorias que tratam dos aspectos de desenvolvimento da linguagem, tornando-se necessário reconhecer que a evolução do homem e suas mudanças sociais merecem estudos e aprofundamentos.

A linguagem está presente em toda parte, permeando nossos pensamentos, mediando nossas relações com os outros. Embora a ciência que ocupa do estudo da linguagem estrutura-se como área de conhecimento autônoma apenas no século XIX, seu percurso é de longa data. À medida que as sociedades foram tornando-se mais complexas, o estudo da linguagem adquire novas concepções, propiciando diferentes fenômenos linguísticos.

Inicialmente, tratar de conceitos e de gramática normativa pode sugerir uma incoerência. Afinal, o ensino da gramática tradicional nas aulas de ensino básico e universitário tem sido questão de debate por linguistas e educadores, considerando que as teorias educacionais contemporâneas têm priorizado um ensino que articula a capacidade de ler e produzir textos às estratégias sociocognitivas do aluno, atribuindo-lhe competência e habilidades de uso das operações estratégicas linguístico-discursivas.

Porém, apesar dessa tendência mais contextualizada de ensino, percebe-se que o estudo das classes de palavras nas aulas de língua portuguesa tem atingido um alto percentual nas práticas pedagógicas dos professores, tornando-se importante analisar e comparar as definições apresentadas nas gramáticas tradicionais.

Nesse contexto, pretende-se com esse artigo estabelecer a trajetória do conceito do verbo enquanto classe gramatical, buscando identificar a sua regularidade, diversidade e pertinência quanto aos critérios empregados no momento da sua conceituação a partir dos componentes adotados pela gramatica tradicional, de forma que se possa contribuir com profissionais da área de linguagem e estudantes universitários em geral. Pretende-se, ainda, evidenciar como as gramáticas têm apresentado esses conceitos, conforme os três critérios apresentados por Câmara Jr (1986), além de demonstrar a relevância das discussões acerca das estruturas linguísticas da língua portuguesa para a formação dos indivíduos brasileiros, tanto na vida profissional quanto no aspecto social, mostrando-lhes a

importância e a necessidade de se compreender o significado das mudanças sócio-históricas, culturais e linguísticas, além das possibilidades de usos dessas mudanças para o ensino dessa língua, bem como as responsabilidades da escola, com essa aprendizagem.

2. A gramática normativa

Historicamente, as questões linguísticas têm servido a interesses muito diversos, sendo seus estudos realizados, conforme a concepção de cada um sobre os aspectos linguísticos. A junção de fatores históricos, políticos, econômicos, sociais submetidos aos diversos interesses resultou numa série de concepções acerca do termo gramática e consequentemente daquilo que se constitui seu ensino.

> Os fatos linguísticos sempre estiveram misturados à história dos povos, a seus esforços de expansão e dominação territorial e política, a suas lutas pela hegemonia cultural, a seus intentos proselitistas retóricas; enfim, as línguas foram recebendo tratamentos diversos, conforme as também diversas condições sociais e políticas dos grupos, que as tinham como marca de sua identidade. (ANTUNES, 2007, p. 35)

Herdamos dos gregos a nossa concepção de gramática como uma força controladora que preserva a língua contra possíveis ameaças de desaparecimento. Ao longo dos séculos, foi-se atribuindo aos compêndios gramaticais um papel de instrumento controlador da língua, ao qual caberia conduzir o comportamento verbal dos falantes, tanto pela imposição de seus modelos quanto pelo seu caráter de unificação linguística.

Etimologicamente, gramática é um vocábulo grego que significa "a arte de escrever." Platão *apud* Neves (1987, p. 105), no *Crátilo*, definia gramática como a *téchne* (arte), cuja função seria o de "regular a atribuição das letras na formação dos nomes". Na época helenística, uma *grammatiké* seria um "exame dos textos escritos" com a finalidade de resguardar as obras que representavam o espírito grego, constituindo-se em uma disciplina de cunho didático. Ela é, então, definida por Dionísio da Trácia como *empeiría*, ou seja, o conhecimento empírico. Na definição de Dionísio, tem-se a natureza dessa disciplina ao dizer que ela é prática e não especulativa. "Não é uma disciplina filosófica, pois nasce justamente porque se fixam domínios autônomos com limites preciosos e assim se fixa, fora do âmbito filosófico, um domínio totalmente linguístico" (NEVES, 1987, p. 107).

Os gregos exploraram estudos nas áreas da etimologia, da fonética e da gramática, sendo os estudos morfológicos os mais representativos. Historicamente, a gramática normativa sobressai às demais concepções de gramatica, sendo que seu interesse delineia-se pela preocupação em como se deve falar e escrever.

A classificação da gramática greco-latina foi retomada por muitas outras línguas, principalmente as neolatinas, como o português. "Esse modelo de classificação vem, desde o século XIX, sendo objeto de críticas de muitos estudiosos da linguagem", para Ribeiro (*on line*, p. 88). As classes de palavras foram criadas gradativamente com as contribuições de vários estudiosos em diferentes épocas.

Em sua conceituação, os gregos utilizavam uma mistura de critérios: semânticos, sintáticos e morfológicos, privilegiando ora um ora outro, sem estabelecer uma hierarquia de uso deles; isso ainda caracteriza nossas gramáticas, conforme constatamos ao analisar os conceitos dos verbos apresentado nas gramáticas normativas da língua portuguesa.

3. Estudo da língua e a gramática normativa

Pedagogicamente, o estudo de uma língua se realiza a partir de quatro aspectos: fonemas, morfemas e palavras, sintagmas e frases, e unidades semânticas. Cada uma dessas unidades linguísticas corresponde a uma determinada área de estudo: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, conforme Sautchuk (2010). Uma língua é sobretudo um produto social e cultural, sendo tomada como um código composto de unidades e leis que as reordenam e regulamentam, realizando-se mediante a interação entre todos esses aspectos e não de forma compartimentada.

Os falantes de uma língua concretizam seus atos de fala, produzindo textos orais e escritos, intercalando leis de combinação e substituição dos elementos linguísticos que compõem a estrutura da língua. Desse modo, as regras combinatórias da língua constituem os critérios que definem quais estruturas são possíveis de serem realizadas. Para ser uma estrutura bem formada, devem-se apresentar construções que não desobedecem à gramática da língua.

Para Sautchuk (2010, p. 3) "A língua como sistema [...] permite, porém, muitas realizações concretas individuais que variam mediante um emaranhado de fatores e que representam a diversidade de uso". Isso

propicia ao falante a identificação de estruturas linguísticas possíveis ou não. A língua possui dois níveis de estrutura: morfologia e a sintaxe, sendo a morfologia atuante na estrutura interna gramatical e a sintaxe que trata da distribuição das palavras.

Desse modo, entendemos que a reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua torna-se relevante, ocupando seu lugar na escola, pois isso permitirá ao aluno, no momento certo, desenvolver sua habilidade intelectual de produzir conhecimento. Dado o exposto, apresentamos a seguir, uma reflexão sobre as questões morfológicas do verbo, por meio do esboço de como as gramáticas têm apresentado os conceitos do verbo.

4. Procedimentos e critérios de análise

Esse é um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, visando um diálogo dos conceitos apresentados pelas gramáticas de modo a identificar os critérios utilizados pelos autores e como isso reflete no processo de ensino e aprendizagem.

Como critério de seleção das obras analisadas consideramos como base as características peculiares de adequação aos padrões de inserção das gramáticas normativas, de caráter predominantemente prescritivas, que definem a língua "culta" urbana como parâmetro de modelo ideal a ser seguido e que não priorizam as variações linguísticas inerentes a qualquer língua, em nome de um ideal linguístico, segundo Callou *in* Vieria e Brandão (2011). São obras que se centram nos aspectos de análise na oração, como elementos essenciais para o ensino, reduzindo, portanto, a possibilidade de articular o conhecimento gramatical com a competência textual e discursiva do aluno.

Para procedermos com a análise das definições dos verbos apresentados nos compêndios de gramática estudados, fez-se necessário a identificação dos critérios empregados pelos gramáticos no momento da conceituação. Dessa forma, conforme os estudos de Câmara Jr. (1986), partimos dos três critérios: o semântico, o mórfico e o sintático utilizados para analisar os conceitos das classes de palavras, e como tais critérios são, em princípio, utilizados para classificar o verbo na língua portuguesa.

Em alguns conceitos evidenciamos apenas um critério, em outros evidenciamos a junção de critérios como o semântico e mórfico e ainda o semântico e o sintático, conforme apresentado abaixo.

5. Critério do ponto de vista semântico

Conforme Câmara Jr. (1986, p. 77), o critério semântico se baseia no significado extralinguístico da palavra, isto é, o que o vocábulo significa "do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua". Para Gurpilhares (2004, p. 48), o critério semântico ocorre "quando se estabelecem tipos de significado como base para a atribuição de palavras a classes".

Dessa forma, quando Almeida (1981, p. 164) define, por exemplo, que o "verbo é toda palavra que indica ação ou resultado de ação (estado), Macedo (1979, p. 162), que "verbo indica o processo, a ação, o acontecimento", ou de acordo com Concesso, (2000, p. 41) "Verbo é uma palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno". Podemos, então, identificar o critério da significação, sendo anulados os conhecimentos referentes ao mórfico e sintático.

Ainda quando a definição de verbo deixa de lado aqueles que se esvaziam de conteúdo significativo, servindo apenas para ligar um nome a um sujeito verbal, como em "verbo é aquele elemento que exprime o fato que se comunica a alguém", segundo Filho, *apud* Macedo, (1979, p. 163), temos o critério semântico. Mas esse critério semântico não é suficiente para caracterização do verbo, porque ações, estados fenômenos podem ser expressos também por substantivos. "E isso é tão verdadeiro que a distinção entre nome e verbo é linguística e não formal" (MACEDO, 1979, p. 162).

Desse modo, essa definição tradicional de verbo, que explora apenas o aspecto semântico, só apresenta valor se for entendida na perspectiva do tempo, uma vez que outras palavras também podem carregar a ideia de ação, sendo que os verbos também podem expressar outras ocorrências, inclusive qualidade. Dado isso, verifica-se que ao critério semântico devem ser acrescentados critérios de uma dimensão morfológica, corroborando com Gurpilhares (2004), sendo necessário atermo-nos a outras abordagens para identificar suas propriedades gramaticais e entender o que é verbo.

6. Critério do ponto de vista mórfico

Para Câmara Jr. (1986, p. 77), o critério mórfico baseia-se "em propriedades de forma gramatical" e, seguindo esse critério para definição, temos em Sacconi (1989, p. 151) o verbo como "a palavra que podemos conjugar, ou seja, que podemos fazer passar por quatro variações, chamada flexões"; ou em Cunha (1985, p. 367), "verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo"; e ainda em Lima:

> o verbo, que denota ação, estado, ou fenômeno, é a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais. Esses acidentes gramaticais fazem com que ele mude de forma para exprimir cinco ideias: voz, modo, tempo, número e pessoa (LIMA, 1980, p. 107)

Seguindo o critério do ponto de vista morfológico, no qual os verbos assumem diferentes formas, entendemos que os verbos podem ser facilmente identificados, devido ao caráter de admitirem desinências de número, pessoa, tempo e modo. Mas não é totalmente válido, pois, segundo Sautchuk (2010) os verbos em suas formas nominais no infinito pessoal, particípio ou gerúndio admitem os mesmos critérios, a exceção da forma nominal do gerúndio que não tem a flexão de gênero ou número. Portanto, como afirma Sautchuk (2010) uma identificação de natureza morfossintática seria mais eficaz, pois para ela o verbo é uma palavra que não deixa de ser marcada por desinências, sendo sempre vinculada a um pronome pessoal do caso reto, mesmo quando não no expresso enunciado.

7. Critério do ponto de vista semântico e mórfico

Apresentamos a seguir recortes dos conceitos de verbo que seguem critérios híbridos entre as categorias de critérios semântico e mórfico. Segundo Nicola e Infante (1991) "verbo é a palavra que se flexiona em número, pessoa, tempo, modo e voz. Em termos significativos, o verbo costuma indicar uma ação, um estado ou um fenômeno da natureza" (NICOLA & INFANTE, 1991, p. 106).

Já para Ali (2001, p. 101)

> Verbo é a criação linguística destinada a expressar a noção predicativa. Denota ação ou estado e nas línguas do grupo ariano possui sufixos próprios, com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural; em alguns idiomas também o dual), o tempo (atual, vindouro ou pretérito) e o modo da ação (real, possível etc.)

Isso nos permite averiguar que algumas gramáticas, como essas de Nicola e Infante e Ali; já buscam critérios mais expressivos para a caracterização do verbo, mas não adotam princípios de contextualização e nem preceitos discursivos em seus conceitos.

8. Conceitos que envolvem os critérios semântico e sintático

Para Luft (1978) e Cunha (1981), a classificação deve seguir critérios semânticos e sintáticos, os quais demonstram, tanto aspectos da significação, quanto das suas funções. Para Luft (1978, p. 93 e 94), verbo é

> [...] a palavra que exprime um processo, apresentando ações, fenômenos, estados ou mudanças de estado, situados no tempo [...] Além disso, tem o verbo papel saliente na frase: é o termo essencial do enunciado, o núcleo da oração, da frase.

Para Luft, o verbo se diferencia, assim, do nome, pois o nome exprime as realidades estaticamente, enquanto o verbo o faz dinamicamente. "O nome situa o ser no espaço; o verbo representa-o no tempo, sob a forma de ação, movimento, estado" (LUFT, 1978, p. 94). Para Cunha (1981, p. 209), o "verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração exerce a função obrigatória de predicado".

Podemos verificar que os verbos pertencem a uma classe de difícil definição, pois se examinarmos pelo critério sintático teríamos uma lacuna quanto ao tipo de predicado que pode não ser verbal, pelo critério semântico teríamos a confusão para definir também a classe dos substantivos.

9. Considerações finais

Nossos estudos apontaram uma relação bem próxima entre os conceitos da gramática grega e os apresentados pelas gramáticas atuais, tanto no que concerne aos critérios de organização dos conceitos quanto à influência da gramatica normativa nas nossas escolas, tida como parâmetros, independentemente dos contextos socioculturais diversos nas quais é utilizada. Além do mais, essa diversidade de critérios utilizados nos conceitos dificulta o processo ensino aprendizagem.

Observamos, ainda, que as gramáticas da língua portuguesa seguem a mesma complexidade das gramáticas greco-latinas. E, na verda-

de, essas gramáticas se ocupam muito de mostrar os recursos de que a língua dispõe e os valores atribuídos a determinados usos desses recursos. Nelas são projetadas muito mais regras fixas e proibições que ficam somente na exterioridade das nomenclaturas e classificações, sem priorizar os conhecimentos relativos ao funcionamento dessa gramática na diversidade de seu uso e na complexidade de nossa atividade comunicativa.

O ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras por muitas décadas foi submetido a uma visão tradicionalista, desprezando o fato de que a língua é heterogênea e permeada de variações que fazem parte do contexto social e cultural de professores e principalmente de alunos que frequentam as escolas públicas no Brasil. Desse modo, a análise das definições do conceito de verbo encontradas nas gramáticas pesquisadas demonstrou que o ensino de língua portuguesa ainda é pautado por concepções teóricas e ideológicas impregnadas de fundamentos que centram na uniformidade do discurso e que ignoram a diversidade linguística tão presente em nosso país.

Portanto, esse estudo demonstrou que um trabalho de análise e revisão do material didático pedagógico, em especial, das gramáticas utilizadas pelos professores, em sala de aula, torna-se imprescindível, pois em tantos anos o que se percebe é um cenário de repetição de informações, e as mudanças ainda estão num processo lento e desarticulado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramatica metódica da língua portuguesa*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 1981

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. ver. e atual. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática*: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÂO, Silvia Figueiredo (Orgs). *Ensino de gramática*: descrição e uso. 2. ed. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1986.

CONCESSO, José Francisco da Silva. *Latim*: primeiros passos. Brasília: Ser, 2000.

CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Gramática de base.* 2. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1981.

GURPILHARES Marlene Silva Sardinha. As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica. *Revista Janus*, Lorena, ano 1, n. 1, p. 41-51, 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/10/9>. Acesso em: 20-05-2014.

LIMA Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa.* 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*: explicação da nomenclatura gramatical brasileira. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

MACEDO, Walmírio. *Gramática de ouro da língua portuguesa*: Guia prático de fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Ediouro, 1979.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Universidade de Brasília, 1987.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramatica contemporânea da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

RIBEIRO, Maria das Graças Carvalho. *Morfologia da língua portuguesa*. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/morfologia da langua portuguesa>. Acesso em: 25-06-2014.

SACCONI, Luiz Antônio. *Gramática essencial da língua portuguesa:* teoria e prática. 4. ed. rev. São Paulo: Atual, 1989.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe***:** como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.

O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DA DÉCADA DE 70: UM FAZER HISTORIOGRÁFICO

Hélio Rodrigues Júnior (IP-PUC/SP)
h-rodrigues-junior@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho trata da constituição do ensino da língua portuguesa da década de 70, numa perspectiva historiográfica, com o objetivo de recuperar o processo de instituição e constituição do ensino da língua materna, identificando e compreendendo sua evolução. Procuramos analisar as concepções de ensino na esteira da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 (LDB n. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971), tomando por apoio um livro didático do período, como via de acesso para conhecer esse passado, traçando um paralelo com a história do presente. Perguntamos, assim, como essa lei compreende o ensino de língua materna? De que maneira essas concepções continuam nos dias atuais? Como método de investigação, acompanhamos o maior representante da historiografia linguística, Konrad Koerner, partindo dos três princípios: (i) a *contextualização*, abordando a concepção do ensino do Brasil, mais especificamente, o cenário da língua portuguesa na sala de aula, na década de 70; (ii) a *imanência* abre a investigação dos aspectos conceituais inerentes no livro didático dessa época, possibilitando um "entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto" (KOERNER, 1996, p. 60); (iii) a *adequação*, ao final do trabalho, aproxima os elementos conceituais assumidos no livro didático da década de 70 com o ensino de língua materna nesse início do século XXI.

Palavras-chave:
Ensino de português. Historiografia linguística. LDB. Livro didático. Gramática.

1. Considerações iniciais

Muitas têm sido as investigações na perspectiva historiográfica voltadas a recuperar o processo de instituição e constituição do ensino da língua portuguesa, identificando e compreendendo sua evolução.

Este trabalho pretende, assim, evidenciar as concepções de ensino assumidas na educação brasileira instituída pela reforma da *Lei de Dire-*

trizes e Bases da Educação Nacional de 1971 (Lei nº. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971), tomando por base o livro didático do período como via de acesso para conhecer esse passado, traçando um paralelo com a história do presente.

Olhamos, mais especificamente, como vem se constituindo nesse período as relações entre a proposta do livro e o projetado professor de português. Para tanto, a pesquisa se sustenta na historiografia linguística, que permite analisar o livro didático às luzes da legalidade da década de 70, ampliando à compreensão do processo de ensino da língua portuguesa, ou seja, as diferentes formas de ensinar língua, a postura do professor, a função do aluno, o espaço da norma gramatical, o uso da linguagem.

É nesse campo de investigação que mobilizamos os questionamentos que se colocam: como essa lei compreende o ensino de língua materna? De que maneira essas concepções continuam nos dias atuais?

Dentre essas e outras possibilidades, como fontes primárias, analisamos um didático de língua portuguesa do ensino fundamental, publicado na atmosfera da lei, a fim de percorrermos um lastro da educação básica brasileira, estabelecendo, assim, a constituição do *corpus* da pesquisa: *Português Oral e Escrito*, de Dino Preti, lançado pela Cia. Ed. Nacional, em 1977, direcionado à sexta série do ensino fundamental, livro do professor.

Baseamo-nos na historiografia linguística, como método de investigação, acompanhando o seu maior representante, Konrad Koerner (1996), partindo dos três princípios: (i) a contextualização, abordando a concepção do ensino do Brasil, mais especificamente, o cenário da língua portuguesa na sala de aula, na década de 70; (ii) a imanência abre a investigação dos aspectos conceituais inerentes no livro didático dessa época, possibilitando um "entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto" (KOERNER, 1996: 60); (iii) a adequação, ao final do trabalho, aproxima os elementos conceituais assumidos no livro didático da década de 70 com o ensino de língua materna nesse início do século XXI.

Encontramos no livro didático analisado um reflexo da mentalidade da época e uma preconização da legislação vigente. Como outros resultados, confirmamos, também, que a orientação do livro ainda se repete, de alguma forma, na prática educativa da contemporaneidade.

2. *Contextualização: um retrospecto do ensino da língua portuguesa na década de 70*

A chamada "Reforma do Ensino", instituída com a promulgação da Lei nº. 5.692/71, ocorreu no seio da ditadura militar no Brasil. Embora afirme pautar-se pelo princípio de flexibilidade e defender os princípios democráticos de exercício da cidadania, a lei acaba revelando, em sua redação, o autoritarismo daquele momento histórico, por meio de expressões como: "observância de normas fixadas"; "observar-se-ão as seguintes prescrições"; "será fixada"; "será obrigatória"; será instituída obrigatoriamente"; "exigir-se-á a conclusão", entre outras. (SAVIANI, 1997)

Continuando na previsão da lei, em seu § 2º., do artigo 4º. - "No ensino de 1º. e 2º. graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira" -, encontramos as duas concepções de linguagem que dominavam o cenário teórico relativo ao ensino de língua portuguesa de então: (i) o normativismo[7], concepção subjacente à língua como "expressão da cultura brasileira", e (ii) o estruturalismo[8], verificado na concepção de língua enquanto "instrumento de comunicação".

Vemos que a concepção de linguagem, como expressão do pensamento, atua no sentido de fixar a norma culta da língua como expressão da cultura brasileira. No entanto, esse ideal baseia-se em uma concepção estática e homogênea de língua, pois pensa na sua unidade, sem considerar que a língua varia e que, portanto, conhecer uma língua é conhecer as suas variedades para o manejo social. (FIORIN, 2001)

Além dessa concepção de linguagem como expressão do pensamento, uma outra ressaltada nessa *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, em decorrência da ênfase ao tecnicismo, institui a linguagem como instrumento de comunicação.

---

[7] Também denominado ensino tradicional. Não admite outro ensino a não ser o da língua padrão, verificada nos cânones literários. Dessa concepção decorre a noção de erro, associada aos preceitos da gramática normativa, como tudo aquilo que foge à variedade eleita como modelo de correção da linguagem, alimentando o mito de que as pessoas que não conseguem se expressar segundo a modalidade padrão não sabem também pensar.

[8] O estruturalismo teve seu início marcado pelas ideias de Saussure (1857-1913), para quem os fenômenos linguísticos são peças de um sistema, no qual todo fenômeno tem seu lugar e obtém sua verdadeira significação através de sua relação com outros fenômenos, com outras peças fixas do mesmo sistema. Esse sistema, previamente elaborado, é apresentado como indiscutível à consciência individual de cada falante, pois privilegia a língua como um sistema estável de formas normativamente idênticas.

Enquanto a primeira caracteriza a visão tradicional de gramática como um conjunto de regras a serem seguidas, a segunda está presente no estruturalismo, que concebe a gramática como uma relação de estruturas, passível de classificação e descrição científica.

Diferentemente do normativismo, o estruturalismo propõe descrever a língua tal como é falada por determinada comunidade, em determinada época. No entanto, a operacionalização dessa concepção acaba por limitar-se à descrição da norma culta, uma vez que ao estruturalismo interessa a abstração linguística e não propriamente a realização linguística concreta de cada falante.

Esse projeto de ensino garante-se nos/pelos livros didáticos que se tornaram os grandes aliados dos professores, já que vinham com diversos e variados exercícios, aos quais os alunos respondiam no próprio livro e nos quais o professor, presenteado pelo livro do professor, já encontrava as respostas, aceitas com submissão, sem muito, ou talvez, sem nenhum questionamento. A prática de redação era rara. A cobrança ainda se debruçava sobre a forma, só que agora, verificando-se a reprodução dos modelos.

Dessa maneira, com um discurso de que a prática, os exercícios levam à aprendizagem, o enfoque era o incentivo à repetição. Repetição que não era questionada, nem reclamava, aparentemente, uma reflexão. Aparentemente porque, para aqueles que veem a sala de aula como um lugar de interação verbal, essa prática abafava os ideais de ver no seu aluno o seu interlocutor, mas o configuravam em reprodutor de modelos que nem sempre eram aqueles do professor. Isso porque os livros didáticos proliferavam com o respaldo dos órgãos responsáveis pela educação, no Estado e na União.

Esse cenário é o reflexo da própria situação política por que passava o país – regime militar, que se viu mais fortalecido na década de 70. Não cabia questionar naquele momento.

Passamos ao encontro dessas perspectivas, nesse estudo historiográfico, em um livro didático da época.

3. Imanência: o livro didático revelando o ensino de língua portuguesa da década de 70

Português Oral e Escrito, de Dino Preti, lançado pela Cia. Ed. Nacional, em 1977, direcionado à 6ª série do ensino fundamental (hoje, 7º. ano), livro do professor, é o didático emblemático nesse trabalho para tratarmos do ensino da década de 70.

Inscreve-se em um período em que o livro didático deve oferecer não só os textos para leitura, mas também orientações metodológicas, atividades didáticas a serem realizadas e até mesmo as respostas às questões formuladas (livro do professor).

O livro apresenta-se organizado em quatro unidades, sendo que cada uma é composta por três lições. Essas doze lições são abertas por um texto; estruturam-se obedecendo a uma determinada sequência, mantendo-se, predominantemente, invariável da primeira à última.

O texto é o elemento que abre as unidades, vindo ilustrado com sobriedade, em geral com montagens fotográficas sobre o assunto neles tratado, sendo que, na maioria das vezes, a ilustração aparece na folha na folha esquerda e o texto, na folha direita. Os textos são predominantemente de autores da literatura brasileira contemporânea, como, por exemplos, Érico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino. O autor seleciona textos de assuntos variados tendo alguns com marcas regionais, como forma de os alunos poderem tomar contato com a cultura de várias comunidades brasileiras.

Após a apresentação de cada texto, há, além de uma fotografia do seu autor, uma breve referência biográfica como uma possibilidade de o aluno conhecer um pouco mais a respeito da vida e obra do escritor.

Paralelo ao texto, organiza-se um vocabulário que ajuda o leitor na leitura e compreensão que se localiza ao lado da linha em que aparece a palavra a ser explicada.

Depois da leitura, são apresentadas diferentes atividades. A primeira delas está relacionada ao estudo do texto e está dividida em: *O sentido das palavras* e *O sentido do texto.* Em *O sentido das palavras*, são apresentados exercícios envolvendo, em geral, pesquisa no vocabulário localizado ao final do livro ou dicionário. Vejamos, a partir do exemplo abaixo, um enunciado dessas atividades, retirado da unidade didática 1, *Por causa de uma dor de dente* (p. 05):

O sentido das palavras

Pesquise, no vocabulário do final do livro ou no dicionário, o sentido das palavras e expressões assinaladas nas frases abaixo.

Ao escolher o melhor sinônimo (palavra do mesmo significado), considere sempre o contexto, isto é, o que vem imediatamente antes ou depois do vocabulário ou expressão procurados. Em seguida, reconstrua as frases, a partir do sinônimo. Ex.: ... por causa de um dente que me doía horrivelmente.

terrivelmente

O número de exercícios envolvendo esta atividade é muito variável, de cinco a dez. Em função de termos em mãos o livro do professor, destacamos a presença das respostas das questões, que vêm grafadas com letra cursiva, sem exceção.

Já em *O sentido do texto*, é apresentado um questionário, normalmente com dez perguntas variadas, sobre os mais diversos aspectos que o trecho lido oferece. As questões são ligadas diretamente ao texto onde o aluno encontra as respostas com facilidade. No exemplo abaixo, retirado da unidade didática 5, *Plebiscito*, p. 75, apresentamos parte de um desses exercícios:

O sentido das palavras

Responda com breves palavras:

1. Por que o senhor Rodrigues quis deixar a sala e refugiar-se no quarto?

Para poder consultar o dicionário.

2. Como você julga a atitude de d. Bernardina, confessando que não sabia o sentido da palavra?

É uma atitude honesta de quem reconhece as suas limitações.

3. A atitude do Sr. Rodrigues já tinha antecedentes?

Sim, já havia ocorrido a mesma coisa, a propósito da palavra "proletário".

4. Quando se passa a cena? Em que momento da vida familiar do Sr. Rodrigues?

A cena passa-se em 1890, quando a família, após o jantar, está reunida na sala.

(...)

Outra atividade apresentada é o *Treinamento oral e Treinamento escrito,* em que assinalamos o predomínio do ensino gramatical. O primeiro apresenta exercícios envolvendo classes gramaticais e suas flexões, variação de estrutura de frases, concordância nominal ou verbal

dentre outros. Essa atividade envolve exercícios estruturais de repetição, substituição, ampliação, redução, correlação, seguir como o modelo, prosseguir, na tentativa de treinar o aluno para a aquisição de novas estruturas, novas formas linguísticas da variedade culta. Para exemplicação, transcrevemos parcialmente em exemplo dessa atividade retirada da unidade didática 8, *Lugar reservado*, p. 123:

> ***Treinamento oral***
>
> ***Variação de estrutura da frase***
>
> *1. Mude o emprego popular oral do verbo ter na frase, para as formas cultas com verbo haver ou existir:*
>
> *Está lotado, não tem mais lugar.*
>
> *há*
>
> *existe*
>
> *Continue, em voz alta, fazendo as variações:*
>
> (...)

Destacamos que essa atividade oral prevê um modelo de ensino e aprendizagem de base behaviorista[9], bem sintonizado com o que se previa academicamente para o ensino de língua naquele período.

O número de atividades envolvendo o treinamento oral é, em geral, extenso. Paralelo ao treinamento oral ocorre também o treinamento escrito. São acrescidos, ainda no interior dos exercícios, dentro de retângulos, notas de teor gramatical através dos seguintes enunciados: *observe*, *anote*, servindo de referência para a realização dos exercícios solicitados. Ainda nesta atividade, em alguns momentos, são desenvolvidos exercícios que envolvem a linguagem popular ou coloquial para que o aluno possa fazer uma relação desta com a linguagem culta, conforme exemplo citado.

Quanto aos exercícios do *Treinamento escrito*, são semelhantes ao anterior, pois o aluno repete as estruturas, objetivando a aprendizagem do

[9] Behaviorismo (Behaviorism em inglês, de *behaviour* (RU) ou *behavior* (EUA): comportamento, conduta), também designado de comportamentalismo (português europeu) ou comportamentismo (português brasileiro), é o conjunto das teorias psicológicas (dentre elas a *análise do comportamento*, a *psicologia objetiva*) que postulam o comportamento como o mais adequado objeto de estudo da psicologia. Comportamento geralmente é definido por meio das unidades analíticas respostas e estímulos. Historicamente, a observação e descrição do comportamento fez oposição ao uso do método de introspecção.

conteúdo trabalhado. A atividade prevê diferentes exercícios gramaticais, a saber, estrutura da oração, classes gramaticais, variações de linguagem; frase nominal, variação de estrutura de frase, concordância, etc. Vejamos alguns exemplos:

> Unidade didática 2, O soldado e a trombeta, p. 32:
>
> **Classes gramaticais: o verbo e o advérbio (revisão)**
>
> 11. Acrescente um advérbio ou locução adverbial em qualquer lugar das frases propostas.
>
> Modelo:
>
> É justo que a espada tu quebres
>
> É justo que a espada tu quebres (assim).
>
> Continue:
>
> Eu sou inocente.
>
> Eu não sou inocente.
>
> Um velho soldado tirou a espada.
>
> Um velho soldado tirou rapidamente a espada.
>
> E ele repousou.
>
> E ele repousou finalmente.
>
> (...)
>
> Unidade didática 6, O importuno, p. 98:
>
> **A estrutura da oração (revisão)**
>
> 20. Indique adiante a estrutura destas orações, conforme o modelo:
>
> Formamos a frase única: sujeito + predicado verbal (com objeto direto)
>
> Continue:
>
> Funcionários batiam palmas: sujeito + predicado verbal (com objeto direto)
>
> Esta algazarra resulta da ampla liberdade de opinião: sujeito + predicado verbal (com objeto indireto)
>
> O servente comanda o coro: sujeito + predicado verbal (com objeto direto)

Você é bom brasileiro? Sujeito + predicado nominal

O trabalho com a gramática é aqui parcialmente diferente do anterior, pois os alunos devem escrever as respostas e não somente lê-las em voz alta após a explicação de um determinado conteúdo gramatical.

Outra atividade que aparece no livro é *Atividade de comunicação e expressão*, constituída de sugestões de trabalhos que envolvem a expressão oral e escrita, aparecendo sistematicamente no final de todas as unidades didáticas. Os exercícios são em grande número e os mais diversos, como: jogral, pesquisa, teatro, bingo, produção de peças teatrais, dramatizações, recitações, gravações, recortes e colagens, elaboração de cartazes, história em quadrinhos, todas ligadas ao tema do texto trabalhado. Acompanhando as atividades encontram-se figuras, imagens, ilustrações, ajudando a orientar as atividades solicitadas.

Podemos observar, também, na mesma atividade, uma determinada sequencialidade para o seu desenvolvimento, com a utilização de várias propostas e orientações de trabalho. É o que verificamos na proposta de trabalho abaixo apresentada, intitulada *Dramatização*. *O teatrinho da aula de português* (p. 84), a ser desenvolvida a partir de nove exercícios diferentes:

1. Cinco alunos vão fazer uma leitura dramatizada do texto, (...).
2. Montar a cena, fazendo uma adaptação para teatro em classe (...).
3. Depois (...) fazer uma autoanálise de seu tipo psicológico (...).
4. Motivados (...), os alunos poderão escrever pequenas cenas (...).
5. (...) visita a um teatro (...).
6. Transformar outros textos deste livro em teatro (...).
7. Pesquisar pequenas peças (...).
8. Reescrever (...).
9. Dois alunos estabelecerão um diálogo bem simples (...).

Um dado muito importante na composição das unidades são notas pontuais apresentadas pelo autor que direcionam o trabalho do professor, aparecendo manuscritas, ao lado das atividades, ao término e/ou início do exercício, dependendo da atividade que está sendo realizada.

Vamos aqui retomá-las em função de serem em elemento novo que surge no processo da configuração do livro.

> Prof.: quanto à flexão dos substantivos e adjetivos é conveniente limitar-nos aos casos mais gerais e de aplicação mais frequente. (p. 93)
>
> Professor: neste tipo de exercício é de se esperar alguma variação nas respostas dos alunos, o que, aliás, constitui aspecto positivo da aula, pois favorece a discussão do sentido das palavras. (p. 99).

Nessas notas, o autor modaliza as ordens quando se dirige ao professor, transformando-as geralmente em sugestões ("*...é conveniente limitar-nos...*"); situação contrária acontece nos enunciados direcionados aos alunos quando a ordem é direta, sem relação de proximidade onde o autor usa apenas o imperativo como ordem expressa para as atividades serem executadas. Isso se observa nos exemplos das diferentes atividades apresentadas: *observe, flexione, prossiga, anote, continue, escolha, faça, pesquise, indique, leia, responda etc.*

Em síntese, como vimos, o didático está organizado em quatro unidades didáticas (I, II, III e IV), sendo que em cada unidade, encontramos três lições para cada uma, totalizando doze lições. Além de que, observamos que a estrutura organizacional das unidades ocorre da seguinte forma:

UNIDADE DIDÁTICA
TEXTO
REFERÊNCIA BIOGRÁFICA
VOCABULÁRIO
O SENTIDO DAS PALAVRAS
O SENTIDO DO TEXTO
TREINAMENTO ORAL
TREINAMENTO ESCRITO
ATIVIDADE DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

É possível considerarmos que o autor opta por uma forma composicional organizada a partir de uma estrutura fixa de seções para a apresentação dos objetos de ensino. Tal organização reflete uma estrutura sequencial, sem variações, obedecendo a uma determinada ordem: texto e gramática, sempre desenvolvidos a partir de uma progressão de atividades e exercícios.

Essa forma de organização demonstra que as atividades de ler, escrever, falar fazem parte de uma visão procedimental do ensino de língua portuguesa, onde cada uma delas ocupa um lugar específico nas unidades; a formação da linguagem do sujeito assentava-se na repetição de modelos, no armazenamento de respostas corretas, ou seja, na prescrição, nas normas, nas regras que iriam delinear o cidadão, atendendo os princípios da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* vigente.

4. Adequação: aproximando o ensino de língua portuguesa da década de 70 aos dias presentes

Iniciamos a adequação, tomando como suporte a nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, a Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que organizou os *Parâmetros Curriculares Nacionais* no Brasil[10].

Nessa abordagem, o ensino de língua materna se realiza, tentando costurar num único processo entre a teoria e a prática, partindo do pressuposto de que cada sujeito constrói a sua própria história e, assim, a sua concepção de mundo, repensando e refletindo as experiências vividas, concebemos sujeitos com diferentes saberes.

Assumimos uma postura de que na sala de aula "ensinar é criar espaços para fazer valerem estes saberes silenciados para confrontá-los com os 'conhecimentos' sistemáticos, mas nem sempre capazes de explicar os fatos" (GERALDI, 1999, p. 21).

Estão aí revelados os objetivos que preveem "a constituição de usuários" da língua materna, já que "o usuário não segue rigidamente as normas propostas nem salta de um produto a outro, fragmentando-se e alienando-se neles como quer a sociedade de consumo" (GERALDI, 1999, p. 21).

No que tange à língua materna, o seu ensino parte do ponto em que se prevê a concretização de seus objetivos: o texto. A sua produção advém de um processo contínuo de ensino e aprendizagem, cuja "metodologia permite integrar a construção do conhecimento com as reais necessidades dos alunos" (SERCUNDES, 1997, p. 83).

Envolvem-se aí as atividades que fortalecem a competência linguística de seus autores: leitura crítica, a escrita com objetivo e leitor definidos, a compreensão e interpretação do mundo, a reflexão sobre a própria linguagem. Como assevera Geraldi (1999), aqui o texto já não se revela um produto pronto, intocável, que pertence somente ao seu criador, que não permite inferências, nem interferências, pois surge para satisfa-

[10] Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* são referenciais para a renovação e reelaboração para a proposta curricular do Ensino Fundamental, publicados em 1997 e 1998, pretendendo oferecer uma recomendação do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para que as escolas formulem seus currículos, levando em conta suas próprias realidades, tendo como objetivo uma formação para a cidadania democrática.

zer as necessidades do autor e do leitor que compartilham um mesmo conhecimento de mundo e de língua.

No entanto, cruzando as abordagens que encontramos no didático de Preti com o ensino de língua materna desse início do século XXI, o que encontramos não é suficiente para configurar mudança de postura, pois o texto, muitas vezes, é apenas pretexto para aquela abordagem metalinguística, como fazem ainda alguns professores.

Nesse caso, eles iniciam o processo pela gramática normativa e não pelo uso, fazendo o caminho inverso ao que sugerem os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, no eixo uso-reflexão-uso, preocupando-se com as regras gramaticais e, ao que parece, sua mera identificação no texto.

Ao nosso ver, esses professores que trabalham com o texto na sala de aula ainda não o encaminham para uma reflexão sobre o uso, de acordo com o conteúdo proposto pelas legislações atuais, pois, no trato com a gramática, carregam a mesma concepção tradicional veiculada pela Lei nº. 5.692/71.

O que confirmamos é a presença do ensino normativista da língua, em que os professores oferecem a gramática por exercícios de reprodução de regras, confundindo comumente educação com a caça às formas sintáticas, lexicais e fonéticas, transformando as aulas de português em ensino da gramática normativa. A grande função do professor é corrigir o "português errado", colocando-se como intolerante à língua em uso e às variações e mudanças linguísticas.

Bagno (2002, p. 16) considera que "o ensino de língua no Brasil, neste início de século XXI, se encontra numa nítida fase de transição", confirma essa inegável necessidade de se estudar o ensino do Português perpetuado pelas contribuições da ciência linguística moderna e não, somente, de acordo com os preceitos da gramática normativa.

E ele vai além quando advoga que

> [...] o ensino de língua na escola deveria propiciar condições para o desenvolvimento pleno de uma *educação linguística* – conceito que difere em muito da prática tradicional de inculcação de uma suposta "norma culta" e de uma metalinguagem tradicional de análise da gramática. (BAGNO, 2002, p. 17)

Nos dias de hoje, por fim, a ditadura do ensino tradicional da regra gramatical não mais se basta. É preciso articular a norma culta ao domínio do discurso adequado às situações de interação, de modo a favorecer a inserção do usuário da língua ao mundo da escrita, por exemplo;

ou seja, à dimensão da competência comunicativa - percalço da sala de aula de língua portuguesa.

5. Considerações finais

O trabalho centrou-se na década de 70 e tentou apresentar as diferentes formas de ensinar a língua, a postura do professor, a função do aluno, o espaço da norma gramatical, o uso da linguagem, num viés historiográfico, seguindo os princípios de Koerner (contextualização, imanência e adequação).

Vimos que na década de 1970, e coincidindo, portanto, com o momento histórico vivido pelo país, o magistério é pautado no tecnicismo, modelo adotado pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,* **Lei** nº. 5.692/71 que passou a dominar, desde então, o cenário do ensino de língua.

Analisando o livro didático da época, concluímos que propõe um modelo mecânico de aprendizagem, que isenta o aluno da prática da reflexão, consolidando a técnica estruturalista, que se aliou ao autoritarismo da época: as unidades apresentam uma sequencialidade fixa, pouco variável; texto e gramática continuam a constituir a estrutura mínima a partir da qual se desenvolvem todas as demais atividades. A gramática e o uso da forma padrão permanecem ocupando um lugar privilegiado.

Encontramos a língua nacional ensinada na escola como um caráter emblemático, servindo de instrumento de dominação, porque a própria concepção de língua corrente eximiu as instituições de propiciar a reflexão e o posicionamento do sujeito, face a um ensino centrado na repetição mecânica da estrutura da língua

O didático confirmou essa tendência nos anos 70, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem, que definiram uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e passível de ser totalmente programada em detalhes. O autor do livro didático analisado direciona, de forma forte e acentuada, ao fazer do professor.

O que é valorizado nessa perspectiva, não é o professor, mas sim a tecnologia; e o professor passa a ser um mero especialista na aplicação de manuais e sua criatividade fica dentro dos limites possíveis e estreitos da técnica utilizada.

Porém, as mudanças que a atual *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* traz com a implantação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* ainda não são confirmadas pela prática de alguns professores: o texto, assumido como unidade básica de interação verbal, insiste em ser relegado ao estudo da frase e do período, quando não só à análise da palavra, como vimos no didático analisado.

No entanto, não podemos esquecer que é papel essencial do professor de língua portuguesa assumir uma prática em que a linguagem é o instrumento para a aprendizagem do aluno, encaminhando-o ao uso de informações contidas nos textos, bem como conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo.

Em suma, as questões aqui discutidas indicam que ainda no ensino de hoje os reflexos da antiga *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* ecoam, corroborando a necessidade de centrar esse ensino precipuamente no texto, e não na norma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

BASTOS, Neusa Barbosa. (Org.). *Língua portuguesa*: história, perspectivas, ensino. São Paulo: Educ, 1998.

BATISTA, A. A. G. *Aula de português*: discurso e saberes escolares. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares; história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil*: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____; ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth. (Orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa*: letramento e cidadania. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005.

BRASIL. Casa Civil. *LDB*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20-05-2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CORACINI, Maria José. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. São Paulo: Pontes, 1999.

DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *O livro didático de português*: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Polêmicas do Nosso Tempo, 1984.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº. 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos*: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001.

GERALDI, J. W. (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, 1999.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em historiografia linguística. Trad.: Cristina Altman. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística*, n. 2, 1996.

PRETI, Dino. *Português oral e escrito*. 6ª série do ensino de primeiro grau. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação:* trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever. In: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Orgs.). *Aprender e ensinar com textos dos alunos*, vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, Magda Becker. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

PONTOS DE CONTATO ENTRE O *METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS* (1619) E AS *REGRAS DA LINGUA PORTUGUEZA ESPELHO DA LINGUA LATINA* (1721)

Raquel do Nascimento Marques (USP)
raquel.ntomarques@gmail.com

RESUMO

Com base nos conceitos de gramatização e horizonte de retrospecção (Auroux, 1998, 2008), este trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise das particularidades do português presentes no *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* (1619) de Amaro de Roboredo e na primeira edição das *Regras da Lingua Portugueza Espelho da Lingua Latina* (1721) de D. Jeronymo Contador de Argote. Apesar de o *Methodo* não ser uma "gramática propriamente dita", mas um manual para o ensino da língua latina, Roboredo tratou de observar vários pontos característicos da língua portuguesa, também Contador de Argote, na primeira edição (1721) de sua gramática, não deixou de apontar particularidades do português. A escolha das duas gramáticas se justifica pelo fato de ambas, não obstante possuírem objetivos diferentes, abordarem características do português.

Palavras-chave: Roboredo. Argote. Gramatização. Características do português.

1. Considerações iniciais

Este trabalho tem por objetivo apontar e analisar as características da língua portuguesa presentes no *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* (1619) de Amaro de Roboredo e na primeira edição (1721) das *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina*, de D. Jeronymo Contador de Argote.

Apesar de o *Methodo* não ser uma "gramática propriamente dita", mas um manual para o ensino da língua latina, Roboredo tratou de obser-

var vários pontos característicos da língua portuguesa, assim como D. Jeronymo Contador de Argote na primeira edição (1721) das *Regras*.

De entre os pontos comuns às duas obras, há os *idiotismos* ou características do português, objeto de nosso trabalho. Para tratar a língua portuguesa, Roboredo criou, um subcapítulo intitulado "*ao curioso portuguêS*", voltado aos interessados em conhecer regras de sua língua. Contador de Argote, também, tratou do que era próprio da língua portuguesa e elaborou, na primeira edição, um capítulo denominado "Da figura Idiotismos" em que mostra tais peculiaridades da língua portuguesa, apesar de o foco do ensino de Argote ser "a busca pelas regras coincidentes com as do latim" (LEITE, 2011, p. 666). A escolha das duas gramáticas justifica-se pelo fato de ambas, apesar de possuírem objetivos diferentes, abordarem características do português.

Com base nos conceitos de *gramatização* e *horizonte de retrospecção* (AUROUX, 1992, 2008), analisaremos, embora sucintamente, tais características do português apresentadas em ambas as gramáticas. Conforme Auroux (1992, p. 70), a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la como um *instrumento linguístico* [...] que prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor.

Para Leite (2014, p. 116), a gramática, mesmo mantendo a estrutura original, que constitui seu modelo, "reflete e refrata" o conhecimento de seu tempo. Para compreendê-la, portanto, é preciso situá-la em seu "horizonte de retrospecção", ou seja, em seu tempo e espaço, a fim de verificar os conhecimentos antecedentes que a condicionaram, ou, em outras palavras, para encontrar as causas de sua emergência com aquele discurso e não com outro.

2. O horizonte de retrospecção – Amaro de Roboredo e Contador de Argote

Segundo Assunção (2007, p. 23), a época em que Roboredo viveu foi muito conturbada, em termos políticos, religiosos, científicos e didáticos, com Portugal politicamente dominado pelos Filipes (1580-1640) e com a emergência da Reforma (protestante) e da Contrarreforma da Igreja Católica. Além disso, ainda segundo Assunção, Roboredo viveu sob a

égide da gramática latina do jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526-1583), *De Institutione Grammatica Libri Tres* (Lisboa, 1572) [...].

Também Kossarik (2002, p. 8), estudou a obra de Roboredo e reconheceu sua importância, dizendo que esse autor, quase esquecido, desempenhou um importante papel no desenvolvimento do cânone gramatical, na formação de novos tipos de gramáticas: comparativas, universais e escolares e na elaboração de algumas noções e princípios de descrição da língua importantes para a linguística de hoje.

De acordo com Assunção (2007, p. 12-15), Amaro de Roboredo nasceu nos finais do século XVI em Algoso [...] e deve ter falecido depois de 1653, em Viseu, com mais de 70 anos [...]. Foi secretário do arcebispo de Évora D. Diogo de Sousa, professor particular e escreveu várias obras de caráter linguístico-didático. Em 1619, Roboredo publicou a sua mais importante obra linguística, o *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, que está dividido em três partes: a primeira, [...] é a "Arte" ou a "Grammatica exemplificada na Portugueza & Latina"; a segunda, "Copia de Palavras exemplificada nas latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses [...]"; a terceira parte, "Phrase exemplificada na latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica [...]".

O século XVIII foi menos conturbado que o século anterior. Pretendeu-se, nessa época, a restauração do poder (interna e externamente) e a melhoria das condições de vida da população, prejudicada por muitos anos pelo domínio espanhol (FÁVERO, 1996, p. 53). Com a descoberta das minas de ouro e diamantes no Brasil, Portugal vive um período de esplendor e riqueza completamente novos. Quando ao ensino português, este continuava, assim como no século anterior, sob a égide da gramática alvarista.

Conforme testemunho do biógrafo teatino D. Tomás Caetano do Bem (1794, II, p. 200 *apud* KEMMLER, 2012, p. 79), Argote nasceu em 8 de julho de 1676 na vila de Colares e era filho do jurista e Desembargador da Casa da Suplicação Luiz Contador de Argote e de D. Maria Josefa Lobo da Gama Maldonado. Segundo Leite (2011, p. 667), além de gramático, o padre foi historiador e escreveu a obra *Memórias Históricas do Arcebispado de Braga* (1744), dividida em quatro volumes e dedicada ao rei D. João V. Argote faleceu no Convento dos Caetanos, em Lisboa, em 1749.

Há duas edições da gramática de Argote: a primeira, de 1721, e a segunda, de 1725. Essa primeira edição foi publicada sob o pseudônimo de Pe. Caetano Maldonado da Gama. Segundo Kemmler (2012, p. 82-83), Contador de Argote pertenceu à ordem dos Clérigos Regulares de São Caetano de Thiene e, portanto, ele teria escolhido o nome próprio 'Caetano' para identificar-se como pertencente à ordem dos teatinos. Quanto aos sobrenomes 'Maldonado' e 'da Gama', estes pertencem à mãe do gramático. A obra organiza-se em três partes: a primeira, com onze capítulos, trata da morfologia; a segunda, com oito capítulos, trata da sintaxe; e a terceira, com cinco capítulos, trata da sintaxe figurada. Quatro anos mais tarde, Argote assumiria a autoria das *Regras* e a ampliaria consideravelmente.[11]

Outra observação sobre a gramática de Argote diz respeito ao modo de apresentação do texto, no formato de diálogo. Essa escolha do autor deve-se, também, ao objetivo pedagógico da obra, como era comum desde a Idade Média. Para Kemmler (2012, p. 93),

> o próprio método dialogístico[12] escolhido para ambas as edições da gramática de Argote, levam a crer que a obra em questão possa ter as suas raízes numa gramática desse gênero que tenha sido dedicada ao latim como as restantes fontes do gramático.

Para Leite (2011, p. 668), o texto das *Regras* de Argote apresenta-se na forma de diálogo, "à moda dos socráticos, em que 'conversam" o Mestre (M.) e o Discípulo (D.), estando o mestre no papel de inquiridor, como Sócrates, para levar o discípulo a refletir e encontrar as respostas sobre os temas gramaticais a respeito dos quais falam."

3. Ao curioso português

No *Método Gramatical para Todas as Línguas* (1619), a parte dedicada ao leitor interessado em informações específicas da língua portuguesa, a qual o autor denominou "ao curioso português" se encontra em um subcapítulo inserido no mostrador da matéria. Lê-se: "Em quanto se

[11] Apresentamos, como trabalho final da disciplina "Crítica Textual: Edição de Textos Literários em Língua Portuguesa", ministrada pelo Prof. Dr. Manoel Mourivaldo, a parte descritiva material das duas edições da gramática de Argote.

[12] Conforme explica Kemmler (2012, p. 93), Schäfer-Prieß (2000, p. 19-20, *apud* KEMMLER, 2012, p. 93) usa o termo *Dialoform e diz que este tipo de diálogo* se encontra em Donato, bem como em vários gramáticos modernos como Perrotto, Bembo, Valdés e Sciopio.

não ordenão per sua ordem as regras da grammatica portuguesa, ainda não publica'da, as pode o curioso colligir desta, para saber per arte, o que fala per uso. (ROBOREDO, 1619, p. 4).

Neste subcapítulo em que apresenta as particularidades do português, Roboredo deixa claro não serem as regras da língua portuguesa, ainda, gramatizadas. Por esse motivo, ou seja, pelo fato de essas regras não constarem nas gramáticas, o leitor, então denominado "curioso", que quisesse conhecer melhor a língua portuguesa poderia, com base nas informações contidas no subcapítulo, fazê-lo.

A primeira característica da língua portuguesa apresentada por Roboredo, no primeiro capítulo do primeiro livro, diz respeito às declinações, e gêneros dos nomes.

3.1. Declinações, & generos dos nomes

> Para os Nomes ha na Portuguesa três Declinações, & na Latina cinquo. Em cada Declinação ha dous Numeros; *Singular*, para hũa cousa, *Plural*, para muitas. Cada Numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua.
>
> Os Nomes ou são Substantivos, como *Calor*; ou Adjectivos, como *Alto, Alta*. Os Substantivos na Portuguesa, ou são Masculinos, ou Femininos: & na Latina ou são Masculinos, ou Femininos, ou Neutros: segundo as terminações dos Adjectivos, que na língua houver; como na Portuguesa ha duas, como, *Alto, Alta*: & assi ha dous Generos. E na Latina ha tres terminações: como, Altus, Alta, Altum: & assi ha tres Generos. (ARGOTE, 1619, p. 2).

Roboredo apresenta, na língua portuguesa, declinações e gêneros diferentes daqueles do latim. Conforme lemos no texto de Roboredo, e como já anotou Assunção (2007, p. 62-62), enquanto na língua latina há cinco declinações (-æ, -i, -is, -us, -ei) que variam de acordo com os casos e o número, na língua portuguesa há três declinações (-o, -a, -e) com variação, apenas, de número para os seis casos, e cujos paradigmas são "alt-o", "alt-a" e "torre". Também para os gêneros dos nomes, Roboredo apresenta dois (masculino e feminino) para o português, ao contrário do latim em que há três gêneros (masculino, feminino e neutro). Roboredo retoma o exposto a cima com um parágrafo em que apresenta outros exemplos de terminação da terceira declinação bem como dos gêneros dos nomes:

PORTUGUESA

> Os Nomes Portugueses se acabão em algua destas letras O, A, E, I, M, R, S, Z. Os em O são masculinos, que pedem hũa Declinação. Os em A, Femininos, E pedem outra: E os mais se podem reduzir a outra, dos quaes hũs são Masculinos: outros Femininos como *Fonte, Cal, Calor, Homem, Mes, Paz, &c*. Se os nomes desta terceira Declinação se acabarem em E, recebem S no Plural; se se acabarem em consoante recebem, ES: como *Breve, breves: Calor, calores: Mes, meses: Paz, pazes: Homem*, recebe ou ES como *homeēs* ou com S, como *homems*; E mudando o M, em til *homẽs*: E assi os mais em M: Os em Al, mudão o, L em , ES, como *Tribunal, Tribunaes*: Os em El, Il, Ol, Ul, mudão o, L, e, IS: como *Papel, papeis: Barril, barrijs: Forol, Forois: Azul, azũis*. Acho mais estes Nomes, *Rei, Lei, Boi, Borzeguî*, acabados em, I, E *Perû*, acabado em U: os quaes recebendo S ficão, Pluraes. Tem a portuguesa este articulo, *O, OS*, que mostra o genero Masculino dos nomes Substantivos commũs; E este articulo, *A, AS* que mostra o genero Feminino, dos ditos Substantivos. Os quaes articulos he o mesmo que a primeira, E segunda Declinação puras. Destes articulos vê pag. 47. (ROBOREDO, 1619, p. 2).

Ainda sobre as declinações dos nomes, Roboredo expõe um quadro em que apresenta exemplos das três declinações portuguesas:

D.		Primeira	Segunda	Terceira	
Numero singular	Nominativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem.
	Genitivo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	De quem.
	Dativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	A quem, pera quem.
	Accusativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem padece.
	Vocativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem he chamado.
	Ablativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Sem que. Com que. Em que. Onde. De que. Donde.

Número Plural	Nominativo	Alt-os	Alt-as	Torr-es
	Genitivo	Alt-os	Alt-as	Torr-es
	Dativo	Alt-os	Alt-as	Torr-es
	Accusativo	Alt-os	Alt-as	Torr-es
	Vocativo	Alt-os	Alt-as	Torr-es
	Ablativo	Alt-os	Alt-as	Torr-es

Nota-se que, embora o autor reconheça a diferença das duas línguas, continua realizando a descrição da língua portuguesa pelo modelo da latina, como mostra o quadro da "declinação" apresentado.

A segunda particularidade do português, presente no segundo capítulo do primeiro livro, diz respeito às preposições.

3.2. Preposições

> M. Na portuguesa sempre o Genitivo he regido da Preposição, *De*, que alem disso rege ablativo; E, *A*, rege Dativo, Accusativo, e Ablativo. *Pera* rege tambem Dativo, *Para*, Accusativo: como: *Pera mim tenho, que de casa de teu pae saiste para a praça com intento de fazer mal a Pedro, & tirar a capa a Paulo, que se recolhia aa Igreja*. (ROBOREDO, 1619, p. 12).

Roboredo apresenta o uso das preposições de acordo com os casos. Segundo Assunção (2007, p. 69), as preposições mais multifacetadas são o "de" e o "a", uma vez que podem reger casos distintos e, assim, ter significados diversos.

A terceira característica da língua portuguesa exposta no terceiro capítulo do primeiro livro, diz respeito às conjugações dos verbos.

3.3. Conjugações dos verbos, que se advirtem. E advertencia dellas

Roboredo, ao apresentar esse item sobre as conjugações dos verbos, no subcapítulo "*ao curioso portuguê*s", indica que ele exporá o fato, isto é, a conjugação dos verbos e que fará uma advertência sobre ela. Roboredo inicia a exposição pelas vozes verbais: "O verbo, ou he Ativo, ou Passivo. Na Portuguesa não há mais voz Passiva, que o Particípio, E o Gerundio em Do. [...] (ROBOREDO, 1619, p. 13).

E retoma este assunto no subcapítulo denominado "Advertencias das Conjugações, que o Mestre dirá em voz"[13], presentes no capítulo três do primeiro livro:

> Na Portuguesa em que não há vozes passivas mais que o nome Participial em, *Do*, & Gerundio indiclinavel, como *Amado, Amando*, usamos de rodeio feito deste particípio, & do verbo, *Sou* [...]. (ROBOREDO, 1619, p. 32, grifo do autor).

João de Barros na *Gramática da Língua Portuguesa* já havia afirmado a não existência da voz passiva em português, sendo sua função suprida "per rodeo":

> Nós nam temos estes vérbos, mas, quando falámos per este módo, tomamos o verbo em a terçeira pessoa do número singulár e este pronome da terceira pessoa, *se*, e, reçiprocando, dizemos: No páço se pragueja fòrtemente. (JOÃO DE BARROS, 1540, p. 327).

[13] O parágrafo, que vai apontado com esta letra [...] M, declarara o Mestre em voz, naõ obrigando a decoralo; mas a entendelo si: porque debalde se studa o que se não entende. (*Ibid*., Prólogo)

Roboredo, também, afirma que

> *[...] para suprirmos esta falta*, & nterpretarmos os tempos de outras linguas, usamos hum rodeio de terceiras pessoas passivas feito das activas, & do Accusativo, *Se*, como *movia se, movera se, elle se movesse, mova se* &c. Por este rodeio *se* significa, ou o mesmo agente do verbo, que redobra sobre si, ou outro em commum, & confuso, que responde aos Impessoais dos Grammaticos; como *affirmava se que vinheis a esta cidade*. (ROBOREDO, 1619, p. 32-33).

Para Assunção (2007, p. 63), o uso de um verbo ativo acrescido do pronome pessoal em acusativo "se" se deve primeiro, a faltarem formas verbais passivas e, segundo, à necessidade de se interpretarem os tempos de outras línguas, tendo como consequência o fato de impessoalizar ou indeterminar o sujeito agente da ação sobre o próprio agente, sendo, portanto o agente e o paciente a mesma pessoa.

Roboredo, ainda que não afirme a existência da voz reflexiva na língua portuguesa, a cita:

> Tambem estes accusativos, *Me, Te*, iuntos aas primeiras, & segundas pessoas fazem o mesmo rodeio de passiva de agente, que reciproca sobre si, mas em algũs verbos não corre bem; como *Eu me fazia, tu te fazias*; em outros si; como *Eu me movia, tu te vestias, &c* [...]. (ROBOREDO, 1619, p. 33).

Outra particularidade do português frente ao latim diz respeito às conjugações dos verbos. Roboredo apresenta três conjugações na língua portuguesa (-ar, -er, -ir) cujos exemplos são amar, mover, vestir das quatro latinas (-are, -ére, -ere, -ire).

> Na lingua Portuguesa ha tres Conjugações, & quatro na Latina: as quaes Conjugações se differenção pelas segundas pessoas dos primeiros presentes; E também pelos infinitivos se differenção as ultimas conjugações. (ROBOREDO, 1619, p. 13).

Amaro de Roboredo, também, apresenta à existência do infinitivo pessoal. Conforme Assunção (2007, p. 69), Roboredo teve a percepção/intuição linguística da existência do infinitivo pessoal na única língua do mundo, o português. E trata-se do primeiro gramático a fazê-lo, pois não foi encontrada nenhuma referência a esse infinitivo em gramáticos anteriores. Ainda segundo Assunção, Roboredo descobriu que, apesar das grandes semelhanças do infinitivo pessoal com o segundo futuro, há verbos em que essas semelhanças não existem:

> Tem finalmente a portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendo o fez pessoal. & delle carecem as linguas, de que temos noticia, *Como eu amar, tu amares, elle ammar*. Pl. *Nos amarmos vos amardes, elles amarem*; he semelhante ao segundo futuro: mas em algũs verbos não; *como eu dizer, tu dizeres*, &c. *eu fazer, tu fazeres, elle fazer*: *De nos fazermos arte Portuguesa resultará*

> *proveito na Republica*: o segundo futuro he; *eu fizer, tu fizeres, elle fezer* (sic), &c. *Eu disser*, &c. (ROBOREDO, 1619, p. 33).

A quarta característica do português apontada por Roboredo, no subcapítulo dedicado ao "curioso português", diz respeito à formação dos pretéritos e se encontra no quarto capítulo do primeiro livro.

3.4. A formação dos preteritos

Conforme Assunção (2007, p. 68), Roboredo prefere apresentar os tempos em correlação com a "cabeça", isto é, com o presente, pretérito e supino (para o latim), ou seja, o presente pertencendo à primeira cabeça, e os pretéritos e supinos à segunda cabeça. Para Roboredo, "as cabeças" seriam modos verbais ou tempos primitivos dos quais derivavam os demais tempos verbais.

João de Barros (1540, p. 342) ao tratar "dos pretéritos e particípios" em sua gramática afirma que "os verbos da primeira conjugaçám fázem no pretérito perfeito do módo demonstrador em *ei* e no particípio em *ádo*, como: amo – amei – amado. Observamos que esta conjugação também é apresentada por Roboredo (1619, p. 36) quando afirma que "do primeiro presente se forma na Portuguesa o Preterito": *Primeira cabeça – Presente – Eu am-o; Segunda cabeça – Pretérito perfeito – Eu am-ei, tenho, e tive amado*.

3.5. A composição, ou syntaxe

Roboredo apresenta algumas particularidades do português no quinto capítulo do primeiro livro, quando trata da *Composição Portuguesa, & Latina correspondentes, em que se encerra a syntaxe das outras artes*. Segundo o gramático, "a composição das partes da Oração, começa per nominativo, & consta de Concordia antes da palavra, de Regencia despois da palavra regente, & do sitio[14] dellas, que o uso ensina" (Roboredo, 1619, p. 47). Vemos, assim, que o gramático ao tratar da composição das partes da oração aponta como característica do português não apenas a concordância, como também a regência das palavras de acordo com sua disposição. O gramático aponta quatro tipos de concordância:

1. Substantivo, & Adjetivo concordão em Genero, Numero, & Caso.

[14] Sitio- disposição, aptidão *in* Bluteau, p. 665

2. O Relativo, & Substãtivo antecedẽte concordão em Genero, & numero.

3. O Nominativo, & Verbo pessoal concordão em Numero; despois de Eu tomar as primeiras pessoas; & Tu, as segundas.

4. A pergunta, & Reposta concordão em Caso, & muitas vezes em Tempo, Numero, & Pessoa. (ROBOREDO, 1619, p. 47).

No que diz respeito a regência, Amaro de Roboredo indica o uso das preposições *"de"* e *"a"* assim como de outras preposições de acordo com os casos. O autor, também, aponta o uso do *cujo* sem preposição em português.

Ainda no capítulo V, Roboredo faz algumas advertências quanto ao uso das preposições *com*, *de* e *em*:

> Entre as preposições, que regem Ablativo, há estas mui repetidas na prattica Portuguesa, na qual sempre se declara *Com*, antes do instrumento [...]. Esta preposição, *De*, quando tem por Ablativo algum nome Proprio de lugar, sempre se declara na Portuguesa [...]. Esta Preposição, *Em*, se declara sempre na Portuguesa [...]. (Roboredo, 1916, p. 51)

Também adverte sobre os vários significados e usos da partícula *que*:

> He esta particula Adjetivo indeclinável em ambos os Numeros, de que cõmummente usa a Portuguesa despois de Nomes, principalmente substãtivos, & despois de Preposições: como, *Facil he esta arte, que desejas; & a que te hás de dar; & a de que hás de usa*. [...] 3. He tambem particula adverbial, que despois de Verbos de, *dizer, affirmar, saber, cuidar, ver*, ou semelhantes modos de fallar, se ajunta na Portuguesa com primeiros, ou segundos Tempos (ROBOREDO, 1619, p. 51-52).

3.6. Os nomes irregulares mais ordinarios

O autor apresenta neste capítulo, que é o segundo do segundo livro, alguns nomes irregulares na declinação portuguesa. A irregularidade a que Roboredo se refere diz respeito à não coincidência da regra do português com a do latim.

3.7. Tudo o mais para a inteira grammatica portuguesa

No terceiro livro do primeiro capítulo, Roboredo trata do que é universal às línguas: "Da universal explicaçam resolutiva, & compositiva das partes da Oração exemplificada na Latina" (ROBOREDO, 1619, p. 64). Neste livro, o "curioso" encontraria explicação para as regras co-

muns a todas as línguas com exemplos em latim, uma vez que o latim era a língua de referência.

3.8. A copia de palavras se tira da interpretação das sentenças

Esta parte da *Gramática* que trata da "Copia de Palavras exemplificada nas latinas", corresponde às 1.141 frases da *Ianua Linguarum* dos jesuítas irlandeses de Salamanca, nas quais Roboredo insere números e notas interlineares, além das declinações e gêneros dos nomes e das conjugações dos verbos.

3.9. As frases ira colligindo das correspondentes aas Latinas, advertindo as mais nos livros, & prattica

Nesta parte da gramática que é a terceira do *Método*, Roboredo traz exemplos de frases portuguesas e suas traduções em latim. Segundo Assunção (2007, p. 19), Roboredo analisa a sintaxe e a retórica e apresenta outros exemplos de frases latinas e portuguesas, extraídas de autores clássicos ou criadas por ele.

3.10. Advertencias de algũa frase particular

O décimo e último item apresentado por Roboredo se encontra no capítulo quinto da terceira parte do *Método* que é sobre o *Exemplo Latino da Frase*, e trata "de algũas propriedades da Frase Latina, & Portuguesa entre si repugnantes" (ROBOREDO, 1619, p. 227), ou seja, de particularidades de cada língua.

> 1. "He propriedade da lingua Latina duas negações affirmarem; & da Portuguesa negarem: como na sentença 127. da 2. parte [...]"; 2. "O Genitivo na Latina he sempre regido de substantivo; & na portuguesa da sua Preposição, De, p. 47. 48"; [...] (ROBOREDO, 1619, p. 229).

Nesse item há algumas observações que dizem respeito à língua portuguesa bem como à latina, seguidas, como é possível observar, do número da sentença de ambas as línguas ou da página em que se encontra tal exemplo.

4. Da figura idiotismos

Na primeira edição (1721) das *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*, Argote traz um capítulo sobre as características do português, ainda que bastante conciso, com apenas três páginas. Contador de Argote encerra sua gramática com este capítulo que é o quinto da terceira parte das Regras. Na apresentação da matéria, lê-se:

> Da figura Idiotismo
>
> M. Que cousa he Idiotismo?
>
> D. He o modo de fallar próprio, & particular de alguma lingua.
>
> M. E quantas castas ha de Idiotismo?
>
> D. Na lingua Portugueza muytas, & por elas he que differe a latina.
>
> M. Dizei alguns. (ARGOTE, 1721, p. 226)

Embora os gramáticos portugueses anteriores tenham mostrado características da língua portuguesa em suas gramáticas, Argote é o primeiro a separar um capítulo especialmente para os *idiotismos*, bem como a conceituar em uma gramática tais características. Nessa primeira edição, Contador de Argote classifica apenas quatro tipos[15] de *idiotismos*: o primeiro, sobre a significação das palavras; o segundo, sobre o modo de como os particípios passivos, em português funcionam como os ativos do latim; o terceiro, sobre a substantivação dos adjetivos; e o quarto, sobre a substantivação dos verbos. Após conceituar o termo *idiotismo*, logo no início do quinto capítulo, o gramático trata da significação das palavras. Lê-se:

4.1. Significação

> D. Ha Idiotismos quanto à significaçaõ.
>
> M. Quaes são?
>
> D. Saõ, quando as palavras significão huma cousa, & querem dizer outra.
>
> M. Dizey exemplos.
>
> D. *A Deos*. Estas palavras saõ o termo de que usamos nas despedidas, & significão *Deos*, mas querem dizer, *Ficay com bem*, ou *Deos vos guarde*. *Morrer de fome*. Nesta oração a palavra *Morrer*, que significa *acabar a*

[15] Casta. Gênero, espécie &c.

> *vida*, quer dizer *Ter grande fome*, *Morrer de rizo*, quer dizer, *Ter grande vontade de rir*, ou *ri muyto*. (ARGOTE, 1721, p. 226)

Nas gramáticas portuguesas anteriores, de Fernão de Oliveira, de João de Barros e Amaro de Roboredo, não há estudo sobre a semântica da língua portuguesa. Argote, todavia, faz referência a aspectos semânticos do português. Nesta característica apresentada, o autor quis mostrar as várias acepções dadas a algumas palavras, a depender do contexto de uso. Um dos exemplos citados por Argote, é o da expressão "morrer de fome" que, segundo o próprio autor explica, o verbo morrer, usado isoladamente, significa cessar de viver, e quando utilizado na expressão, adquire novo sentido, no caso "excesso de fome".

Argote, também, trata de aspectos morfológicos quando aponta o uso do particípio que é outra característica do português. Esta diz respeito aos particípios passivos usados ativamente. Lê-se:

4.2. Particípio

> D. Ha Idiotismos quanto aos participios passivos significarem como activos.
>
> M. Dizey exemplo.
>
> D. *Pedro naõ he bem visto*. Nesta oração, *bem visto*, que he participio passivo, significa activamente & val o mesmo que *Pedro não vè bem*. (ARGOTE, 1721, p. 227)

Segundo Amaro de Roboredo, no primeiro capítulo do terceiro livro de seu *Methodo*, para suprir a ausência da voz passiva na língua portuguesa há os particípios passivos que juntos ao verbo "ser" fazem as vezes da voz passiva.

> Nas línguas vulgares, de que temos noticia, não ha Verbos Passivos: mas ha Participios Passivos, com os quaes, & com o Verbo Sustantivo *Sum*, se suprem as Vozes Passivas; como em Português. Amado, ajuntase ao Verbo, *Sou*, assi; *Sou amado*; *Fui amado*: *Serei amado.* (ROBOREDO, 1619, p. 69)

Segundo Assunção (2008, p. 58), o particípio é para Roboredo, um adjetivo, mas derivado do verbo, que, em determinadas línguas, como na portuguesa e latina, tem tempo. Enquanto para Argote (1721, p. 61), "particípio he uma palavra que tem casos, & tempos" e que junto a um verbo auxiliar forma os compostos.

Argote ao apontar tal idiotismo, ou seja, ao tratar do particípio, mostra como tais particípios passivos, em português, funcionam como os ativos do latim. Contudo, o gramático chama particípio passivo a expres-

são "bem visto" e não a expressão "he visto". No exemplo citado, a frase "Pedro não é bem visto" é passada para a forma ativa como "Pedro não vê bem".

A terceira característica do português, diz respeito à substantivação dos adjetivos. Nesta primeira edição lê-se:

4.3. Adjetivos usados em lugar de substantivos

> D. Ha Idiotismos quanto aos adjectivos significarem como substantivos.
>
> M. Dizey exemplo.
>
> D. *Esta taboa tem dous palmos de largo*. Nesta oração o adjectivo *Largo*, quer dizer significa o seu substantivo *Lagura* & val o mesmo, que *Tem dous palmos de largura*. (ARGOTE, 1721, p. 227)

Argote apresenta como característica da língua portuguesa o uso do adjetivo com função de substantivo. Em nenhuma das gramáticas portuguesas anteriores, de Fernão de Oliveira, de João de Barros e de Amaro de Roboredo foi encontrado referência a este tipo de uso do português. Argote, todavia, na primeira parte da gramática, quando trata das regras gerais aplicadas ao português e ao latim, cita o uso do adjetivo com valor de substantivo.

> M. E o adjectivo pòde às vezes servir de substantivo?
>
> D. Sim.
>
> M. Quando?
>
> D. Quando se poem em lugar do substantivo.
>
> M. Dizey exemplo.
>
> D. *O azul logo desbota*. Nesta Oraçaõ o adjectivo azul serve de substantivo; porque se poem em lugar do substantivo cor, & faz este sentido. *A cor azul logo desbota*. (ARGOTE, 1721, p. 29)

A quarta característica do português apresentada por Argote diz respeito à substantivação dos verbos. Lê-se:

4.4. Verbos usados em lugar de nomes

> D. Ha Idiotismos, quanto aos Verbos se porem em lugar de nomes; assim como *Deylhe de cear*, em lugar de *Deylhe a cea*. *Dayme de comer*, em lugar de *Dayme o comer*. (ARGOTE, 1721, p. 227)

Argote reconhece, como particularidade do português, o uso do verbo com valor de substantivo, porém não faz referência a esta característica na primeira parte de sua gramática. Os gramáticos portugueses anteriores também não fazem nenhuma referência a este uso do português.

5. Considerações parciais

A partir do breve estudo realizado sobre as particularidades do português presentes no *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* (1619) e nas *Regras da Lingua Portugueza Espelho da Lingua Latina* (1721), e tendo em vista ser um trabalho ainda em curso, observamos que, apesar de os objetivos serem diferentes bem como o tempo que separa as obras, os autores trataram de características do português. Amaro de Roboredo, em um subcapítulo citado no mostrador da matéria, aponta tópicos que tratam de particularidades do português, inseridas em toda a gramática, e Contador de Argote reserva um capítulo para tratar dos *idiotismos*, embora cite e exemplifique algumas características do português enquanto trata das regras gerais aplicadas ao português e ao latim na primeira e segunda partes da gramática.

Observamos, também, que os autores apontam diferentes características do português em suas gramáticas. Roboredo apesar de anterior à Contador de Argote mostra-se mais ousado, apontado peculiaridades do português nas declinações e gênero dos nomes, uso das preposições, declinações dos verbos, formação dos pretéritos, e sintaxe. Argote, contudo, mostra-se menos ousado, nessa primeira edição, por apontar particularidades do português, apenas, na significação das palavras, no uso dos particípios e na substantivação dos adjetivos e dos verbos.

No que diz respeito ao horizonte de retrospecção de ambas as obras, observamos que todo o contexto histórico e social influenciou diretamente cada uma das gramáticas. Quanto à gramatização, vimos que é pelo uso que ela se concretiza, uma vez que tanto Roboredo quanto Argote extraem do uso os fatos de língua portuguesa que estudam como específicos dessa língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, ou disposiçaõ para facilitar o ensino da lingua latina pe-

las regras da portugueza. Lisboa Occidental: Officina de Mathias Pereyra da Sylva, & Joaõ Antunes Pedrozo, 1721.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa; FERNANDES, Gonçalo. Prefácio e estudo introdutório. In: ROBOREDO, Amaro. Methodo grammatical para todas as linguas. Edição facsimilada. Lisboa: Pedro Craesbeck, 2007.

AUROUX, Sylvain. A *revolução tecnológica da gramatização.* Tradução do francês por Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. *A questão da origem das línguas, seguido de a historicidade das ciências*. Trad.: Mariângela Pecciolli Gali Joanilho. Campinas: RG, 2008.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa.* Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 v.

ROBOREDO, Amaro. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Salamanca. Edição de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. In: KOSSARIK, Marina. *A obra de Amaro de Roboredo*: questões de historiografia linguística portuguesa, 2002.

CARDOSO, Simão. A gramática latina no séc. XVI. As "Partes orationes" na gramática do Pe. Manuel Álvares (1572) e na Minerva de Sanctius (1587). *Revista da Faculdade de Letras "Línguas e Literaturas"*. Porto, XII, p. 159-172, 1995. Acesso em: <http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2703.pdf>.

FÁVERO, Leonor Lopes. As *concepções linguísticas no século XVIII*: a gramática portuguesa. Campinas: UNICAMP, 1996. [Coleção Repertórios]

KEMMLER, Rolf. Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina (1721, 1725), *Limite*, p. 75-101, 2012. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%206/05kemm.pdf>.

LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e norma na gramática portuguesa – O Methodo Grammatical para Todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 13, n. 2, p. 337-368, 2011.

_____. A construção da norma linguística na gramática do século XVIII. *Alfa*: *Revista de Linguística*, vol. 55, n. 2, p. 665-684, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4745/4050>.

_____. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI. In: ___; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português*: com a palavra, os autores Evanildo Bechara, Maria Helena Mira Mateus, Mário Perini, Maria Helena de Moura Neves, José Carlos Azeredo, Ataliba Teixeira de Castilho, Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014, p. 115-133.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa.* Edição crítica, semidiplomática e anastática. Organização de Amadeu Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

TEORIA DA ÁRVORE GENEALÓGICA E TEORIA DAS ONDAS

Marcos Felipe da Silva Mendonça (UnB)
mmarcos.unb@gmail.com]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de duas teorias diferentes: a teoria da árvore genealógica que tem como base a classificação genética das línguas e a teoria das ondas como contestação a esta primeira. Parte-se do princípio de que existem ao menos duas vertentes linguísticas: a que considera a linguagem do ponto de vista interno, mais cognitivo, e a outra que a analisa do ponto de vista social, ou seja, a língua contextualizada em seu uso.

**Palavras-chave: Teoria da árvore genealógica.
Teoria das ondas. Classificação das línguas. Genética das línguas.**

1. Introdução

Quando alguém se interessa pelo estudo da linguística, seja um estudante universitário ou um leigo procurando saber maiores informações sobre determinada língua, facilmente se depara com o modelo da árvore genealógica ao pesquisar um manual de linguística histórica. É bastante comum entre pessoas que têm um certo grau de instrução saber que o português é uma língua que deriva do latim, o que a torna parente do francês, do espanhol e do italiano, pois possuem a mesma origem. Também é recorrente a afirmação de que o latim é uma língua morta, dando uma ideia de que deixou de existir para dar lugar às línguas românicas. Nota-se portanto, a forte inclinação da sociedade em não perceber os processos de formação e transformação das línguas, sem refletir que nunca houve um ponto de início como um parto, mas um constante processo de mudanças pelo qual estamos passando neste momento e pelo qual nossos descendentes também passarão enquanto houver humanidade.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a origem da classificação das línguas num formato metafórico de árvore em seu devido contex-

to histórico e explicar porque ele é o mais utilizado e posto em evidência sendo que existem outros, como é o caso do modelo das ondas, que é apresentado em contraposição. Ao longo dos últimos dois séculos, novas formas de classificações de línguas vêm sendo desenvolvidas e deveriam ter maior espaço de divulgação. Aqui nos ateremos apenas aos dois principais: o modelo da árvore genealógica por ser o primeiro e o modelo das ondas por ser uma alternativa que surge da concepção da linguística de contato. Para tal, serão apresentados três autores: August Schleicher, Johannes Schmidt e Hugo Schuchardt. Os dois últimos foram alunos de Schleicher na Universidade de Jena.

2. August Schleicher

August Schleicher foi um importante linguista nascido em Meiningen, na Turíngia em 1821. A ele se atribui o desenvolvimento da classificação de línguas por meio das árvores genealógicas. Isso se deveu à sua grande proximidade de contato com as ciências naturais, pois no século XIX o darwinismo estava sendo amplamente discutido nas universidades. No livro *Linguística Histórica: Uma Introdução ao Estudo da História das Línguas*, o autor Carlos Alberto Faraco (1991) afirma que Schleicher teve sua formação inicial como botânico e que isso o influenciou metodologicamente na linguística. Provavelmente a fonte de pesquisa de Faraco foi Maurice Leroy (1982), que no livro *As Grandes Correntes da Linguística* faz a mesma afirmação. No entanto, consultando a *Allgemeine deutsche Biographie & Neue Deutsche Biographie*, constata-se que primeiramente Schleicher ingressou no curso de teologia e línguas orientais em Leipzig em 1840, mudando-se para a Universidade de Tübingen em 1841 e finalmente para Bonn em 1843, cursando filologia clássica, tendo assim a oportunidade de começar sua carreira como linguista.

Pode-se dizer, portanto, que sua visão naturalista não foi fruto de uma influência de mão única advinda da biologia, mas algo que se desenvolveu mutuamente por meio de discussões acadêmicas, de forma que a linguística também teve sua parte de contribuição nas ciências naturais. Era um ponto recorrente nos trabalhos de Schleicher discutir os estudos da linguagem em relação direta com as ciências naturais, como o livro publicado em 1863, *Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft* (A teoria darwinista e a linguística) e *Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen* (Sobre o significado da língua para a história natural da humanidade) de 1865.

Na introdução do *Compêndio da Gramática Comparativa do Indo-Europeu, Sânscrito, Grego e Latim* (*Compendium der vergleichenden Grammatik der Indogermanischen Sprachen*), Schleicher faz uma pequena apresentação sobre o que é linguística e qual é seu objeto. O autor trata a língua como um organismo vivo, que, assim como se observa no mundo natural, nasce, se desenvolve e morre. Afirmando, a partir disso, que o objeto de estudo da linguística é a vida da língua (*das leben der sprache*)[1], discutindo inclusive qual é a maneira mais correta de se chamar esta ciência nova, propondo "gramática histórica" (*historische grammatik*); "história da língua" (*sprachegeschichte*); e chegando, finalmente, à conclusão que a maneira mais correta é dizer "estudo da vida da língua" (*lere vom leben der sprache*), sugerindo ainda um termo já em desuso, *glottik*, como um nome alternativo à linguística.

No início do século XIX, August Wilhelm Schlegel desenvolveu a classificação de tipologia morfológica ainda utilizada atualmente, na qual se dividem as línguas entre isolantes, aglutinantes e flexionais. Schleicher usou essa divisão como base argumentativa para defender o evolucionismo linguístico. No qual, afirmava que as línguas isolantes (ex.: chinês, anamês, siamês, burmês) estariam em um estágio inferior, pois são línguas monossilábicas que só possuem radicais, os quais não fazem ligações com outros afixos. Para dar força a seu argumento, Schleicher utiliza uma dedução de como seria o indo-europeu em seu período isolante: *ai-mi* (eu vou) seria teoricamente dito como *i* ou *i ma*.

Num estágio acima estariam as línguas aglutinantes (ex.: finlandês, tatar, dekhan, basco) que permitem a composição de radicais com afixos. Segundo Schleicher, no período aglutinante, o indo-europeu expressaria *ai-mi* como *i-ma* ou *i-mi*.

E por fim, o último estágio possível a ser alcançado pelas línguas seria o flexional, representado pelas línguas indo-europeias e semíticas, nas quais um afixo pode possuir mais de um significado.

Segundo Schleicher, a vida de uma língua possuía dois estágios: o primeiro, chamado pré-histórico, no qual as línguas passavam por seu desenvolvimento, partindo de isolantes até chegarem ao ponto máximo flexional e, após isso, o período histórico em que havia o declínio, a partir do qual as línguas caminhavam para a morte.

Atualmente, encontramos muitos pontos nos quais Schleicher pode ser contestado. Primeiramente no tratamento da língua como um organismo vivo, partindo de uma ideia antropomórfica na qual uma língua

segue o ciclo de vida de um indivíduo, influenciado pela filosofia ocidental de ascensão e declínio. Outro ponto é a visão eurocêntrica que faz com que as línguas flexionais sejam postas convenientemente num patamar mais elevado de evolução, enquanto as demais estariam ainda num estágio mais primitivo, por mais que coexistam numa mesma época. O evolucionismo social era uma ideia corrente entre as ciências humanas, bastante presente no surgimento da antropologia, e que veio a ser contestado e refutado por meio dos fatos observados, assim como ocorreu na linguística.

Ao considerar a questão da evolução, Schleicher criava paradoxos quanto ao desenvolvimento das línguas. Seguindo as leis da natureza, todas as línguas devem evoluir até seu ponto máximo que é se tornarem flexionais e a partir de então passam a decair. No entanto, as línguas isolantes, aglutinantes e flexionais coexistem ao mesmo tempo. Desta maneira, poderíamos perguntar se somente as línguas flexionais estão em declínio ou se a ascensão foi válida somente para o período considerado pré-histórico, e a partir de então a evolução cessou. Este pensamento não encontra paralelo com o darwinismo, por mais que Schleicher fosse entusiasta desta filosofia, uma vez que biologicamente falando não existe teoria que considere declínio. Isso demonstra que Schleicher não conseguiu superar as ideias do romantismo de sua época, com sentimentos nacionalistas aflorados em busca de estágios mais puros da língua.

3. Johannes Schmidt

Dez anos após a publicação do compêndio de Schleicher, Schmidt lança sua obra contestatória na qual a teoria das ondas (*Wellentheorie*) é apresentada. A diferença crucial entre os dois modelos é a concepção que se tem de língua. No modelo da árvore genealógica, as línguas se multiplicam como um ser vivo que se reproduz, formando assim as famílias. Já no modelo das ondas, observa-se mais as influências que grupos de línguas diferentes exercem uns sobre os outros, demonstrando propriedades específicas compartilhadas numa área geográfica. Ou seja, enquanto o modelo da árvore se preocupa em mostrar quais são as relações de origem entre as línguas, o modelo das ondas apresenta, de certa forma, uma classificação tipológica (características compartilhadas) de grupos linguísticos em determinado período de tempo. Para Schmidt, portanto, não se trata mais de considerar as mudanças linguísticas como um processo

natural, mas como processos que ocorrem por questões políticas, religiosas, sociais, dentre outras envolvendo realmente seus falantes.

Na obra de Schmidt em questão, é apresentada apenas a descrição da teoria das ondas por meio da escrita, sem nenhum gráfico para a explicação.

> Se nós quisermos representar a relação das línguas indo-europeias em uma figura que ilustre a formação de suas diferenças, devemos desistir completamente da ideia da árvore genealógica. Eu gostaria de substitui-la pela imagem de ondas, na qual se espalham anéis concêntricos a partir de um centro se tornando cada vez mais fracos. (SCHMIDT, 1872, p .27, tradução nossa)

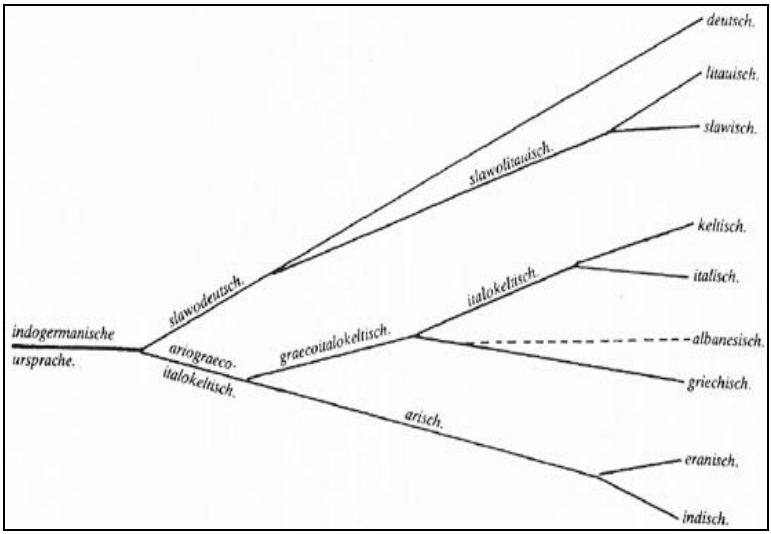


Fig. 1 – Stammbaumtheorie. Fonte: Nielsen (1989, p. 110)

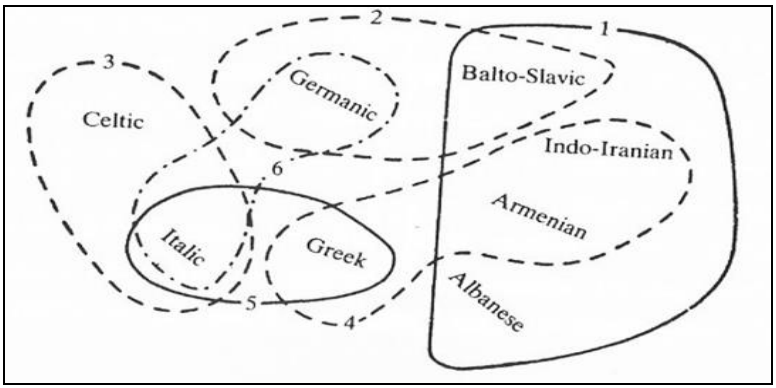


Fig. 2 – Esquema feito por Bloomfield para a teoria das ondas.
Fonte: Nielsen (1989, p. 112)

Comparando-se os modelos, é possível observar que na árvore genealógica, a única relação que o germânico (chamado de deutsch por Schleicher) tem com o itálico é na divisão do indo-europeu em dois ramos: o eslavo-germânico e o "ário-greco-ítalo-céltico (um nome genérico dado à língua fundamental que deu origem a várias famílias linguísticas). Portanto, é uma relação muito distante no tempo que ocorreu somente até o momento em que houve a bipartição. Após isso as línguas teriam seguido rumos diferentes. No modelo das ondas, é demonstrada uma relação contemporânea (isto é, dentro de um determinado recorte de tempo) entre essas duas famílias devido às suas características compartilhadas.

Um exemplo de elementos compartilhados devido à proximidade geográfica, é o círculo 2 que compreende a família germânica e a balto-eslava. Neste caso, a característica compartilhada seria o dativo instrumental plural que é formado por -m nas línguas desta região tanto em uma como em outra família.

O círculo 1 demonstra a relação próxima das línguas armênio, albanês, balto-eslavas e indo-iranianas, enquanto na árvore genealógica, a divisão destes grupos ocorreu logo na base, de forma que se apresentam muito distantes nos ramos do topo da árvore.

4. Hugo Schuchardt

Na década de 1870, surgiu na Alemanha o movimento dos neogramáticos como uma resposta à concepção naturalista de língua que es-

tava bastante presente nas ideias dos primeiros linguistas, como em Schleicher, por exemplo. Numa tentativa de buscarem uma maior sistematização e compreensão dos processos das mudanças das línguas, eles deram atenção especial para os mecanismos de mudança fonética e não mais para a reconstrução do passado das línguas.

Por criticarem os métodos que vinham sendo empregados até o momento, não foram bem aceitos por muitos acadêmicos mais tradicionais, e daí receberam o nome de *junggrammatiker* (jovens gramáticos), que era usado pejorativamente e acabou sendo acolhido pelos próprios neogramáticos.

Diante de um passado de pesquisas sem a sistematicidade que consideravam necessária, eles propuseram uma metodologia que buscasse processos de regularidade absoluta, à procura de leis sem exceções. Desta maneira, viam as mudanças linguísticas como algo interno, subjetivo, que ocorria no cérebro dos falantes e de forma regular seguindo critérios previstos dentro de um sistema.

No entanto, conforme suas teorias foram expostas aos dados empíricos, os neogramáticos precisaram encontrar soluções para o que se demonstrava ser exceção para as regras. E então chegaram à conclusão de que toda mudança que estava fora do previsto se dava por analogia.

No ano de 1885, Schuchardt publica o texto *Über die Lautgesetze: gegen die Junggrammatiker* (Sobre as leis fonéticas: contra os neogramáticos), no qual explicita sua crítica aos métodos considerados por ele excessivamente internalistas. Ou seja, que não consideram influências externas nas mudanças sonoras.

Schuchardt defende que as mudanças ocorrem não somente por um fator fisiológico dentro de um sistema de leis, mas pela intersecção dessas leis com outras leis fonéticas, além da mistura de dialetos e do efeito de associações conceituais; e critica ainda a aplicação de leis genéricas e sem exceções, uma vez que é impossível delimitar a homogeneidade de um dialeto, em resposta ao argumento de defesa dos neogramáticos que concluíam que as leis fonéticas deveriam ser aplicadas a um dialeto específico. Esta observação, permitiu a Schuchardt abordar pontos que viriam a ser estudados já no século XX pela sociolinguística, como é o caso de reconhecer que dentro das falas existem as diferenciações de gênero, escolaridade, classe social dentre outros fatores, numa proposta de diversidade de falas que contestava a crença dos neogramáticos de que as diferenças de uma comunidade só apareciam conforme o tempo.

Partindo dessas concepções, criava-se a base para o desenvolvimento da teoria das ondas, pois as mudanças linguísticas eram vistas como algo que se espalhava pelas comunidades a partir de um centro por meio da radiação, ou seja, algo que se difundia teoricamente em círculos, abrindo espaço para se abordar a questão da mudança linguística de outras formas.

5. Conclusão

Observa-se no pensamento de Schleicher a ideia de que a língua é um fenômeno que ocorre independentemente de seus falantes, pois segue um ciclo de vida próprio, no qual ascende e decai. Por mais que os neogramáticos tenham trazido uma maior sistematicidade de pesquisa, eles ainda consideravam as mudanças de um ponto de vista mecânico e que acabou culminando na abordagem sistemática de Saussure. A partir de então, a linguística teve uma ênfase bastante estruturalista, não havendo tanto espaço para os estudos de contato de línguas. Isto é demonstrado pela maneira como as árvores genealógicas se sobressaem em relação a outros modelos possíveis, como a teoria das ondas. Atualmente a linguística se encontra em um momento de cada vez mais diversidade de abordagens, como os estudos da socioliguística, neurolinguística, ecolinguística, gerativismo, funcionalismo, análise do discurso, dentre muitos outros que permitem análises e combinações dos mais diferentes tipos. Com este trabalho, pretendi abordar apenas mais um modelo que não teve a mesma atenção ao longo dos últimos duzentos anos, mas que merece ser considerado diante das novas possibilidades de estudo. Desta maneira, a busca pelos trabalhos de Schmidt e Schuchardt observados sob as novas roupagens de uma ciência que constantemente se transforma, pode trazer nova luz às nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLGEMEINE deutsche Biographie & neue deutsche Biographie. Disponível em: <http://www.deutsche-biographie.de>. Acesso em: 30-07-2014.

FARACO, C. A. *Linguística histórica*: Uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Ática, 1991.

LEHMANN, W. P. *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics.* Disponível em: <http://www.utexas.edu>. Acesso em: 15-05-2014.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística.* São Paulo: Contexto, 2009.

NIELSEN, H. F. *The Germanic Languages.* Origins and early dialectal interrelations. Alabama: The University of Alabama Press, 1989.

RICHARDS, R. J. *The Linguistic Creation of Man*: Charles Darwin, August Schleicher, Ernst Haeckel, and the Missing Link in Nineteenth-Century Evolutionary Theory. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fhome.uchicago.edu%2F~rjr6%2Farticles%2FSchleicher--final.doc&ei=RsoJVKvwDIivogSmloKgDg&usg=AFQjCNEtLHPMIZFTPCUwR7Z6ieuDmU0FXA&bvm=bv.74649129,d.cWc>. Acesso em: 21-07-2014.

SCHLEICHER, A. *Compendium der vergleichenden Grammatik der Indogermanischen Sprachen.* Weimar: Hermann Böhlau, 1861. Disponível em: <http://archive.org>. Acesso em: 1505-2014.

_____. *A Compendium of the comparative gramar of the indo-european, sanskrit, greek and latin languages.* Trad. Herbert Bendall. London, 1874.

SCHMIDT, J. *Die Verwantschaftsverhältinisse der Indogermanischen Sprachen.* Weimar: Hermann Böhlau, 1872.

SCHRIJVER, P. *Language Contact and the Origins of the Germanic Languages.* New York and London: Routledge, 2014.

SCHUCHARDT, H. *Über die Lautgesetze*: Gegen die Junggrammatiker. Berlin, Oppenheim, n. IV, p. 1-39, 1885. Disponível em: <http://schuchardt.uni-graz.at>. Acesso em: 15-05-2014.

_____. *On Sound Laws: Against the Neogrammarians.* Trad.: T. Vennemann, T. H. Wilbur, 1972. Disponível em: <http://schuchardt.uni-graz.at>. Acesso em: 15-05-2014.

URELAND, P. S., CLARKSON, I. *Scandinavian Language Contacts.* Cambridge: Cambridge University Press, 2009.